CADERNOS CESPUC DE PESQUISA
SÉRIE ENSAIOS

Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios. n.46, 2024 (2), p. 1-152.
e-ISSN: 2358-3231 (OJS). Belo Horizonte, 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Professor Doutor Pe. Luís Henrique Eloy e Silva
Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação: Sérgio de Morais Hanriot

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Alberico Alves da Silva Filho; Conrado Moreira Mendes; Édil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ester Eliane Jeunon; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura; Pedro Paiva Brito; Rodrigo Coppe Caldeira; Rodrigo Villamarim Soares; Sérgio de Morais Hanriot.

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom José Gaspar, 500 - Subsolo do Prédio 6 (Antiga SEC) Coração Eucarístico • Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4792 • CEP 30.535-901 • E-mail: editora@pucminas.br.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA PUC MINAS

Coordenadora: Terezinha Taborda Moreira
Colegiado: Terezinha Taborda Moreira (Coordenadora) – Área de Literaturas de Língua Portuguesa; Arabie Bezri Hermont – Área de Linguística e Língua Portuguesa; Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues – Área de Linguística e Língua Portuguesa.

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS DA PUC MINAS

Coordenadora: Raquel Beatriz Junqueira Guimaraes
Capa: Miguel Antunes Caldeira e Michely Rizzon Diniz
Imagem de capa: Freepik.com
Diagramação: Mariana Hilbert Ribeiro, Miguel Antunes Caldeira e Michely Rizzon Diniz
Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 102 • 30535-901. Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • E-mail: cespuc@pucminas.br ou cespuc.pucminas@gmail.com.

e-ISSN:2358-3231

CADERNOS CESPUC DE PESQUISA
SÉRIE ENSAIOS

Auto-organização da vida:
do orgânico ao social

Organizador

Hugo Mari (PUC Minas)

Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios. n.46, 2024 (2), p. 1-152.
e-ISSN: 2358-3231 (OJS). Belo Horizonte, 2024.

Publicação semestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas.

Indexadores: Latindex, Diadorim, WorldCat, IE Library, Google Acadêmico.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434
Cadernos CESPUC de Pesquisa.Série Ensaios – n. 1, 1996 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2023.

E-ISSN 2358-3231

Semestral
1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.
I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

SUMÁRIO

Editorial

Auto-organização da vida: do orgânico ao social
Hugo Mari 8

Dossiê temático

Vida, emoção e significação: uma reflexão à luz da teoria biocultural, de Jordan Zlatev
Igor Amaral Vitral Hollerbach Athayde e
Maria Luísa Rodrigues Sousa 18

Intersubjetividade: pré-requisito para a dinâmica comunicacional
Andréa Thimóteo Costa Cavalheiro e
Thaís Cristina de Assis 37

Corporificação do significado
Larissa Gouveia Duarte 51

Metonimicamente idealizados
Daniel Ferreira Costa 62

As categorias discursivas das narrativas orais sob a ótica da enação
Marilene Gonçalves Dias Machado 80

Ambiguidade e desambiguização na propaganda da Ótica Chilli Beans: uma análise de "grau"
Leandro Martins de Sousa 95

O discurso persuasivo e os apelos da pós-verdade em tempos de desinformação e de fake news
Samuel Alexandre Pires 113

O discurso do Pastor André Valadão sobre a comunidade LGBTQIAPN+ e as formações discursivas que o regulam
Carolina Lopes Marques e
Márcio Leonardo Lima Pereira 135

Editorial

Auto-organização da vida: do orgânico ao social

Hugo Mari*

Em qualquer dimensão dos estudos da linguagem, existe uma proliferação cada vez maior de abordagens que procuram avaliar um fato qualquer que perpassa a forma como os sujeitos se expressam na sociedade e como eles se constroem no mundo da vida. Vamos isolar, nessa reflexão, duas orientações possíveis que se complementam e que se acham tecidas por artigos na composição dessa edição do *Cadernos Cespuc de pesquisa*.

De um lado, vamos destacar alguma dimensão da cognição como um padrão de modelagem da experienciação humana no mundo, do outro, o modo pelo qual esse padrão se manifesta e emerge na construção do mundo discursivo dos sujeitos numa sociedade. Não existe qualquer contraposição entre essas duas orientações: as condições que nos levam da auto-organização a uma forma de vida na sociedade estão refletidas e registradas no modo como essa forma de vida se manifesta socialmente através do discurso.

Cada uma dessas dimensões comporta incursões teóricas distintas, mas nem por isso irreconciliáveis. Vamos explorar, a princípio, aquelas que tem um apego mais direto com as reflexões desenvolvidas nos diversos artigos. Um ponto central para a cognição é a perspectiva corpórea do significado. Assim, todo significado é corpóreo, no padrão universal de que todos supõem necessariamente uma atividade cerebral; não há nada em nossas atividades que não passe pelo cérebro. Tudo isso é válido como caracterização genérica do significado, mas do ponto de vista da linguagem é importante saber como a dimensão do corpóreo emerge nas formas linguísticas.

É evidente que as formas linguísticas que estão mais diretamente associadas a sensores orgânicos tenham o seu significado corporificado de modo mais imediato. Assim, itens lexicais que implicam a atividade visual pressupõem um traço de visualização imediato: qualquer item do campo

* Professor do Programa de Pós-graduação da PUC Minas. Coordenador do Grupo de Pesquisa Complex Cognitio. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6267-1542.

Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios. n.46, 2024 (2), p. 8-16
e-ISSN: 2358-3231 (OJS).

lexical da visão pode implicar o traço geral de [+movimentos oculares]; alguns podem ter traços mais específicos como *divisar, avistar,* que dispõem do traço de [+distância] do olho em relação ao objeto, entre outros. A descrição de adjetivos como *alto* e *baixo* devem conter a orientação corporal perceptiva de [+verticalidade], isto é, a perspectiva de um modo de percepção desses objetos, que não é necessariamente a única. Assim como *puxar* e *empurrar* devem ser marcados com algum traço envolvendo a mão – [atividade: manual], como também o traço de [+/- distanciamento do corpo]. Todas essas ações – e qualquer uma outra – se acham mapeadas e nossa atividade cortical, que envolve relações múltiplas entre regiões do cérebro.

Toda essa caracterização do significado, valendo-se de traços que implicam atividade corporal, porém, é apenas um detalhe que envolve algum tipo de representação e de descrição do significado de itens lexicais. Ela está longe de ser um princípio fundamental da corporificação, por ser uma percepção que reflete apenas um aspecto do problema. Isso não implica dizer que não possa ser uma questão importante para uma teoria semântica, mas não necessária à concepção da natureza da significação: corpóreo todos os significados o são, por serem uma parcela das nossas atividades cerebrais ao produzir sentido.

A corporificação é um desafio novo a ser enfrentado por qualquer teoria semântica que se pretenda atual; as teorias que foram tradicionalmente desenvolvidas e que operaram com a descrição semântica validada por traços descritivos para o significado não tiveram em conta uma preocupação com problemas da corporificação. Assim, as duas versões do estruturalismo – análise sêmica e análise componencial, bem como a semântica gerativa, a semântica interpretativa e a semântica cognitiva realizaram amplas configurações de traços para expressar o significado e, mesmo que tenham aproximado sua configuração a propósitos corpóreos, não havia nenhuma preocupação sistemática com dimensões do corpo. Por que a corporificação do significado se tornou uma questão central?

Provavelmente, existem muitos caminhos que nos levam a expor justificativas para essa questão. Aponto dois deles que pretendo discutir com mais detalhes: (a) a importância em mostrar como os processos sensórios-perceptivos foram retomados para configurar os organismos vivos (aqui destacaremos os humanos); (b) a necessidade de pensar a produção do

sentido pelo organismo a partir de sua experienciação com o ambiente como um padrão de adaptação contínua da auto-organização da vida.

Seguindo o primeiro caminho, a discussão sobre atividade sensório motora e a percepção como atividade mental andou, por muito tempo, sendo demarcada como territórios distintos e, em consequência, como processos isolados (e até independentes). Todavia, como as dicotomias foram sendo continuamente postas em suspensão, tornou-se difícil conceber que mente e sensores orgânicos fossem instâncias distintas para a atividade humana, quando orientada para categorizar, para conhecer as coisas do mundo. Se esse isolamento dos fenômenos sensoriais dos mentais já era difícil de ser justificado, mais complexa se tornou essa distinção, quando nesse território interveio o avanço sobre descobertas dos processos cerebrais. Que procedimentos mentais, que procedimentos sensoriais são acionados à revelia da atividade cortical?

Ainda que não se possa obter uma resposta direta e específica para toda forma pela qual a atividade cortical comanda nossos sensores, nossos estados mentais, ou de modo mais apropriado nossa atividade sensório-perceptiva, é um equívoco supor que possamos aventar alguma ação humana que dispense uma participação direta do cérebro. Por trás de uma postura integradora da nossa atividade processual, estão, necessariamente, os circuitos cerebrais que integram partes do cérebro que balizam as nossas ações no mundo. De acordo com pesquisas atuais desenvolvidas sobre o cérebro, qualquer forma de percepção congrega muitas regiões do *aparatus* cerebral. A percepção de formas, cores e movimentos não implica apenas regiões específicas do córtex visual (V3, V4 e V5, respectivamente), mas o córtex motor pré-frontal, o córtex ínfero-temporal, e outras áreas, dependendo da natureza da nossa acuidade perceptiva. Essa integração se estende a quaisquer de nossas atividades sensório-perceptivas, colocando em questão regiões isoladas, mapeamentos exclusivos em nossas atividades experienciais com o mundo das coisas.

Trilhando o segundo caminho, considerando a produção do sentido pelo organismo, ainda que possam existir restrições sobre a exclusividade da percepção direta, sem intermediação de conceptualismos ou de representações, um organismo constrói o seu *Umwelt* pelo modo contínuo que atua no ambiente, produzindo sentido. O nosso *Umwelt* nunca está concluído, pronto, pois está sujeito a um processo de readaptação que

um organismo enfrenta pela necessidade de reequilibrar, diante de seus tropeços orgânicos. Tudo isso implica que a auto-organização da vida precisa ser um processo incessante de produção de sentido: lutamos para buscar um equilíbrio para o organismo que, em função de forças exógenas do ambiente, se mostra em constante desequilíbrio. A busca da homeostasia é um parâmetro de que todo organismo se vale para manter-se estrutural e funcionalmente em adaptação, buscando equilíbrio.

Uma parte do teor dos tópicos que estou comentando aqui apareceu de forma indireta em alguns dos artigos que compõem esta edição e a ausência de uma abordagem mais específica deve-se à razão pela qual grande parte das reflexões tenha procurado contemplar fatos mais afeitos ao campo de pesquisa dos autores. Tudo isso responde, todavia, por uma fração dos artigos que estão sendo aqui apresentados, mas existe um outro campo de reflexão que busca contemplar uma dimensão social da linguagem, das questões de sentido incorporadas nas formas de vida que interagem uma sociedade. Nenhuma dessas questões – o poder, a ideologia, o político, o fazer socio-discursivo numa sociedade – é indiferente aos propósitos da auto-organização da vida. Contemplamos, até o momento, apenas em um nível biofísico, orgânico, mas precisamos avançar para um nível sócio-histórico, tão complexo quanto ao primeiro pelo seu teor também instável, continuamente desordenado, não-linear que requer diligências e ajustamentos contínuos.

Se precisamos do equilíbrio orgânico para produzir sentido, para compreender as coisas do mundo, para interpelar o ambiente físico, para interagir com ele, precisamos extrair ordem do caos que se faz presente nos sistemas sociais para que essa auto-organização alcance o mínimo de racionalidade, quiçá de estabilidade. Aqui surge, então, uma questão que nos inquieta: por que a dimensão orgânica e a social aparecem dissociadas nos processos de análise acadêmica, quando os instrumentos de que nos valemos para abordar uma e outra – *consciência, intenção, ação, agentividade, percepção, narratividade* – se assemelham em alguma extensão? Que liame é necessário erigir para a integração entre uma e outra?

Começo por uma colocação consensual, afirmando que qualquer atividade de um organismo, em quaisquer de suas dimensões, depende essencialmente da cognição. Não identificamos nenhuma atividade humana que seja independente da atividade cognitiva do organismo. Nesse

particular, a cognição é um processo natural, não obstante abordagens teóricas específicas, fazendo-se presente em nossas atividades orgânicas mais elementares, como nas atividades sociais mais elaboradas. Nas duas situações, precisamos nos auto-organizar em função do imprevisível, do imponderável, dos desequilíbrios que nos desafiam e para isso lançamos mão de processos cognitivos. Não há, em nossa existência, hiatos, lacunas em que ela se faça ausente, a não ser, possivelmente, em momentos de intensa degradação orgânica. A cognição, não importa a forma com que a adjetivamos, perpassa todos os estágios do nosso existir.

Para uma segunda colocação, ainda não caracterizada de modo unânime, é possível admitir que uma extensão natural da auto-organização da vida, isto é, seja a agentividade contínua, o investimento cumulativo de nossas enações sobre o ambiente, configurando todo o teor de nosso *Umwelt*. Somente a partir da reconfiguração da auto-organização da vida é que chegamos às formas de vida na sociedade. O que é, afinal, forma de vida? Qual a sua importância para a formulação que estamos desenvolvendo?

Forma de vida não é uma questão simples e isso se deve ao fato, possivelmente, de ser um conceito aplicável a qualquer organismo vivo que pudermos destacar em seu nicho, embora essa extensão de aplicação não tenha sido objeto de estudo dos teóricos que dele se ocuparam. Toda vida se auto-organiza por meio de sua estrutura e das funções que ativam *affordances* diversas para explorar o ambiente. O alcance diverso atribuído às formas de vida perfaz tantos as dimensões orgânicas, sociais e até mesmo religiosas, conforme levantamento realizado por diversos autores.

Assim, a partir dos autores que se dedicaram à questão, não vamos encontrar um único conceito de forma de vida, nem uma única aplicação do conceito. No fundo, todavia, podemos afirmar livremente que ela constitui o aqui e o agora de cada um de nós, em nossa existência no mundo. Dificuldades em definir uma forma de vida podem acompanhar as próprias dificuldades em definir vida, como mostra Kauffman que, depois de buscar uma explicação através do RNA, chega a concluir, intuitivamente, o que seja vida - *Assim, em outro sentido, a vida - complexa, completa, emergente - é simples, afinal, é um resultado natural do mundo em que vivemos*[1].

O conceito de formas de vida foi usado em muitas áreas diferentes: Burdach e Müller (séc XIX) usaram o termo para falar de vida animal, de

1 *So, in another sense, life - complex, whole,emergent - is simple after all, a natural outgrowth of the world in which we live.* (Kauffman, *apud* Hoffmeyer, p. 8)

um modo geral; Bischoff (1836), um anatomista, usou o termo para tratar a forma de vida (de anfíbios) e sua dependência com o ambiente; Darwin, para tratar de espécies animais *lato sensu*, mostrando especificidades orgânicas de cada uma. Para além da biologia, Schleiermacher usou o termo na psicologia para abordar o 'caráter individual das pessoas'; Humboldt, W. valeu-se do termo para expressar hábitos e costumes em relação ao uso da linguagem. Wechsler retratou a sociedade austríaca, no início do séc. XX, discorrendo sobre hábitos e costumes de 'camadas respeitáveis da sociedade', isto é, sua moda, padrões de sociabilidade, conversação, viagens, alimentação, esportes. Para esse autor, formas de vida deviam ser encaradas como práticas sociais de salão, que visassem minimizar conflitos sociais.

Assim, embora o conceito de forma de vida tenha sido recuperado a partir das formulações de Wittgenstein, sobretudo em relação à aproximação que fez com jogos de linguagem em *Investigações Filosóficas*, para muitos comentadores, não há um uso tecnicamente rigoroso do termo nas formulações do autor. Qual seria a tônica da formulação de Wittgenstein? Começo com uma citação do autor:

> §19. Pode-se representar facilmente uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. – Ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. – E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida. (IF. Pensadores, p. 15).

Alguns aspectos dessa formulação do autor são recorrentes em diversas explorações feitas em correlação com usos da linguagem, como por exemplo:

1. A vinculação das formas de vida ao funcionamento da linguagem: as formas de vida se materializam na linguagem, embora não possamos apenas nos apegar a certos tipos de atos de fala – a exemplificação predileta do autor – para concebê-la. Quaisquer atos de fala mostram traços de uma forma de vida: uma *ordem*, legitimamente construída, mostra uma superioridade do locutor em relação a um determinado alocutário; uma *súplica* inverte essa relação. Ordens e súplicas, como tantos outros atos fazem parte da atualização de formas de vida de agentes diversos numa

sociedade. Todavia, um ato como dar *Bom dia*, entre muitos outros, não integram nenhuma forma de vida em especial.

2. Uma forma de vida pode ser o conjunto das ações de um organismo no ambiente, mediadas pela linguagem. A extensão desse fato é necessária: uma forma de vida não pode estar apenas circunscrita a um sensor. O organismo que se estrutura como uma forma de vida depende do conjunto dos seus sensores para atuar no ambiente, embora existam formas de vida mais afeitas a uma atividade sensorial de modo mais especializado – nos esportes o sistema háptico pode ressaltar -, mas o organismo fora de um campo específico depende da integração total dos seus sensores. Jesús Padilla Gálvez e Margit Gaffal (numa referência específica a Wittgenstein) vão dizer: '*a experiência de compartilhar a objetividade permite a Wittgenstein enfatizar que somos criaturas biológicas socializadas, seres que compartilham uma história natural e cultural*' [2].

Mais à frente Wittgenstein destaca outro ponto:

> §23. Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de 'signo', 'palavras', 'frases'. E essa pluralidade não é nada fixa, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos (...). O termo 'jogo de linguagem' deve aqui salientar que o falar da linguagem é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. (Wittgenstein, 1979: 18).

Nesse comentário em que o autor associa uma forma de vida a um jogo de linguagem – entendido de forma mais simples como uma interlocução -, segue-se um conjunto de exemplos que podem ser associados às três formas de enações de um organismo no ambiente:

> a) o que ele experiencia – *agir segundo comandos, produzir um objeto, pedir, agradecer, cantar* (...);
>
> b) o que ele imagina – *relatar acontecimentos, resolver enigmas, representar teatro, traduzir uma língua* (...);

2 '*... la experiencia de compartir la objetividad permite a Wittgenstein remarcar que somos criaturas biológicas socializadas, seres que compartimos una historia natural y cultural*'.

> c) o que ele inventa – *criar uma história, fazer uma anedota, conjecturar* (...). (Wittgenstein, 1979: 19).

Nicholas Gier (Apud Boncompagni, 2015: 161) oferece uma definição complexa, segundo a qual o conceito de Lebensformen é desenvolvido em termos de quatro níveis: (1) nível biológico a partir do qual (2) atividades humanas únicas como fingir, lamentar etc. são, então, expressas em (3) vários estilos culturais que por sua vez têm sua base formal em uma (4) estrutura social da linguagem, geral (Wittgenstein's Weltbild).

Essa colocação de Gier evidencia com clareza a hipótese que destacamos aqui, ou seja, a perspectiva de uma integração da auto-organização da vida através do nível biológico que constitui o ponto de partida de uma forma de vida e que se expande em atividades que se pautam em funções cognitivas de níveis diversos – consciência, memória, intenção, percepção, sensações etc. – para constituir padrões de integração do organismo no ambiente e alcançar aquilo que somos, dentro de nosso Umwelt, conforme o próprio Wittgenstein questiona:

> Como eu poderia me colocar fora da minha forma de vida, minha *Weltbild*, e decidir se uma forma diferente de vida seria melhor? Claramente, não há como escapar, pois os limites da minha *Weltbild* significam os limites do meu *Welt*.

Mas aqui, novamente, na minha opinião, Wittgenstein não está fazendo uma afirmação transcendental no sentido tradicional de uma quase utopia sob as condições de possibilidade do conhecimento (ou suas observações sobre a impossibilidade de se sair da *Weltbild)* e da forma de vida humanas. Não se trata de especulações teóricas, mas de condições reais de existência de um organismo: vivemos o que somos e somos o que experienciamos. Nada impede, entretanto, que um organismo, com certo padrão de existência, almeje outra forma de vida: no mundo social, por exemplo, há affordances que nos conduzem ao caminho da complacência, outras que nos levam à beligerância.

Por fim, há muito o que explorar em relação às formas de vida e essa exploração pode nos levar a enxergar vinculações muito estreitas entre o campo das experienciações cognitivas e o campo das vivências discursivas.

Referências

HOFFMEYER, Jesper. (1998). *Surfaces Inside Surfaces*. On the Origin of Agency and Life in Cybernetics & Human Knowing, Vol. 5 (1), p. 33-42.

WITTGENSTEIN, L. (1999). *Investigações filosóficas*. São Paulo, Nova Cultural.

DAMMERT, P. L. (1014). *Resenha*. GÁLVEZ, J. P. y GAFFAL, Margit (eds.): Formas de vida y juegos de linguaje. Madrid: Plaza y Valdés, 2013, 268 pp.

BONCOMPAGNI, Anna. (2022). Cambridge; Cambridge University Press.

HACKER, P. M. S. (2015). Forms of Life. In; *Nordic Wittgenstein Review*. Special Issue, p. 1-20 .

Dossiê temático

Vida, emoção e significação: uma reflexão à luz da teoria biocultural, de Jordan Zlatev*

Igor Amaral Vitral Hollerbach Athayde**
Maria Luísa Rodrigues Sousa***

Resumo

Neste ensaio, exploramos o tema das emoções na teoria biocultural do significado de Jordan Zlatev (2002), situando-a no campo das discussões contemporâneas sobre as emoções e suas relações com a cognição e a linguagem (e.g. Scherer, 2005; Frijda e Scherer, 2008; Maturana, 2002; Cavalcante e Militão, 2016). Para Zlatev, o significado é uma relação que o organismo estabelece com seu ambiente, determinada pelo valor que atribui aos estímulos que dele recebe. Assim, entende-se que o significado emana da vida, mas também, para o organismo humano, das experiências culturais. No enquadramento dessa teoria, buscamos explorar o papel das emoções em processos de produção de sentidos e refletir sobre o modo como o ser humano significa a própria experiência qualitativa de suas emoções e as codifica na língua. Nas reflexões que ora empreendemos, a dimensão biológica afetiva da experiência humana mostra-se tão indispensável aos estudos semânticos contemporâneos quanto os fatores de ordem sistêmica, social e cultural.

Palavras-chave: Semântica; significado; emoções; cultura; valor.

* Este ensaio foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados na disciplina *Teoria Semântica,* ministrada pelo Prof. Dr. Hugo Mari, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, bem como das discussões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Complex Cognitivo, vinculado ao mesmo programa.

** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Bolsista da CAPES, igor.avha@gmail.com, Orcid: https://orcid.org/0009-0005-2493-0207.

*** Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras e graduanda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Bolsista Assistencial da PUC Minas, marialuisa.rdss@gmail.com, Orcid: https://orcid.org/0009-0007-8092-6119.

Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios. n.46, 2024 (2) p. 18-36.
e-ISSN: 2358-3231 (OJS).

Life, emotion and meaning: a reflection in light of Jordan Zlatev's biocultural theory.

Abstract

In this essay, we explore the theme of emotions within Jordan Zlatev's (2002) biocultural theory of meaning, situating it in the context of contemporary discussions on emotions and their relationship with cognition and language (e.g., Scherer, 2005; Frijda and Scherer, 2008; Maturana, 2002; Cavalcante and Militão, 2016). According to Zlatev, meaning is a relationship the organism establishes with its environment, determined by the value it assigns to the stimuli it receives. Thus, meaning is understood to stem from life, but also, for the human organism, from cultural experiences. Within this theoretical framework, we explore the role of emotions in sense-making processes and reflect on how human beings ascribe meaning to their qualitative emotional experiences and encode them in language. In the reflections we undertake here, the affective biological dimension of human experience proves to be as indispensable to contemporary semantic studies as systemic, social, and cultural factors.

Keywords: Semantics; meaning; emotions; culture; value.

1. Primeiras considerações: biologia e cultura nos estudos semânticos

O estudo do significado vem de uma longa tradição na filosofia, na psicologia e na linguística (Allan, 2015), englobando diversas abordagens teóricas que buscam compreender o modo como interpretamos e atribuímos sentido às nossas experiências no mundo. A semântica contemporânea vem acumulando influências dos mais variados campos do saber, dentre os quais podemos destacar a lógica, a semiótica, a etologia, os estudos cognitivos e, mais recentemente, as neurociências (Pulvermüller, 2013). Nesse contexto, a teoria biocultural do significado, proposta por Jordan Zlatev (2002), emerge como uma proposta integradora de aspectos biológicos e culturais na compreensão dos processos de significação. Ao abordar o significado como um fenômeno definido não somente por aspectos biológicos, mas também por práticas culturais e sociais, a teoria biocultural de Zlatev oferece uma perspectiva que integra as dimensões sistêmica, simbólica, funcional e interativa da significação.

Dentro deste quadro teórico, o estudo das emoções ganha uma importância significativa. As emoções, componentes fundamentais da experiência humana, não são apenas uma resposta biológica a estímulos do ambiente, mas também são disposições corporais que balizam os sentidos construídos intersubjetivamente pelo homem em sua (con)vivência (Cavalcante e Militão, 2016) e, portanto, possuem dimensão biológica e sociocultural. A teoria de Zlatev constitui uma base teórico-epistemológica para explorar como as emoções estão presentes na atividade humana de significar – e como elas mesmas são significadas e comunicadas – por meio de interações entre processos biológicos e culturais. Em outras palavras, Zlatev constrói um modelo teórico que permite investigar como a dimensão emocional da experiência humana subjaz ao próprio funcionamento situado da cognição e da linguagem, além de possibilitar descrever como essa dimensão é percebida, conceptualizada e expressa na interação linguística.
Neste ensaio, exploramos o tema das emoções na teoria biocultural do significado de Jordan Zlatev (2002), situando-a no campo das discussões contemporâneas sobre as emoções e suas relações com a cognição e a linguagem (e.g. Scherer, 2005; Frijda e Scherer, 2008; Maturana, 2002;

Cavalcante e Militão, 2016). Pretendemos explorar, no enquadramento dessa teoria, o papel das emoções em processos de produção de sentidos e refletir sobre o modo como o ser humano significa a própria experiência qualitativa (sentimentos[1]) de suas emoções.

2. Sentido: cultura e experiência corporificada

2.1 A teoria biocultural do significado: uma proposta de integração

Os fundamentos da teoria biocultural do significado que aqui descrevemos são apresentados por Jordan Zlatev (2002) em seu artigo "Meaning = Life (+ Culture): an outline of a unified biocultural theory of meaning". A definição de significado presente nessa teoria parte do sistema de valores intrínsecos (inatos ou adquiridos) atribuídos por um organismo aos estímulos recebidos do ambiente. Esse sistema de valores intrínsecos se refere à capacidade do organismo de categorizar estímulos do ambiente como 'desejáveis' ou 'indesejáveis', procurando os primeiros e afastando-se dos últimos de acordo com suas necessidades e demandas biofisiológicas (cf. Cisek, 1999 apud Zlatev, 2002, p. 258). Porém, em organismos mais complexos, os valores atribuídos ao ambiente podem ser adquiridos social e culturalmente, não resultando apenas das demandas fisiológicas mais imediatas – de modo que o mundo significável para plantas, bactérias e insetos, por exemplo, consiste na experiência física, percepto-sensorial, enquanto, para o organismo humano, consiste também em relações e práticas sociais, normas e convenções.

Com essas premissas, Zlatev (2002) estabelece dois princípios básicos que estruturam sua teoria do significado:

> 1. "Todo sistema vivo e apenas sistemas vivos são capazes de significar. Isso acontece porque a vida implica a presença de valores intrínsecos, que constituem a condição necessária e suficiente para o significado." (Ibid, p. 257, *tradução nossa*).

1 A diferenciação que fazemos entre *emoções* e *sentimentos* será explorada na seção 3.1 deste trabalho.

2. “Existe uma hierarquia de sistemas de significado que é tanto evolutiva quanto epigenética: cada nível precedente é pressuposto e integrado àquele que se segue, seja em evolução seja no desenvolvimento humano ontogenético.” (Ibid, p. 258, *tradução nossa*).

A partir desses princípios, Zlatev define o significado (S) como “a relação entre um organismo (O) e seu ambiente (A) físico e cultural, determinado pelo valor (V) de A para O” (Zlatev, 2002, p. 258). Esse conceito de significado, resumido na fórmula “**S = V (O, A)”**, é explicitado pelo autor em seis teses complementares:

TESE 1. Significado é a relação entre um organismo e seu ambiente, determinado pelo valor que aspectos particulares e ambientais estabelecem para o organismo em questão. (Ibid, p. 260, *tradução nossa*).

TESE 2. O significado de aspectos físicos (categorias), percebidos por meio de sistemas de valores internos, está fundamentado em seu papel para preservação da vida de um indivíduo e de seus semelhantes. (Ibid, p. 260, *tradução nossa*).

TESE 3. O significado de aspectos culturais (categorias) é avaliado com base em sistemas convencionais de valores, consistindo (predominantemente) de signos. Estes precisam ser adquiridos antes de poder determinar uma relação significativa para o organismo. (Ibid, p. 261, *tradução nossa*).

TESE 4. Tanto os sistemas de valores inatos como os adquiridos servem como *sistemas de controle*, direcionando e avaliando comportamentos do organismo, bem como sua adaptação. (Ibid, p. 261, *tradução nossa*).

TESE 5. O valor intrínseco, e consequentemente o significado, está intimamente conectado *à emoção e aos sentimentos* e representa uma condição necessária, mas não suficiente para a experiência fenomênica. (Ibid, p. 262, *tradução nossa*).

TESE 6. Com base nos conceitos introduzidos nas Teses 1-5, quatro diferentes tipos de sistemas de significado podem ser definidos, formando uma hierarquia evolutiva e epigenética. (Ibid, p. 261, *tradução nossa*).

Não nos cabe, neste momento, detalhar cada uma das 6 teses enunciadas por Zlatev. Posteriormente, entretanto, as retomaremos para os propósitos deste trabalho, estabelecendo diálogos com outros estudos no campo das emoções humanas. Por ora, interessa-nos reconhecer que, com essas teses, Zlatev cumpre a promessa de unificar uma teoria simultaneamente bio-ecológica e sócio-semiótica do significado.

Em sua proposta unificadora, Zlatev parte de ideias postuladas em campos do saber até então fragmentados. A confluência dessas ideias possibilita uma integração das duas dimensões do significado, pois formaliza uma teoria que considera tanto os processos biofisiológicos do organismo, que age em seu meio para produzir sentido, quanto a experiência intersubjetiva da espécie humana — e de outras espécies que, como nós, são capazes de agir coletivamente para significar, comunicando valores, estabelecendo convenções e construindo tradições.

Relativamente à dimensão bio-ecológica do significado, um dos campos a que Zlatev recorre é a etologia de Jacob von Uexküll (1982), que inaugurou a chamada *biossemiótica*. Das contribuições teóricas do trabalho de Uexküll, o autor destaca o conceito de *Umwelt,* que corresponde ao mundo subjetivo do organismo, criado a partir dos estímulos que ele recebe na interação com o ambiente. Além disso, Zlatev também retoma em seu trabalho a noção de *affordance,* uma contribuição da psicologia ecológica de James Gibson (1979). Em uma perspectiva interacionista que integra percepção e ação, *affordances* são as potencialidades — ou possibilidades de ação — oferecidas pelo ambiente ao organismo que o significa. As influências aqui explicitadas são fundamentais para a compreensão da dimensão biológica da significação, pois é em seu *Umwelt* que o organismo age e interage a partir das *affordances* que recebe, atribuindo valores internos para a manutenção da vida e, portanto, significando estímulos do ambiente.

Ainda na dimensão biológica do significado, Zlatev menciona o papel do sistema biológico de valores nos processos de categorização e memória, a partir da teoria da consciência de Edelman (1992). Por fim, o autor recorre aos estudos de Damásio (2011) sobre o papel central das emoções na cognição e na consciência. Essa última contribuição tem especial relevância às reflexões que construímos neste ensaio.

Quanto à dimensão sócio-semiótica do significado, por sua vez, Zlatev menciona em seu artigo três maiores contribuições teóricas: a teoria da 'relatividade linguística' de Whorf (1956), a psicologia genética de Vygotsky (1978) e a linguística sistêmico-funcional de Halliday (1975). A teoria de Benjamin Whorf (1956) contribui para o entendimento das bases socioculturais do significado ao sugerir que a estrutura linguística influencia a percepção e o pensamento, destacando como diferentes culturas determinam diferentes maneiras de significar o mundo. A psicologia genética de Vygotsky (1978) amplia essa perspectiva ao enfatizar o papel das interações sociais e culturais no desenvolvimento cognitivo, demonstrando como o significado é construído através de processos de mediação social e cultural. Já a linguística sistêmico-funcional de Halliday (1975) descreve o funcionamento da linguagem em contextos sociais para realizar funções específicas, evidenciando a interdependência entre linguagem, contexto e significado. Juntas, essas teorias apontam para o modo como o significado é co-construído por seres humanos, convencionalizado e negociado em contextos sociais específicos, mas também enfatizam, segundo Zlatev (2002, p. 258), a centralidade da mediação semiótica para a cognição.

2.2 Valor, sentido e categorização

A noção de valor presente na teoria de Zlatev, como expusemos anteriormente, parte da capacidade do organismo para classificar estímulos do ambiente como 'desejáveis' ou 'indesejáveis', procurando os primeiros e afastando-se dos últimos de acordo com suas necessidades e demandas biofisiológicas. Essa descrição corresponde a um **sistema de valores inatos**, que os organismos mais elementares possuem. Seres como bactérias e vermes são capazes de agir de acordo com suas disposições pré-determinadas biologicamente, buscando aquilo que lhes é essencial para a manutenção da vida e se afastando de ameaças. Para além de um sistema de valores inatos, porém, existe um sistema de valoração por **associações adquiridas** (Zlatev, 2002. p. 260), presente em organismos mais complexos, como é o caso de quase todos os vertebrados. Trata-se de um sistema de valoração que associa estímulos do ambiente a esquemas sensório-motores. Essas associações

são parcialmente inatas, parcialmente aprendidas por condicionamento e envolvem estruturas neurais do sistema nervoso central.

Avançando na hierarquia evolutiva proposta por Zlatev em sua Tese 6, encontramos organismos que, além de possuírem um sistema de valores inatos e serem capazes de construir associações adquiridas, também possuem um sistema de valoração por **convenções miméticas** (Zlatev, 2002. p. 262). Esse sistema de valoração está presente em mamíferos e cetáceos e envolve um sistema de neurônios-espelho bem desenvolvido. As convenções miméticas dependem de aprendizado por imitação e consistem na associação de estímulos a comportamentos por esquemas miméticos. Por fim, encontramos o **sistema simbólico de valores** (Zlatev, 2002, p. 264), que seria uma especificidade do ser humano.

Na teoria de Zlatev, as diferentes formas de se atribuir valores são fundamentais para os processos de significação, uma vez que se define o significado como a *relação entre organismo e ambiente*, em função do valor do ambiente para o organismo (cf. Tese 1). Zlatev ainda afirma a importância desses sistemas de valores para os processos de categorização, uma vez que estímulos com valores semelhantes em contextos diferentes formam *categorias*. O autor esclarece isso no seguinte excerto:

> O ambiente do organismo pode ser apenas físico, como é o caso dos seres vivos simples, ou tanto físico quanto cultural, como é o caso dos animais culturais e, acima de tudo, dos seres humanos. Um exemplo de um aspecto físico significativo é a luz solar; um exemplo de um aspecto cultural significativo é um aperto de mão. O significado do segundo é convencional (embora não completamente arbitrário), enquanto o primeiro não é, mas em ambos os casos, um aspecto do ambiente tem significado para o organismo na medida em que tem valor para esse organismo. O valor pode variar entre graus positivos ou negativos, e assim o aspecto será significativo de forma positiva ou negativa. Se o aspecto não tiver valor algum para o organismo, será insignificante. Aspectos com valor equivalente em diferentes contextos formam categorias e, portanto, o valor é central para a categorização (Zlatev, 2002, p. 257, *tradução nossa*).

Exemplificando a importância do valor atribuído a aspectos físicos do ambiente para a significação, Zlatev menciona o significado que a luz solar tem para organismos os mais simples, como uma planta, por

exemplo. O estímulo da luz solar representa, para o organismo, um fator crucial para a manutenção da própria vida; esse **valor inato** que o estímulo tem determina a relação que o organismo estabelece com seu ambiente e, portanto, o modo como ele o significa. Um outro exemplo de categorização que decorre diretamente da experiência sensorial, física, do organismo no ambiente é a *categorização perceptual*, como fazemos com as cores e com os sons. De maneira semelhante, um pequeno roedor é capaz de identificar coisas percebidas no ambiente com seus sensores como fundamentais à própria sobrevivência, valorizando-as positivamente a partir de **associações adquiridas** e produzindo uma categoria como [ALIMENTO], por exemplo.

Os organismos humanos também criam categorias de estímulos físicos do ambiente a partir de um sistema de valores inatos. Entretanto, evolutivamente, encontramo-nos no último nível da hierarquia proposta por Zlatev em sua Tese 6, justamente por sermos capazes de significar a partir de **valores inatos, associações adquiridas, convenções miméticas e sistemas simbólicos**. A categorização de aspectos culturais pelo ser humano depende de todos esses sistemas de valores, pois se dá na interação entre organismos capazes de negociar sentidos, criar convenções e agir intersubjetivamente sobre seu ambiente.

Em uma perspectiva corporificada, podemos afirmar que a construção de categorias abstratas deriva parcialmente da experiência física (sensório-motora) por meio de uma cadeia de abstrações (Harnad, 2005). Essa cadeia de abstrações se dá, também, no processamento dos sentidos negociados na interação (intersubjetiva) entre organismos e seu ambiente.

A compreensão que explicitamos nesta seção é fundamental para a discussão que propomos a seguir, sobre o modo como o ser humano experiencia suas emoções e significa a própria experiência emocional. As duas perguntas que pretendemos responder, à luz da teoria biocultural de Zlatev, são: 1) como um estado emocional influencia a forma como significamos o mundo?; 2) como conceptualizamos nossa própria experiência de emoções específicas? Para isso, porém, é preciso antes definir a *emoção* e diferenciá-la de um outro fenômeno afetivo: o *sentimento*.

3. Emoções e linguagem

3.1 O que são emoções?

No artigo "What are emotions? And how can they be measured?", Klaus R. Scherer (2005) descreve e defende uma concepção componencial e processual das emoções, diferenciando-as dos sentimentos em uma maneira semelhante àquela proposta por Damásio (2011). Para Scherer (2005, p. 697), uma emoção é

> um episódio de mudanças inter-relacionadas e sincronizadas nos estados de todos ou na maioria dos cinco subsistemas do organismo em resposta à avaliação de um evento-estímulo interno ou externo como relevante às principais preocupações do organismo (Scherer, 2005, p. 697, *tradução nossa*).

Os cinco subsistemas a que o autor se refere são sistemas funcionais do organismo, responsáveis por sua interação com o ambiente (*sistema de processamento informacional, sistema de suporte, sistema executivo, sistema de ação, sistema de (auto)monitoramento*). Esses subsistemas correspondem de maneira não biunívoca a substratos maiores do organismo, especificamente de seu sistema nervoso[2], como sistema nervoso central, sistema neuro-endócrino, sistema nervoso autônomo e sistema nervoso somático. Scherer relaciona cada um desses subsistemas a funções e componentes específicos das emoções (cf. Scherer, 2005), como o componente cognitivo (de valoração), o componente neurofisiológico (de produção dos sintomas corporais), o componente motivacional (de tendências de ação), o componente de expressão motora (facial, vocal ou gestual), e o componente da experiência subjetiva das emoções.

É possível ampliar essa definição de emoção, de modo a incluir até mesmo organismos mais elementares que, embora não possuam um sistema nervoso, têm suas próprias maneiras sofisticadas de processar estímulos e atribuir valores a eles, produzindo seus *Umwelten* e agindo conforme as *affordances* que recebem do ambiente. Cavalcante e Militão

2 Essa definição de emoções excluiria, portanto, organismos mais elementares, como plantas, bactérias e protozoários. Estes, porém, possuem maneiras sofisticadas de responder a estímulos e se comunicar internamente, produzindo significado sobre o mundo de uma maneira mais primitiva (cf. Zlatev, 2002).

(2006) oferecem uma sistematização mais inclusiva dessa definição a partir de estudos subsequentes (Frijda e Scherer, 2009; Scherer, 2013). As autoras conceptualizam uma emoção como "um episódio caracterizado por um padrão emergente de sincronização entre diferentes componentes que preparam respostas adaptativas para eventos relevantes [ao organismo]". Além disso, destacam que as emoções se estruturam sistêmica e funcionalmente, "com base em: **valor de relevância do ambiente para o organismo; força motivacional que gera prontidão para a ação; engajamento do organismo 'inteiro' na ação; busca do controle das ações."** (Cavalcante e Militão, 2016, p. 46, grifo das autoras).

Uma vez definidas as emoções como episódios corporais que preparam ações adaptativas do organismo, nota-se que estas podem se estruturar, no organismo, em diferentes graus de complexidade. Assim, conforme António Damásio (2011), é possível classificar as emoções em *primárias* e *secundárias*. São consideradas primárias as emoções que configuram reações inatas, 'pré-organizadas' e integradas de todo o corpo a estímulos físicos e sociais carregados de valor (Damásio, 2011, p. 160). Essas emoções são inatas e universais, não requerem um processamento cognitivo complexo e surgem rapidamente em resposta a estímulos do ambiente. São exemplos de emoções primárias o medo, a raiva, a alegria, o nojo e a surpresa. Já as emoções secundárias ocorrem uma vez que começamos a experimentar sentimentos e a formar conexões sistemáticas entre categorias de objetos e situações, por um lado, e emoções primárias, por outro (Damásio, 2011, p. 14). Essas emoções são mais complexas e desenvolvem-se a partir da interação entre as emoções primárias e a experiência sociocultural, requerendo um processamento cognitivo mais complexo. São exemplos de emoções secundárias a culpa, a vergonha, o ciúme, a gratidão e o orgulho.

Além da distinção entre emoções primárias e secundárias, é também necessário diferenciar emoções e sentimentos. Scherer (2005) afirma que, enquanto as emoções encontram-se no plano das disposições corporais do organismo, os sentimentos correspondem à "experiência subjetiva da emoção, que se presume ter uma função importante de monitoramento e regulação. De fato, sugere-se que sentimentos integram a representação central da organização da resposta impulsionada pela avaliação na emoção" (Scherer, 2005, p. 699, *tradução nossa*). Essa concepção vai ao encontro do

pensamento de Damásio (2011), para quem os sentimentos envolvem a consciência qualitativa das emoções, ao passo que estas não ocorrem a nível da consciência. Cavalcante e Militão (2016) sintetizam essas diferenças, explicando que

> As emoções envolvem, então, estados biofisiológicos e psicossociais pelos quais agimos. Sentimentos, [por sua vez], estão relacionados à ordem epistêmica dessas emoções [...] Dito de outra forma, a emoção deve ser compreendida como uma experiência de natureza biofisiológica [e], o sentimento, como uma experiência consciente, subjetiva, dos estados emocionais [...] (Cavalcante e Militão, 2016, p. 48).

Com essa definição de emoções e sua distinção do conceito de sentimentos, podemos nos aproximar do papel fundamental da experiência emocional nos processos de produção de sentido pelo organismo, conforme estabelecido na teoria biocultural de Zlatev. Em seguida, apresentaremos um panorama de outros estudos que trazem as emoções à base do funcionamento da linguagem humana e ao próprio surgimento da linguagem como uma possibilidade evolutiva.

3.2 A linguagem situada na experiência das emoções

Como expusemos anteriormente, Zlatev afirma em sua Tese 5 que o valor intrínseco (inato ou adquirido) que o organismo atribui ao seu ambiente está intimamente relacionado à *emoção* e aos *sentimentos* que experiencia. Isso decorre do fato de que as disposições corporais do organismo, marcadas por padrões emergentes de sincronização entre os cinco subsistemas discriminados por Scherer (2005), estão implicadas nos sistemas de valores e, portanto, nos processos de categorização (desde a categorização por associação adquirida até as categorizações mais abstratas construídas pela mente humana), conforme explicitado na seção 2.3 deste ensaio.

No caso dos sistemas de valoração por associação adquirida, podemos supor a implicação das emoções primárias, uma vez que

a atribuição de valores a estímulos do ambiente requer episódios de mudanças corporais sincronizadas do organismo para agir em resposta. Isso não significa, porém, que todos os organismos capazes de construir tais associações experienciam fenomenicamente as emoções e possuem as percepções qualitativas a que chamamos sentimentos. Isso dependeria de um nível de consciência mais sofisticado, que mamíferos de ordens mais próximas ao ser humano, como os chimpanzés, demonstram possuir (Tomasello, 1985).

Em sistemas de valoração mimética e, sobretudo, nos sistemas simbólicos, estão implicadas não apenas as emoções primárias, mas também as secundárias. Zlatev deixa clara essa implicação ao afirmar que,

> sem a compreensão da intencionalidade e das emoções secundárias, não seria possível para um organismo aprender categorias culturais, que devem seu significado não à sua utilidade direta para o organismo, mas ao valor que lhes é atribuído pelos outros membros do grupo (Zlatev, 2002, p. 266, *tradução nossa*).

Cavalcante e Militão (2016) retomam a compreensão de Zlatev sobre papel das emoções nas atividades simbólicas humanas, sistematizando-a ao reiterar que

> a experiência emocional humana envolve ações que decorrem de padrões emergentes da sincronização dos sistemas orgânicos corporais (sistemas visual, auditivo, circulatório, respiratório, digestivo, límbico) implicados nas funções cognitivas (sensação, percepção, atenção, memória) e, por sua vez, nas vivências semióticas intersubjetivas, instanciadas em diferentes linguagens (verbal, visual, musical, matemática, etc.) pelos seres humanos. A manifestação das emoções pressupõe, portanto, movimentos multissistêmicos de uma mente corporificada que age atribuindo valor às relações que estabelece com o ambiente. (Cavalcante; Militão, 2016, p. 47).

Outro autor relevante para a compreensão do papel fundamental das emoções para a emergência e para o funcionamento da linguagem é o neurobiólogo Humberto Maturana (2002). Para Maturana, "biologicamente, as emoções são disposições corporais que determinam ou especificam domínios de ações" (Maturana, 2002, p. 16). O autor ainda afirma que

"não há ação humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato" (*Ibid*. p. 22). Por conseguinte, "para que se desse um modo de vida baseado no estar juntos em interações recorrentes no plano da sensualidade em que surge a linguagem, seria necessária uma emoção fundadora particular, sem a qual esse modo de vida na convivência não seria possível." A essa emoção, Maturana chama *amor*:

> O amor é a emoção que constitui o domínio de ações em que nossas interações recorrentes com o outro fazem do outro um legítimo outro na convivência. As interações recorrentes no amor ampliam e estabilizam a convivência; as interações recorrentes na agressão interferem e rompem a convivência. Por isso a linguagem, como domínio de coordenações consensuais de conduta, não pode ter surgido na agressão, pois esta restringe a convivência, ainda que, uma vez na linguagem, ela possa ser usada na agressão (Maturana, 2002, p. 22, *tradução nossa*).

A biologia do amor de Maturana explica o papel das emoções como condição de emergência da linguagem, tanto em uma perspectiva evolutiva quanto ontológica.

4. Como conceptualizamos nossa experiência emocional?

A compreensão que o ser humano tem da própria experiência emocional vai além da simples percepção das emoções; envolve uma complexa interação entre processos biológicos e culturais responsáveis pela significação que fazemos dessas experiências. A partir da perspectiva da teoria biocultural do significado, podemos explorar como a nossa capacidade de conceptualizar emoções não é apenas um produto das disposições biológicas inatas, mas também é influenciada por convenções culturais e práticas sociais. O objetivo desta reflexão é explicar, à luz dessa teoria, como conceptualizamos experiências emocionais e as codificamos na língua por meio de palavras de conteúdo emocional como substantivos, verbos e adjetivos (e.g. *medo*, *temer* e *medroso*), mas também por meio das diferentes configurações de sintagmas preposicionais em diferentes línguas (e.g. [tremer] *de medo* *vs.* [tremble] *with* fear, etc.) que manifestam

diferentes modos de perspectivação ou *construal*[3] (Gonçalves-Segundo, 2017) da experiência emocional.

Em um capítulo intitulado "A a relevância da emoção para a linguagem e para a linguística", Ad Foolen (2016) considera as relações entre emoções e linguagem sob três perspectivas: a conceptualização das emoções, a expressão das emoções e a relação das emoções com a base situada (*grounding*) da linguagem. Quanto à primeira perspectiva, que sobretudo nos interessa discutir neste trabalho, o autor analisa classes de palavras que codificam na língua a experiência emocional humana e que nos permitem, portanto, falar sobre nossas emoções. Valendo-se de estudos linguísticos diversos, o autor afirma que

> Com substantivos como amor, raiva, surpresa, podemos falar sobre emoções. Mas outras classes de palavras também possuem conteúdo que diz respeito às emoções, em particular verbos (amar, odiar, temer) e adjetivos (feliz, triste, irritado). A seguir, vamos examinar substantivos e verbos, deixando de lado os adjetivos, mas acrescentaremos preposições, pois elas desempenham um papel nos aspectos relacionais (amor por algo) da conceitualização das emoções. (Foolen, 2016, p. 350, *tradução nossa*).

Antes de adentrar propriamente na codificação que fazemos na língua de aspectos de nossa experiência emocional, é preciso compreender as bases do modo como significamos nossas próprias emoções. Sendo as emoções "disposições corporais que determinam ou especificam domínios de ações", como queria Maturana (2002), ou episódios corporais caracterizados "por um padrão emergente de sincronização entre diferentes componentes que preparam respostas adaptativas para eventos relevantes [ao organismo]" (Cavalcante e Militão, 2016), como podemos tomar conhecimento desses estados corporais, a ponto de significá-los em nossa experiência?

A resposta a essa pergunta deve passar, invariavelmente, pela noção de *interocepção* (Critchley; Garfinkel, 2017), um mecanismo por meio do qual o organismo percebe processa os sinais internos do corpo, como batimentos cardíacos e sensações viscerais. Esses sinais são fundamentais para a experiência emocional, pois contribuem para a emergência da consciência qualitativa dos estados emocionais (sentimentos) e influenciam

3 Dentre as operações de perspectivação conceptual que subjazem ao modo como as emoções são conceptualizadas em diferentes línguas, cabe destacar a metáfora conceptual, como veremos mais adiante.

comportamentos adaptativos. Percebendo os estados corporais internos que caracterizam uma determinada emoção e tomando consciência desses estados, o organismo significa não só o ambiente que os estimula, mas também o próprio corpo e sua relação com o ambiente. Daí surge a possibilidade de categorizarmos não às emoções diretamente, mas aos sentimentos que temos desses estados emocionais.

Os conceitos emocionais são, portanto, conceitos de sentimentos. Não obstante, os conceitos que construímos de nossos estados emocionais não são resultado direto da interocepção, mas passam pela negociação simbólica, intersubjetiva, do sentido que fazemos dos sentimentos. Follen menciona em seu capítulo um estudo de Wierzbicka (1999 apud Foolen, 2016) que apresenta evidências nesse sentido, mostrando que línguas diferentes variam no modo como recortam o campo emocional. Um dos exemplos apresentados pelo autor demonstra que o alemão faz uma distinção entre "Eifersucht" (ciúmes de relacionamentos) e "Neid" (inveja de posses materiais), enquanto o holandês usa "jaloezie" para ambos. Essas diferenças podem, inclusive, influenciar como os falantes percebem e experimentam emoções.

Quanto aos substantivos usados para representar conceitos emocionais, Foolen (2016, p. 351) afirma que a variação lexical no campo emocional pode ser mais fluida e culturalmente específica do que em áreas como objetos concretos. Estudos linguísticos em uma perspectiva diacrônica mostram como a conceptualização das emoções pode evoluir ao longo do tempo, acumulando sentidos produzidos culturalmente por uma dada comunidade de fala.

Em relação ao uso dos verbos, o autor (Foolen, 2016, p. 352) apresenta estudos que evidenciam que os conceitos para os sentimentos são processuais e envolvem diferentes papeis, como Causador, Experienciador, Alvo e Efeito. Os verbos emocionais podem ser categorizados em três classes: causativos, inacusativos e com sujeito experienciador. A forma como esses sentimentos são conceptualizados pode variar entre línguas e ao longo do tempo, refletindo diferentes padrões sintáticos e mudanças na posição do Experienciador.

Por fim, o autor destaca o papel das preposições na conceptualização de aspectos da experiência emocional. As preposições ajudam a relacionar sentimentos com causas ou alvos, e podem variar entre línguas. Por

exemplo, o holandês tende a usar preposições que indicam emoções como companhias (e.g. *met blijdschap = [fazer algo] com alegria*), enquanto o hebraico pode usar preposições que conceptualizam emoções com a metáfora EMOÇÃO É CONTÊINER (e.g. *be-simxa = [fazer algo] em alegria*). Essas diferenças mostram como as línguas percebem e estruturam a relação entre emoções e suas causas.

Em síntese, a nossa capacidade de conceptualizar experiências emocionais é profundamente influenciada por uma interação entre processos biológicos e culturais. A interocepção permite que percebamos e tomemos consciência dos estados corporais associados às emoções, mas a forma como codificamos e expressamos essas emoções na língua está também imersa em práticas culturais e linguísticas específicas. As palavras que usamos — substantivos, verbos e preposições — não apenas refletem a consciência qualitativa que temos de nossos estados emocionais (sentimentos), mas também influenciam a forma como entendemos e comunicamos essas experiências. A variação na conceptualização emocional entre diferentes línguas e culturas evidencia que nossa percepção das emoções é dinâmica, revelando a complexidade da relação entre linguagem, cultura e experiência emocional. Assim, a teoria do significado proposta por Zlatev oferece uma fundamentação teórica extremamente relevante à análise desses fenômenos, ao unificar as dimensões bio-ecológica e sócio-semiótica do significado.

5. Considerações finais

Exploramos aqui, à luz da teoria biocultural do significado (Zlatev, 2002), as relações entre os aspectos biológicos e culturais da significação e a experiência emocional humana. Destacamos o papel constitutivo da dimensão do emocionar para os processos (linguísticos e não linguísticos) de produção de sentidos. Além disso, buscamos descrever, no escopo da teoria biocultural, como as emoções são percebidas interoceptivamente e significadas intersubjetivamente, destacando o papel crucial da consciência qualitativa das emoções para a formação dos sentimentos e para a percepção dos estados corporais que os caracterizam. A partir desse embasamento teórico, é possível investigar como a linguagem codifica essas experiências

emocionais – conforme exemplificamos com os estudos reunidos por Foolen (2016) sobre o valor sistêmico de substantivos, verbos e preposições que refletem a perspectivação (construal) subjacente à conceptualização linguística das emoções.

Referências

ALLAN, K. A history of semantics. In: Riemer N. *The Routledge Handbook of Semantics.* 1. ed. Abingdon Oxon UK: Routledge, p. 48-68, 2016.

CAVALCANTE, Sandra; MILITÃO, Josiane. O lugar das emoções no processo de produção dos sentidos. *Emoções: Desafios para estudos da linguagem e cognição*, v. 1, n. 54, p. 41- 70, 2016.

DAMÁSIO, António. *Descartes' Error:* Emotion, Reason, and the Human Brain. New York: Grosset/Putnam, 2011.

FOOLEN, Ad. A relevância da emoção para a linguagem e para a linguística. In: CAVALCANTE, Sandra; MILITÃO, Josiane. *Emoções: Desafios para estudos da linguagem e cognição*, v. 24, n. 84, p. 11 - 40, 2016. Disponível em: https://issuu.com/cespuc/docs/emo_es_desafios_para_estudos_da_linguagem_e_da_co. Acesso em 15 de jul. 2024.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A relevância da noção de perspectivação conceptual (construal) no âmbito dos estudos do texto e do discurso: teoria e análise. Letras, v. 27, n. 54, p. 67-100, jan. 2017.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política.* Educação e Sociedade, v. 24, n. 84, p. 57-69, 2003.

TOMASELLO, Michael; GEORGE, Barbara L.; KRUGER, Ann Cale; JEFFREY, Michael; FARRAR, Andrea; EVANS, Andrea. *The development of gestural communication in young chimpanzees.* Journal of Human Evolution, v. 14, n. 2, p. 175-186, ano 1985. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047248485800051.

SCHERER, Klaus R. *What are emotions?* And how can they be measured? *Social Science Information*, v. 44, p. 695-729, 2005.

PULVERMÜLLER, Friedemann. *How neurons make meaning:* brain mechanisms for embodied and abstract-symbolic semantics. Trends in Cognitive Sciences, v. 17, n. 9, p. 458-470, 2013.

ZLATEV, Jordan. *Meaning = Life (+ Culture):* an outline of a unifield biocultural theory of meaning. Journal of Cross-Cultural Psychology, v. 40, n. 2, p. 1-26, 2002.

Intersubjetividade: pré-requisito para a dinâmica comunicacional*

Andréa Thimóteo Costa Cavalheiro**
Thaís Cristina de Assis***

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar aspectos da intersubjetividade nos primeiros meses de vida do bebê e analisar como se dá esse processo nas interações discursivas entre o bebê e o outro/cuidador, bem como na realização de ações decorrentes de atos comunicacionais entre a criança e seus cuidadores. A interação prazerosa observada já desde o nascimento fornece pistas sobre como o cérebro humano irá orquestrar funções para mover o corpo com eficiência. O fenômeno/processo "intersubjetividade", observado a partir da experienciação do bebê, depende de outros processos cognitivos para seu desenvolvimento. A empatia do outro adulto, direcionada à criança, é fundamental para que esses processos se realizem. O que se pretende apresentar no presente artigo são trechos que apresentem a construção do saber do bebê em relação ao mundo e ao objeto e seu compartilhamento com outro na interação, i.e. a intersubjetividade. A metodologia usada neste estudo foi i) revisão bibliográfica ii) análise da comunicação bebê-outro/cuidador.

Palavras-chave: intersubjetividade; interação primária; comunicação bebê-outro/cuidador.

* Este artigo foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados na disciplina Pragmática, enação, ação e atos de fala, ministrada pelo Professor Hugo Mari, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Doutoranda do programa de pós-graduação do departamento de Letras/ Mestre em Linguística e língua portuguesa. Psicopedagoga. Bolsista CNPq. Orcid: 0009-0004-6255-7514..

*** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG. Doutoranda do programa de pós-graduação do departamento de Letras/ Mestre em Linguística. Audiodescritora. Bolsista CAPES. ORCID: 0000-0001-6090-0914.

Intersubjectivity: prerequisite for communication dynamics

Abstract

The objective of this article is to analyze aspects of intersubjectivity in the first months of a baby's life and to analyze how this process occurs in discursive interactions between the baby and the other/caregiver, as well as in the performance of actions resulting from communicational acts between the child and its caregivers. The pleasurable interaction observed since birth provides clues about how the human brain will orchestrate functions to move the body efficiently. The phenomenon/process of "intersubjectivity", observed from the baby's experience, depends on other cognitive processes for its development. The empathy of the other adult, directed at the child, is fundamental for these processes to take place. What we intend to present in this article are excerpts that present the construction of the baby's knowledge in relation to the world and the object and its sharing with another in the interaction, i.e. intersubjectivity. The methodology used in this study was i) bibliographic review ii) analysis of baby-other/caregiver communication.

Keywords: intersubjectivity; primary interaction; baby-other/caregiver communication.

Introdução

O surgimento da intersubjetividade no bebê ocorre muito cedo e parece depender de outros processos cognitivos, derivados das (inter)relações da criança com o outro (Golse, 2004). Durante o seu desenvolvimento, outras funções cognitivas são ativadas, interligando-se e fortalecendo esta capacidade de realizar trocas de experiências nas relações interpessoais, sendo uma condição irrefutável para sua emergência a presença de duas ou mais entidades (agentes), — o eu e o outro —, envolvidos numa interação face a face. Neste sentido, a bidirecionalidade é um marcador fundamental para a realização de ações entre os interlocutores, sendo a linguagem, reconhecida como um processo mediador para a ocorrência dessas ações, tanto na criança, quanto no outro interlocutor. Assim, uma ação sempre será orientada pela intencionalidade dos agentes na interação.

Mari (2015), ressalta que "as ações humanas são de natureza intersubjetivas e que a intersubjetividade não é dada", isto é, ela emerge através ações compartilhadas, um verdadeiro compartilhamento mútuo de experiências entre dois agentes ou mais.

Assim sendo, a comunicação mãe/outro-bebê- se estrutura através de processos comunicacionais relacionados aos afetos e às necessidades da criança — fome, frio, dor, aconchego, etc. Todavia, no decurso natural do desenvolvimento, o bebê, com sua capacidade de absorver de forma magnífica o conhecimento que lhe é ofertado pelas trocas com o outro, percebe e coloca em prática o aprendizado de cada interação com o seu interlocutor, o que torna possível afirmar que assim emerge uma intersubjetividade primária (Golse, 2015).

Pesquisas sobre o desenvolvimento da inteligência social em crianças nos seus anos iniciais têm explorado não somente experimentos ancorados na teoria da mente, mas, especificamente, a inteligência envolvida em interações de fala por turnos observados em diálogos do bebê com o outro/cuidador — definidos pelo ritmo das respostas-, sendo interpretado pelos pesquisadores como uma sintonia com a causalidade comunicacional (Cf. Trevarthen, 2010; Bruner, 1997; Costa, Parlato Oliveira, Mari, 2019). Todavia, as interações do bebê com o ambiente têm um papel fundamental no processo de "estabilizar gradualmente os primeiros momentos de

intersubjetividade", pois, a experiência do objeto externo está intimamente ligada à "capacidade do sujeito de perceber os vários canais sensoriais simultaneamente. Em outras palavras, nós expressamos as coisas em termos de mantelamento de sensações ou em termos de có-modalização perceptiva" (Golse, 2015, p. 255 *apud* Costa *et al, 2020*).

Metodologia

Foram utilizados filmes (vídeos)[1] — onde um bebê e seus cuidadores participaram de interações. Alguns trechos foram transcritos para que pudéssemos observar atos comunicacionais em que a intersubjetividade aparece juntamente a outros processos subjacentes.

Os diálogos destacados nesse trabalho têm o objetivo de ilustrar com maior clareza o conteúdo teórico apresentado, pois, um recorte isolado não é capaz de trazer à luz a integra da realidade da cena enunciativa e seu contexto. Neste sentido, os atos de fala explícitos observados no adulto "podem ser tomados numa perspectiva interacional, como realizações de episódios sociais, na medida em que tais atos tornam-se operativos ao conseguir a apreensão do outro" (Ferreira, 2004).

Tomamos como parâmetro para a transcrição de áudios em texto o método sugerido por Marcuschi (1986; 2006). A proposta do autor nos serviu de referência para a transcrição dos dados, com algumas adaptações que se fizeram necessárias dado o caráter dos sujeitos analisados. O autor esclarece que para análises que tenham como objetivo observar para além da conversação, i. e, outros elementos da comunicação como é o caso desse estudo, onde um dos sujeitos analisados é um bebê, somente a gravação feita por vídeo pode ser favorável à transcrição de diálogos.

1 Arquivo pessoal de uma das autoras (1).

A ciência cognitiva atualmente afirma que cognição não é um processo exclusivamente cerebral - determinada por parâmetros mentais, mas corporificada - na extensão de todos os sensores orgânicos, isto é, formam um sistema integrado onde o organismo atua no ambiente (De Jesus, 2018; Damásio, 2018; 2022; Mari *et al*, 2024).

Neste sentido, os organismos vivos são auto-reguladores e dentro de cada sistema existem outros sistemas que também se auto-regulam, isto é, o sistema regulador especializado se movimenta para que ocorra a reorganização daquele sistema que se desorganizou — esse processo de auto regulação ocorre em todos os organismos vivos e é conhecido como homeostase[2] ou o agrupamento de operações fundamentais no bojo da vida (C.f. Damásio, 2018).

Quando o bebê se comunica com a mãe/cuidador, seu organismo ativa diversos sistemas, que serão responsáveis por um determinado ato comunicacional, por exemplo, seus braços se movimentam, seu olhar se volta para a mãe e sua prosódia (na fase pré-verbal, a protoconversação) estarão em consonância com seu estado mental. Sistema perceptual e sistema háptico (percepção de tato, receptores de visão, receptores de audição e propriocepção) são acionados para que haja então a compreensão de determinado ato, neste sentido, podemos dizer que o organismo está agindo conforme as necessidades de adaptação ao ambiente.

> Alguns níveis diferentes de privações e as suas consequências para o organismo costumam ser compensados pela capacidade natural de auto-organização do próprio organismo. Há uma disputa constante entre as forças de equilíbrio e desequilíbrio que perpassam a forma de existir de um organismo; embora fragilizado em muitas circunstâncias, o organismo busca seu equilíbrio, uma forma de ser que assegure sua sobrevivência (Mari, 2017, p. 10).

2 Relacionado à homeostasia [do Gr. *hómoios*, semelhante + *stasis*, situação] (S. f.) 1. Propriedade auto-reguladora de um sistema ou organismo que lhe permite manter o seu estado de equilíbrio; Biol., tendência para a estabilidade no meio interno de um ser vivo. 2. É um conjunto de fenômenos que têm lugar e interferem nos ecossistemas, ou mesmo em certos organismos, corrige desvios, elimina excessos, controlando forças antagônicas, introduzindo por vezes fatores novos, procurando sempre manter o conjunto em equilíbrio e funcionamento correto e normal. Os mecanismos homeostáticos são "feedbacks" dos ecossistemas. 3. A homeostase é uma das características fundamentais dos seres vivos que permite a manutenção do ambiente interno dentro de limites toleráveis. Como base para a adaptação, os organismos mais evoluídos farão uso principalmente de dois recursos básicos: o sistema nervoso, atuando basicamente no controle, e o sistema endócrino, atuando principalmente na sinalização. Estes recursos permitirão que o organismo animal se adapte às novas condições determinadas pelo meio ambiente, sempre no sentido de manter constantes as suas condições internas permitindo ajustes no seu metabolismo e mantê-lo compatível com sua sobrevivência.

Assim sendo, o recorte a seguir traz dois exemplos de equilíbrio e/ou desequilíbrio produzidos em duas interações da mãe com um bebê de 6 meses e na sequência, apresentamos os possíveis resultados de uma interação em descompasso.

Quadro 1: interação mãe-bebê

Exemplo 1: interação positiva ((bebê chora)) Mãe: cadê::: o nené:::m da mamã:::e? Tá com fominha::? ((olha para o bebê, fala com uma prosódia melodiosa - o retira do carrinho, sorri para o bebê e o coloca para amamentar)) Bebê: ((olha para a mãe balbucia, mexe os braços e as pernas sincronicamente e para de chorar imediatamente ao ser colocado no seio da mãe)). **Exemplo 2**: interação negativa (bebê chora)) Mãe: neném, a mamãe tá cansada, não chora ((olha para o bebê, retira o bebê do carrinho e o coloca para amamentar)) Bebê: ((chora, movimenta braços e pernas em descompasso, demora algum tempo até se acalmar)).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A linguagem existe muito antes do surgimento da fala e é através do que é percebido pelo bebê que são construídos diferentes tipos de conexão entre mãe e bebê nos primeiros meses de vida. É um jogo de perceber e explorar, palavras, gestos, olhares, silêncios, e, sobretudo, o tom de voz da mãe, orientam as emoções da criança, que está descobrindo como interagir com o outro no seu novo contexto. Nesse sentido, na primeira interação, que chamamos de "positiva", ao contrário da segunda interação, temos uma mãe com seu foco no bebê, ela se entrega ao momento de cuidados com o bebê e o bebê, por sua vez, percebe todos os sinais que aquela mãe lhe direciona, sua voz quase cantada, seu olhar terno e sua expressão fácil suave. Assim, as percepções do bebê, em função dos gestos, olhares e expressões faciais da mãe, formam uma rede de significados complexa e interligada, na qual cada movimento e expressão contribui para a construção de um entendimento emocional e social compartilhado entre eles. Portanto, é por meio do controle consciente de seus próprios movimentos (controle primário), que, ao observar o corpo do outro, o bebê percebe que o outro também vivencia

suas próprias experiências, em um contexto de interação diádica (ou triádica) de atenção compartilhada.

A observação do choro, do olhar, das vocalizações produzidas pelos bebês, seus gestos e movimentos corporais, são formas de comunicação semiótica usadas pela mãe e/ou cuidadores, para inserir a criança nos "jogos de linguagem", por muito dos quais as crianças aprendem a língua (Costa *et al, 2020)*.

A partir das duas interações da mãe com o bebê, acima demonstradas, observa-se, a seguir, os aspectos afetivos gerados na interação:

Tabela 1: Afetos gerados pelos espaços comunicacionais construídos nas interações 1 e 2.

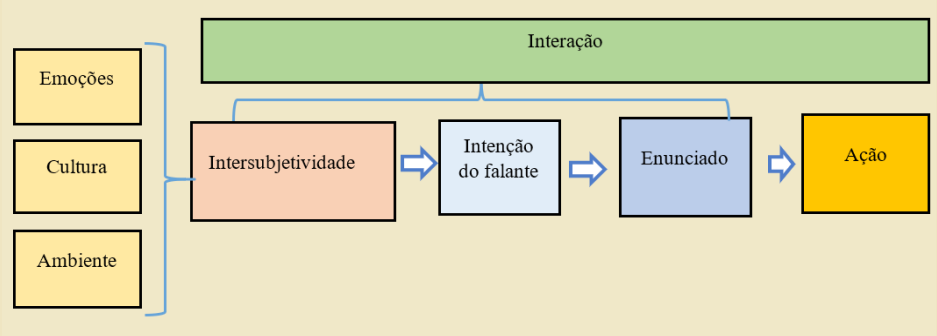
Produção verbal 1 (Elementos positivos)	Produção verbal 2 (Elementos negativos)	Afeto gerado
(+) (+) Cadê::: o nené:::m da mamã:::e tá com fominha::? ((troca de olhares; sorrisos, fala melodiosa; gestos do bebê parecem em harmonia com a fala da mãe))	-	(+) (+)
(+)	(-) (-) (-) Neném, mamãe tá cansada; não chora ((voz da mãe não apresenta aspecto melodioso; não observou-se uma troca de olhares duradoura, gestos do bebê em descompasso))	(-) (-) (-) (-)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na interação mãe-bebê o espaço comunicacional favorece que os processos cognitivos assumam valência semelhante, (+) + (+) = afetos positivos e (+) + (-) = afetos negativos, como angustia, medo, raiva, decorrentes de uma interação negativa onde as narrativas assumem um lugar de rejeição , interferindo na construção de afetos positivos.

O esquema a seguir ilustra alguns processos — e suas variáveis — que determinam a realização de uma ação humana.

Figura 1 – Processos que antecedem a realização a realização da ação.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A teoria dos Atos de fala, elaborada por John L. Austin (1911; 1960) e expandida posteriormente por J. R. Searle (1983; 2002), parte do pressuposto de que o uso das palavras em diferentes situações de interações linguísticas determina seu sentido. Austin consagrou seu estudo com uma sistematização de certas expressões que justificam uma ação ao serem proferidas. Sua teoria parte do principio de que ao realizar um enunciado, o falante pode realizar um ou vários atos, isto é, ao dizer algo, estará se fazendo algo. O que torna a teoria proposta por Austin, um método de análise, em que, segundo o filósofo, o contexto em que certas palavras são ditas é fundamental para a realização de um ato, a palavra passa a representar muito mais o universo concreto nas interações discursivas. Austin lança mão de exemplos que descrevem como proferir determinada sentença:

> [...] nas condições apropriadas [...], não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que estou praticando: é fazê-lo [...]. Batizar é dizer [...] as palavras "batizo, etc." Quando digo, diante de um juiz ou no altar, etc. "aceito", não estou relatando um casamento, estou me casando. (Austin, 1990, p. 25).

Austin denominou sentenças, como as citadas acima, de atos performativos, que faz da sentença um fazer algo, quando se diz algo.

Assim, pode-se afirmar, baseando-nos nos estudos de Austin (1990), que determinados proferimentos só têm valor real se forem seguidos de uma ação.

Em outras palavras, Austin (1990), discorda da compreensão de que a linguagem é significativa apenas por representar algo que está fora da própria linguagem, limitando a linguagem à uma função de referência. Suas ideias refletem o entendimento de significação como ação de linguagem, pois, ainda segundo o autor, falar significa mais do que o significado referencial daquilo que se profere: realiza-se uma ação, marcando assim, a linguagem como mediadora das ações que realizamos no mundo.

Neste sentido, as ações realizadas pelos bebês, são favorecidas pelas trocas e compartilhamentos de experiências com seus cuidadores. Num recorte de uma interação adulto/cuidador-bebê, um bebê de 18 meses é provocado a fazer algo e observa-se uma série de eventos sequenciais que resultam em ação. Vejamos:

Cena: adulto/cuidador e bebê brincam no parquinho e conversam ((confabulam)) Em um dado momento, o adulto sugere que a criança alimente o jacaré ((brinquedo que o bebê segura)).
Adulto e bebê começam um jogo de faz-de-conta e a criança age conforme a conversa evolui.

Quadro 2: interação bebê-adulto/cuidador

Adulto: *Você vai dar comidinha para o jacaré? Ele está com fome* ((Olha para o bebê, olha para o brinquedo e de novo para o bebê))

Bebê: Caré ((Olha para o brinquedo, olha para o adulto, coloca uma uva passa na boca do brinquedo))

Adulto: *É? O jacaré está com fome? Abre a boca, jacaré, pra você papá ((direciona o alimento em direção à boca do brinquedo))*

Bebê: caré, boca ((coloca outra vez a uva passa na boca do brinquedo))

Adulto: *Hu::::m, tá gosto:::so, jacaré? Quer dividir comigo::? Você me dá uma ((passa)), jacaré::?*

Bebê: sorri, olha para o adulto e lhe oferece uma uva passa.

Fonte: trecho da transcrição de um vídeo de uma interação entre adulto/cuidador e criança[3].

3 Dados extraídos de arquivo pessoal da autora (1).

Neste pequeno recorte de interação bebê-Outro/adulto podemos observar a relação intersubjetiva na interação com o bebê, ele não está se valendo da *mimesis,* mas se apropriando do conhecimento do outro, desenvolvendo assim suas próprias percepções sobre as ações que realiza no mundo. Empatia, reciprocidade e um jogo de faz-de-conta que o insere no diálogo com o outro, uma troca positiva que direciona o bebê para a internalização do "eu".

Podemos observar, ainda, na interação acima descrita uma demonstração intencional consciente, uma consciência pré-reflexiva — evidentes a partir da sétima semana de gestação — (Delafield-Butt e Gangopadhyay, 2013 *apud* Delafield-Butt e Trevarthen, 2014, p. 5) que pode ser observada no quadro 1 em uma sequência de atos, a saber: a) a criança significa o objeto ((Caré)); b) direciona o olhar para o objeto; c) age sobre o objeto ((abre a boca do brinquedo e introduz o alimento)) d)) oferece o alimento para o outro/cuidador.

Quando a criança oferece o alimento, primeiro para o brinquedo e posteriormente para o adulto, fica evidente que o compartilhamento impulsionou outros processos, como, por exemplo, a empatia. Sobre esse compartilhamento, Zlatev diz que ele:

> Tal "compartilhamento" pode assumir diferentes formas, algumas mais imediatas, enquanto outras mais mediadas por processos cognitivos superiores, por exemplo, o que Barresi e Moore chamam de "compreensão" em oposição a simplesmente "compartilhamento". (2008, p. 215)[4].

Assim, entende-se a intersubjetividade como um processo contínuo que emerge na criança, de maneira gradual e crescente, a depender da qualidade das interações da criança com o outro. Vejamos o que se diz sobre as condições para o desenvolvimento da intersubjetividade:

> [...] a experiência primordial de semelhança com o outro é uma pré-condição para o desenvolvimento da intersubjetividade. Episódios repetidos de envolvimento mútuo, nos primeiros meses de vida promovem o reconhecimento implícito de semelhança entre o eu e o outro (Brinck, 2008[5], p.117 apud Costa et al, 2020).

4 [...]. *Such "sharing" can take different forms, some more immediate, while others more mediated by higher cognitive processes, e.g. what Barresi and Moore (this volume) call "understanding" as opposed to simply "sharing".*

5 *The newborn infant's primordial experience of similarity with the other is a precondition for developing intersubjectivity. Repeated episodes of mutual engagement during the first moths in life further promote the implicit recognition of similarity between self and other* (Brinck, 2008).

Com isso, o que se percebe é que a intersubjetividade pressupõe uma ação intencional[6] dos sujeitos, e isso compreendido — o que não significa que se possa explicar a intersubjetividade por apenas uma dimensão —, observa-se é que esse processo é bem mais amplo, isto é, a interação da criança com o outro, esse compartilhamento de vivências está conectada com a dimensão afetiva da interação, é onde emergem outros processos cognitivos. Vejamos como processos cognitivos são regulados por processos de significação:

> Apesar de toda essa instabilidade que marca nossa existência, que se expressa nessa equação contínua entre (querer, (poder ((fazer))), a contínua busca pelos significados representa a forma primordial de manutenção do organismo, impelindo-nos a atribuir às coisas valores que asseguram a recomposição contínua dessa ordem (Mari, 2024, p.77-78).

A própria mimese corporal seria, então, base para o surgimento da intersubjetividade na criança e implicaria no esquema e imagem corporal, que interagem entre si, i.e, o processo tem inicio a partir do momento em que o bebê começa a ter controle "consciente[7]" do próprio corpo e vê o movimento no corporal do outro uma ressonância dos seus próprios movimentos.

Considerações finais

Uma sequência de mecanismos cognitivos orienta as ações humanas e, dentre eles, destaca-se, a intersubjetividade. Processo necessário para que o indivíduo possa desempenhar ações no mundo.

Este estudo defendeu a importância da intersubjetividade no seu estágio primário do desenvolvimento infantil, os primeiros meses de vida do bebê, tornando-se um pré-requisito fundamental para a aquisição de outros processos cognitivos, emocionais e sociais.

6 Ingar Brinck (2008), ao citar as ações não verbais, mas intencionais, denomina a comunicação intencional como aquela pode ser definida como a interação social não verbal, espontânea e propositalmente produzida entre (tipicamente) dois agentes em relação ao objeto distal (o objeto como ele existe no mundo) no espaço comum (2008).

7 Fenômenos como contato visual; sorrisos direcionados; vocalizações; são percebidos no bebê durante a interação mais nitidamente a partir dos seis meses de vida, e sugerem a consciência de si como objeto de atenção do outro (Reddy, apud Zlatev, 2003).

Referências

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer; palavras e ação.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

COSTA, Andréa Thimóteo da; PARLATO-OLIVEIRA, Erika; MARI, Hugo. *O surgimento da intersubjetividade: a observação de um bebê na interação com o outro.* II Seminário de Pesquisa discente do Programa de Pós Graduação-Letras, PUC/MG- Área de pesquisa: VI -Linguística da enunciação – 2019.

COSTA, A.T.; RAHME, I. M. P.; VIEIRA, R. M. C.; PARLATO-OLIVEIRA, E.; MARI, H. A fala materna dirigida ao bebê no processo de análise bebês e seus pais.. São Paulo: Instituto Langage, 2020 (Artigo).

DALEFIELD-BUTT, Jonathan, T.; TREVARTHEN, Colwyn; *The ontogenesis of narrative: from moving to meaning.* National Library of Medicine. Published online 2015 doi: 10.3389/fpsyg.2015.01157 Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4557105/ acesso em 07/2024.

DAMÁSIO, Antônio. *A estranha ordem das coisas.* Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DAMÁSIO, Antônio. *Sentir e saber: as origens da consciência.* Tradução de Laura Teixeira Motta**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Título original: *Feeling & knowing: making minds conscious*. Ebook ISBN 9781524747565.

DE JESUS, P. *Thinking through enactive agency: sense-making, bio-semiosis and the ontologies of organismic worlds.* Phenomenal Cognition Science. 17, 2018 p. 861–887.

ELAN (Versão 6.0) [Computer software]. (2020). Nijmegen: Max Planck Institute for Psycholinguistics, The Language Archive. Retirado de: https://archive.mpi.nl/tla/elan Acesso em: junho/2024.

FERREIRA, Severina Sílvia Maria Oliveira. *João uma criança com olhar de estrela. O Autismo: um estudo de caso.* Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, CAG. Linguística, 2004.

GOLSE, B. *Intersubjetividade, intersensorialidade e intrassensorialidade.* Traduzido por Rubia Infanti. In: KUPFER, M. C.; SZEJER, M. (orgs.). Luzes sobre a clínica e o desenvolvimento de bebês: novas pesquisas, saberes e intervenções. 1ª ed. – São Paulo: Instituto Langage, 2015.

GOLSE, Bernard; DESJARDINS, Valérie. *Corpo, formas, movimentos e ritmo como precursores da emergência da intersubjetividade e da palavra no bebê – Uma reflexão sobre os inícios da linguagem verbal.* Tradução de Regina Orth de Aragão. Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental. Ano VIII, n. 1, mar/2005 p.14-29.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação.* 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MARI, H. *Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura.* MARI, H. et al. (org.). *Análise do discurso*: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001, p. 93-132.

MARI, H. *Intersubjetividade: dilema e desafios.* In: Antônio Luiz Assunção, Nádia Dolores Fernandes Biavati, Natália Elvira Sperandio. (org.). Interfaces do Linguístico: enunciação e práticas discursivas. 1ed.Campinas-SP: Pontes Editores, 2017, v. 1, p. 31-64.

MARI, Hugo. *Sistemas perceptivos: alguns processos intervenientes.* Scripta, Belo Horizonte, v. 21, n. 41, p. 7-20, 1º sem. 2017.

MARI, Hugo; CAVALHEIRO, José Carlos; NASCIMENTO, Milton; *Sobre cognição: corporificação, produção de sentido e auto-organização. in:* MARI, Hugo; CAVALHEIRO, José Carlos; NASCIMENTO, Milton; (orgs). *Linguagem e cognição: do pensamento à ação.* Belo Horizonte**:** Editora Artesã, 2024. P. 7-30.

PIAGET, Jean. *A representação do mundo na criança.* Tradução: Adail Ubirajara Sobral (colaboração de Maria Stela Gonçalves). Aparecida, SP:

Ideias & Letras, 2005. Titulo original: La représentation du monde chez l'efant. ISBN: 978-85—98239-44-5.

SEARLE, J. R. *Basic structure of intentionality, action and meaning. In: Rationality in Action.* Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001, p. 33-61.

SLATEV, Jordan. *The co-evolution of intersubjectivity and bodily mimesis.* In: The shared mind: perspectives on intersubjectivity. Edited by Jordan Slatev, Timothy P. Racine, Chris Sinha and Esa Itkonen. ISSN 1566-7774; v12.Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. 2008. p.215-244.

STERN D., SPIKER, N. & MACKAIN, K. *Intonation contours as signals in maternal speech to prelinguistic infants.* Developmental Psychology. 1982. p.8;727-735.

STERN, D. *The interpersonal world of the infant. A view from psychoanalysis and developmental psychology.* New York: Basic Books, 1985.

STERN, Daniel. *O mundo interpessoal do bebê.* Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médica, 1992. 266 p.

TREVARTHEN, C. *Embodied human intersubjectivity: imaginative agency, to share meaning. In:* The intersubjectivity pf embodiment. Journal Cognitive Semiotics. Vol. 4. nº 1. 2010. p.6-56. ISBN: 978-87-995235-0-4.

TREVARTHEN, C. *Embodied human intersubjectivity: imaginative agency, to share meaning.* In: The intersubjectivity pf embodiment. Journal Cognitive Semiotics. Vol. 4. nº 1. 2010. p.6-56. ISBN: 978-87-995235-0-4.

Corporificação do significado*

Larissa Gouveia Duarte**

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender a relação entre os sentidos e a linguagem e, consequentemente, a corporificação do significado. Para tanto, parto da contribuição de Bickhard (2008), Mari e Silveira (2010) e Mari (2017) para o estudo da corporificação nas experiências humanas. Em seguida, na esteira de Freitas (s.d), Nishida (2012) e Kleiner et al. (2011), abordo conceitos como somestesia e sentidos especiais, exemplificando como esses sentidos estão conectados com a percepção humana e com os significados, demonstrando a subjetividade do significado. Como resultado, considerando a relação essencial entre corpo, sentidos e significado, salienta-se a importância do entendimento da corporificação para os Estudos da Linguagem.

Palavras-chave: corporificação do significado; sentidos; linguagem.

*Este artigo foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados no terceiro módulo da disciplina Linguagem e cognição, ministrada pelos professores Arabie Bezri Hermont, Ev'Ângela Batista R. de Barros e Hugo Mari, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Bolsista Capes. Mestra em Estudos Literários orcid: https://orcid.org/0000-0001-8235-9233.

Embodiment of meaning

Abstract

This paper aims to understand the relationship between the senses and language and, consequently, the embodiment of meaning. For this purpose, I start from the contribution of Bickhard (2008), Mari and Silveira (2010), and Mari (2017) to the study of embodiment in human experiences. Then, following Freitas (n.d.), Nishida (2012), and Kleiner et al. (2011), I discuss concepts such as somesthesia and special senses, exemplifying how these senses are connected to human perception and to meaning, demonstrating the subjectivity of meaning. As a result, considering the essential relationship between body, senses and meaning, the importance of understanding embodiment in Language Studies is emphasized.

Keywords: embodiment of meaning; senses; language.

Através das línguas naturais, o ser humano não apenas representa aquilo que apreende pela cognição, mas organiza suas experiências (Mari, s.d1, p.1). Objetivando compreender a relação entre os sentidos, o corpo e a linguagem, ainda que não esgotando o assunto, busco neste texto refletir sobre a corporificação do conhecimento e, portanto, do significado. Parto, assim, de *handouts* de autoria do professor Hugo Mari, usados no primeiro semestre de 2024 no módulo Cognição e Semântica da disciplina Linguagem e Cognição, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, além do capítulo "Is embodiment necessary?" (Bickhard, 2008), e dos artigos "Sobre a cognição visual" (Mari, Cavalheiro, 2010) e "Sistemas perceptivos: alguns processos intervenientes" (Mari, 2017) para entender a corporificação do significado. Para uma melhor compreensão dos sistemas sensoriais, possibilitando exemplificação da corporificação, foram usados, também, a Apostila do Curso de Fisiologia, de Nishida (2012), do Departamento de Fisiologia da Unesp; o artigo "O papel dos sistemas visual, vestibular, somatosensorial e auditivo para o controle postural", de Kleiner et al. (2011); e a aula Sistema Sensorial e sentidos especiais, de Freitas (s.d), disponível pelo Moodle da USP.

É importante ter em mente, na esteira de Bickhard, que a corporificação, que, segundo este autor, tem múltiplas interpretações, é necessária para a representação e, consequentemente, para a cognição, não sendo algo de importância secundária (Bickhard, 2008, p. 29). Isto ocorre por ser essencial a todo ser vivo sua manutenção no ambiente, estando suas interações limitadas por interações entre o organismo (corpo) e o ambiente (Bickhard, 2008, p. 38). Como elucidam Mari e Silveira (2010, p. 3-4), toda forma de conhecimento é corporificada, dada a captação de informações pelos sentidos, que levará à percepção. Os autores atribuem à visão um papel privilegiado:

> Quando destacamos um aspecto da cognição humana, o visual, por exemplo, acionamos funcionalidades diferentes do córtex visual, que inclui o domínio das sensações em termos de uma captação sensorial das *cores*, das *formas*, dos *movimentos* e da *distância*, com a ativação de regiões do cérebro e de grupos de neurônios com especialização para esta elaboração inicial. A cognição visual tem, por sua própria natureza, uma importância fundamental para o conhecimento humano, se considerarmos o alcance perceptivo do olho, ou

> a sua extensão incorporada em diversas formas de manifestação linguística. (Mari, Silveira, 2010, p. 4).

Berkley (1984, *apud* Mari, Silveira, 2010, p. 5-6) explica que, através da união da percepção de diferentes sentidos, formamos coisas a que nomeamos com nomes. Em outras palavras, as experienciações humanas ocorrem através da multimodalidade, ou seja, com a mistura da ação de diferentes sensores (Mari, 2017, p. 8).

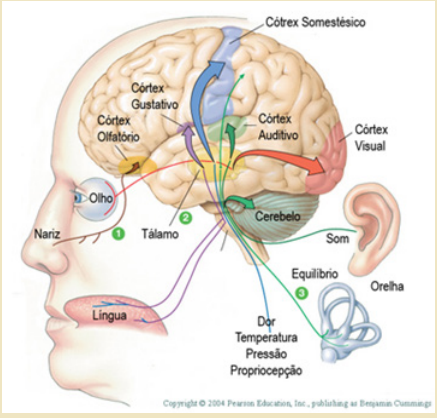
> [...] podemos ouvir o canto de um pássaro e 'calcular' se ele está perto ou longe de nós. Nessa experiência, conjugamos dois canais sensoriais: a audição, na percepção melódica do canto, e o visual, medindo a distância. Há outras situações em que a duplicidade modal é assegurada por submodalidades, sobretudo do visual: não percebemos a cor, mas ela associada a uma forma qualquer de um objeto. (Mari, s.d1, p. 3).

Diferentes sensores, receptores e, consequentemente, sentidos, estão envolvidos na construção do conhecimento e do significado. Assim, sabemos o que é um bolo porque aprendemos seus possíveis formatos (os mais comuns), texturas, cheiros etc. Quando conhecemos os ingredientes, podemos usá-los também para categorizar: se vejo apenas o fubá, a água e o sal, sei que o que será feito pode ser um angu, mas se vejo o fubá junto ao fermento, ao açúcar, à farinha de trigo, entre outros ingredientes, sei que o que será preparado pode ser um bolo de fubá — nesse caso, uma broa. Pelo formato e a decoração, podemos, por exemplo, pensar em subcategorias, como bolo de festa e bolo de padaria; o formato e a cor também podem indicar se é um bolo ou uma broa; o gosto, a cor e o cheiro dizem se é um bolo de chocolate, um bolo de morango ou um bolo de nozes. Atualmente, há bolos que imitam a aparência de outros objetos: com o formato de uma mesa, de um telefone ou de um animal, por exemplo. Esse tipo de bolo, quando bem feito, não é percebido imediatamente pela visão como um bolo, sendo necessário o corte para a percepção do que é realmente aquele objeto. Lembremos o que ensina Bickhard sobre a evocação correta e falsa de uma representação segundo o modelo de Fodor (mesmo que este modelo seja insuficiente e, portanto, Bickhard o refute, o exemplo pode contribuir para o entendimento de casos como este):

> O modelo de Fodor se baseia na intuição de que falsas evocações de uma representação dependem de evocações corretas, mas sem que haja dependência inversa: a dependência é assimétrica. Assim, uma representação de vaca pode ser evocada por vacas, mas também, talvez, por um cavalo em uma noite escura. Mas a possibilidade de evocação pelo cavalo depende da possibilidade de evocação por vacas, e essa dependência não é recíproca: as evocações por vacas poderiam continuar mesmo se não houvesse nenhuma possibilidade de evocações por cavalos[1]. (Bickhard, 2008, p. 31, tradução minha).

A somestesia, ou sentido somático geral (Nishida, s.d), pode ser definida como a "capacidade que um organismo tem de receber e processar informações provenientes da superfície do corpo e do interior do corpo" (Freitas, s.d, p. 20). Esta refere-se às modalidades perceptuais que estão espalhadas pelo corpo, contrapondo-se aos sentidos especiais, que são aqueles restritos à cabeça (Nishida, 2012, p. 61), ou seja, sentidos cujos órgãos sensoriais localizam-se na cabeça. Assim, os sentidos especiais são: a visão, cujos órgãos são os olhos; o olfato, relacionado ao nariz; o paladar, que é percebido pelo sensor língua; a audição, vinculada aos órgãos orelhas; e o sentido vestibular, sendo o aparelho vestibular, localizado na orelha interna, seu órgão sensorial. Veja, abaixo, os órgãos dos sentidos especiais e as respectivas regiões do encéfalo (composto pelo cérebro, pelo tronco encefálico e pelo cerebelo) envolvidas no processamento dos sentidos:

Figura 1: sentidos especiais e regiões encefálicas.



Fonte: Nishida, s.d.

1 Fodor's model turns on the intuition that false evocations of a representation are dependent on correct evocations, but that there is no reverse dependency— the dependency is asymmetric. Thus, a cow representation may be evoked by cows, but also perhaps by a horse on a dark night. But the possibility of evocation by the horse is dependent on the possibility of evocation by cows, and this dependency is not reciprocated: evocations by cows could continue even if there were never any possibility of evocations by horses.

Dessa forma, se considerarmos os mais diversos sentidos, não apenas os especiais e o tato (que faz parte da somestesia), notamos que em cada atividade realizada são diversos os receptores sensoriais ativados, provavelmente envolvendo mais que dois sentidos. Por exemplo, ao ir ao cinema ver um filme, além da visão e da audição, a experiência conjuga diversos outros sentidos. O olfato estaria envolvido no processamento dos cheiros de pipoca e outros alimentos, o que torna a experiência desagradável para os mais sensíveis e agradável para outros. Além disso, caso a pessoa coma ou beba algo, estaria envolvida a gustação. O ar condicionado aciona termoceptores de frio, enquanto a dureza e textura da poltrona, além do tato (receptores da epiderme) e da pressão (receptores da derme), podem ativar nociceptores (gerando a sensação de dor). A dor também pode ser causada pelo som alto e a luz intensa em pessoas hipersensíveis. A pessoa percebe seu corpo naquele novo espaço, numa poltrona, e, direcionada à tela, busca manter determinada postura — a propriocepção, com os "receptores para si" (nos termos de Freitas [s.d, p. 28]), responsável por perceber a posição e o movimento do corpo, consiste em um "contínuo, mas inconsciente fluxo sensorial das partes móveis do corpo (músculos, tendões e articulações) por meio do qual a posição e tônus destas são continuamente monitorados e ajustados, porém de um modo que se mantém oculto de nós por ser automático e inconsciente" (Sacks *apud* Nishida, 2012, p. 71). O Sistema Vestibular, que "orienta as informações geradas pelos movimentos da cabeça durante as posturas estáticas e dinâmicas do corpo diante da gravidade" (Kleiner et al., 2011, p. 353).

Quanto ao controle postural, ou seja, a habilidade de estabelecer e manter a posição desejada durante uma atividade (Kleiner et al., 2011, p. 350), são três as modalidades sensoriais envolvidas, que, podemos inferir, podem estar relacionadas tanto a uma atividade como a do exemplo, "sentar (e se manter sentado) na poltrona do cinema", como em diversas outras, como "caminhar", "correr", "pular", "dançar com sapatilha de ponta" etc:[2]

> a **Propriocepção** que é responsável pelo senso de posição e movimento de uma parte do corpo relativa à outra parte do corpo; a **Exproprioceção**, responsável pela sensação de posição e movimento de uma parte do corpo em relação ao

2 Para saber mais sobre os sentidos e os receptores dos exemplos, ver Freitas (s.d), Nishida (2012) e Kleiner et al. (2011).

> ambiente; e a **Exterocepção**, que é responsável por localizar um objeto no ambiente em relação a outro. **O sistema vestibular é puramente exproprioceptivo. O sistema auditivo é exproprio e exteroceptivo. O sistema somatossensorial é exproprioceptivo e proprioceptivo. E o sistema visual é influenciado pela interação destas três modalidades**. (Kleiner et al., 2011, p. 350, grifo meu).

Imaginemos o controle postural necessário para a execução de uma dança. Caso a pessoa que irá executar a coreografia necessite manter os dois braços na mesma posição e mesma altura, veremos o papel fundamental da propriocepção. Porém, a dança não ocorre em um corpo isolado do ambiente, logo, temos a exproprioceção, responsável, por exemplo, pelos deslocamentos, que devem ser executados corretamente. A detecção dos estímulos externos pela exterocepção pode ser exemplificada quando a dançarina ou dançarino percebe a localização dos demais componentes da coreografia, além de possíveis objetos que façam parte da cena. Porém, essa percepção não ocorre de forma isolada, já que a sua localização em relação aos outros componentes também é percebida, integrando, assim, a exproprioceção com a exterocepção. Ressalto, ainda, que tais conceitos, ao classificarem o sistema visual como composto pelas três modalidades, nos remetem à afirmação de Maria e Silveira (2010, p. 4) de que o visual representa uma importância fundamental para o conhecimento humano.

Assim, voltando ao exemplo do cinema, concluímos que "cinema" pode ser entendido como uma atividade muito agradável para uns, enquanto para outros, como nos casos de pessoas com Transtorno do Processamento Sensorial (TPS), em especial as com hipersensibilidades sensoriais, este pode ser sinônimo de dores (cabeça, olhos, ouvidos) e desconforto. Além disso, pensando em pessoas que apresentem maiores dificuldades com o controle postural, "cinema" pode representar um desafio, enquanto para os demais esse significado não seria evocado. Isto exemplifica a subjetividade do significado:

> Quando pensamos um organismo em sua plena funcionalidade, muitas dúvidas ainda emergem em relação ao alcance funcional de sua atividade sensorial-perceptiva. É comum assinalar que a natureza intrínseca da sua subjetividade estaria localizada na forma pela qual esse organismo 'sente' as coisas no ambiente: sujeitos diversos sentem *vermelhos* diferentes, ou sentem um *adocicado* diferente

> na substância que ingerem. Há aspectos da experiência com o vermelho ou com o adocicado que são únicos para um indivíduo – o *quale* de cada experiência – e quase sempre inexprimíveis em sua essência. (Mari, 2017, p. 8-9).

Contudo, há a especialização de atividades em relação aos sentidos, como, por exemplo, a audição, que se apresenta com maior relevância para a música e a linguagem (Mari, Silveira, 2010, p. 6-7), mas isto não exclui a multimodalidade: "A percepção de uma gama extensa da significação linguística deve ser atribuída a uma participação geral dos outros sensores [além do ouvido]" (Mari, Silveira, 2010, p. 7). Posso acrescentar que, em outras modalidades linguísticas ou formas de comunicação, são outros os sentidos, e, consequentemente, sensores, preponderantes: a visão, nas línguas espaço-visuais, como a libras; o tato, nas modalidades de línguas de sinais táteis, no tadoma e na comunicação social háptica.

Mari (2017, p. 8) entende a sensação "como a forma inaugural de conhecimento que um organismo experiencia". A relação entre corpo, linguagem e categorização é explicada pelo autor (Mari, 2017, p. 15; Mari, s.d1, p. 5): para que ocorra a categorização linguística, que nos permite a socialização do conhecimento, primeiro deve haver a categorização perceptiva, já que os signos linguísticos estão relacionados à percepção, e as duas formas de categorização equivalem a etapas de um mesmo processo. Conforme Mari (s.d2, p. 1), Harnad (2005) ratifica a categorização como um procedimento corporificado, sensório-motor, implicando que "parte da decisão sobre como categorizar decorra de procedimentos de ordem neurofisiológicos". Tal relação se fez visível em pesquisa de Pulvermüller:

> Muitos pesquisadores mostraram a presença de simulações motoras para a compreensão. Através de muitos traçados de pesquisa, Pulvermüller (2005) descobriu que, quando os participantes simplesmente liam uma palavra para um tipo de ação, o sistema motor tornava-se ativo como forma de representar o significado. Mais especificamente, verbos relativos a ações da cabeça, do braço e da perna produzem simulações nas áreas respectivas do sistema motor. (Barsalou, 2008 *apud* Mari, 2017, p. 16-17).

A corporificação do significado torna-se evidente, como ensina Mari, a partir de alguns verbos como "tocar", "puxar", "segurar", ou mesmo "ver" e "enxergar", que se relacionam a um significado de "perto": perto das mãos, nos três primeiros exemplos, e perto para os olhos alcançar através da visão, em "ver" e "enxergar" (Mari, 2017, p. 18; Mari, s.d1, p. 7). Podemos pensar em outros verbos, relacionados a outros sistemas: "cheirar" (olfato); "equilibrar", "dançar", "pular" (vestibular, proprioceptivo); "empurrar" (expropriocepção).

Assim, é possível inferir que a corporificação do significado envolve determinados órgãos (como olhos, ouvidos e pele) com seus receptores (mecanorreceptores, quimiorreceptores, termorreceptores, fotorreceptores, nociceptores) e diferentes regiões do encéfalo: "as duas dimensões [atividade sensorial e processos neurofisiológicos] respondem pela corporificação e em ambos os polos ainda existem muitos desafios, muitas dúvidas, mas a maioria deles é juntar as duas pontas [...]" (Mari, s.d3, p. 1). Mari defende, ainda, que hoje não se pode conceber estudos no campo perceptivo que não considerem um correlato cortical, já que "tudo passa necessariamente pelo cérebro" (Mari, s.d3, p. 3), chamando a atenção ao fato de que os processos são dinâmicos, resultando, hoje, em uma relativização das regiões encefálicas consideradas exclusivas para determinadas atividades (Mari, s.d3, p. 11).

Com os exemplos neste artigo expostos, além de diversos outros que seriam passíveis de elaboração pensando nas diversas situações e atividades humanas, focalizando diferentes sentidos e seus órgãos, é possível concluir a relevância do entendimento da corporificação não apenas no campo das Ciências Biológicas, mas também para os Estudos da Linguagem, considerando sua relação intrínseca com o conhecimento e o significado.

Referências

BICKHARD, M. H. Is embodiment necessary? *In*: CALVO, P. & GOMILA, T. (ed.). *Handbook of cognitive science:* an embodied approach. Amsterdan: Elsevier. 2008, p. 29-40.

FREITAS, R. L. Sistema Sensorial e sentidos especiais. Moodle USP: e-Disciplinas. [s.d] Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7781925/mod_resource/content/1/SISTEMA%20SENSORIAL%20E%20SENTIDOS%20ESPECIAIS-RENATO%20LEONARDO%202023.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

MARI, H.; CAVALHEIRO, C. Sobre a cognição visual. *Scripta*, v. 14, n. 26, p. 3–26, 2010.

MARI, H. Sistemas perceptivos: alguns processos intervenientes. *Scripta,* v. 21, n. 41, p. 7–20, 2017.

MARI, H. Aula – *1a. Handouts.* Disciplina: Linguagem e Cognição. Módulo: Cognição e Semântica. Programa de Pós-graduação em Letras. PUC Minas. [s.d1].

MARI, H. Aula – *2b. Handouts.* Disciplina: Linguagem e Cognição. Módulo: Cognição e Semântica. Programa de Pós-graduação em Letras. PUC Minas. [s.d2].

MARI, H. Aula 3b – Parte 1 do texto. *Handouts.* Disciplina: Linguagem e Cognição. Módulo: Cognição e Semântica. Programa de Pós-graduação em Letras. PUC Minas. [s.d3].

KLEINER, A. F. *et al*. O papel dos sistemas visual, vestibular, somatosensorial e auditivo para o controle postural. *Rev Neurocienc,* v. 19, n. 2, p. 349–357, 2011.

NISHIDA, S. M. *Como sentimos o mundo?* O início da percepção. Museus Escola do IB. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: https://www2.ibb.unesp.br/Museu_Escola/2_qualidade_vida_humana/Museu2_qualidade_corpo_sensorial_introducao.htm#:~:text=Convencionou-

se%20chamar%20de%20sentidos,%2C%20equilíbrio%2C%20gustação%20e%20olfação. Acesso em 28 de out. de 2024.

NISHIDA, S. M. Sentido Somático. *Apostila do Curso de Fisiologia.* Departamento de Fisiologia, IB Unesp-Botucatu. 2012. p. 61-78. Disponível em: https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Fisiologia/Neuro/06.somestesia.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

Metonimicamente idealizados*

Daniel Ferreira Costa**

Resumo

O presente estudo tem por finalidade analisar o fenômeno cognitivo de metonimização dos léxicos da Libras. Esta análise, dentre suas proposições, enfatiza a relação intrínseca entre metonímia e iconicidade (Albres, 2012; Murta, 2020; Silva Junior, 2018). Além disso, objetiva-se a investigação de alguns léxicos metonímicos em relação a possíveis rejeições empreendidas por falantes de Libras. Isso ocorre devido às conceituações desses léxicos serem incompletas e/ou incoerentes. As incompletudes conceituais apresentadas ocorrem, majoritariamente, visto que as características metonímicas dessas palavras, diferentemente do que teoriza Abreu (2008), não são as "mais representativas desse todo", ao contrário, elas apresentam aspectos que, equivocadamente, tentam realizar essa representação, porém de forma falha. Assim sendo, em alguns casos, surge a necessidade de que haja uma nova idealização para esses sinais, na busca de características metonímicas que abranjam os aspectos culturais e identitários do povo que os utiliza e/ou do grupo a que se faz referência.

Palavras-chave: metonímia; léxico; libras; iconicidade.

* Este artigo foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados na disciplina Teoria semântica com ênfase em português, ministrada, por Hugo Mari, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista Capes.

Metonymically idealized

Abstract

The purpose of this study is to analyze the cognitive phenomenon of metonymization in Libras lexicons. This analysis, among its propositions, emphasizes the intrinsic relationship between metonymy and iconicity (Albres, 2012; Murta, 2020; Silva Junior, 2018). Furthermore, the aim is to investigate some metonymic lexicons in relation to the rejection undertaken by Libras speakers. This occurs because the conceptualizations of these lexicons are incomplete and/or incoherent. The conceptual incompleteness presented occurs, for the most part, since the metonymic characteristics of these words, contrary to what Abreu (2008) theorizes, are not the "most representative of this whole", on the contrary, they present aspects that, mistakenly, try to carry out this representation, but in a flawed way. Therefore, in some cases, there is a need for a new idealization of these signs, in the search for metonymic characteristics that cover the cultural and identity aspects of the people who use them and/or the group to which they are referred.

Keywords: metonymy; lexicon; libras; iconicity.

Introdução

A Libras — Língua Brasileira de Sinais —, como qualquer outra língua, é constituída de um arcabouço lexical. Os léxicos que compõem essa língua visam ao estabelecimento imagético, quando possível, de uma relação com o objeto ou com o conceito referido. Essa imageticidade, quando trazida à cena, pode ser acrescida de outros elementos. Entre as possibilidades, oriunda do campo de estudos cognitivos e objeto de pesquisa deste trabalho, temos a metonímia, como responsável pela idealização de alguns léxicos utilizados por nós, falantes de Libras.

A metonímia como figura de linguagem, sumariamente, tem a função de estabelecer um referenciamento mediado pela relação entre a parte e o todo. Na Libras, esse processo ocorre da mesma forma, todavia, apesar de a criação desses sinais metonímicos terem características icônicas, por vezes, pode haver rejeições por falantes pertencentes a essa comunidade. Assim sendo, este artigo tem como objetivo a análise dos tipos de influências metonímicas e, a partir disso, discutir sobre alguns tipos de incompletudes e/ou incoerências conceituais presentes em alguns sinais com essa característica.

Os sinais metonímicos e os demais existentes, no repertório vocabular da Libras, são idealizados pelos surdos. Por tratar-se de uma língua e nela estar abarcado uma infinidade de léxicos intrínsecos a diversas áreas do conhecimento, a criação dos sinais-termos da Libras não é uma tarefa fácil, pois requer uma compreensão conceitual mais acurada do léxico. Os surdos, na ausência de especialistas de determinada área, dependendo do léxico proposto, têm que se empenhar nessa idealização lexical. Uma possível consequência é que os sinais criados podem possuir uma conceituação incompleta e/ou incoerente. Havendo, em algumas situações, a necessidade de uma nova idealização para esse léxico como será apresentado em tópico posterior.

Em outros dizeres, o presente trabalho visa à análise da relação metonímica presente em alguns vocábulos da Libras; dos possíveis prejuízos linguísticos, além disso, da ressignificação visual que é elaborada, visando a uma readequação conceitual.

1. Metonímia e cognição

A metonímia, de acordo com os pensamentos de Lakoff (1987), é considerada um dos atributos básicos da cognição humana. Os estudos empreendidos pela linguística cognitiva, dentre seus objetivos, visam à consideração de que a linguagem é corporificada. Paradigmas como o dualismo cartesiano que teorizam que a mente e o corpo não se relacionam, nos dias de hoje, são refutados, pois foram objetos de muita revisão. A linguagem e a cognição estão intrinsecamente relacionadas. A cognição humana, como muitos estudos apontam, é corporificada (Cavalcante, 2023; Cavalcante; Militão, 2019; Geertz, 2010).

A linguagem, segundo Chomsky (1957), é a capacidade inata de o ser humano produzir e compreender a língua. Para Vigotski (2001), a linguagem e o pensamento estão inter-relacionados e quão importante é a linguagem para o pensamento complexo. Por fim, conforme Zlatev (2003), todos os sistemas que possuem vida são capazes de produzir sentido. Para o autor, "significado é a relação entre um organismo e seu ambiente, determinado pelo valor que aspectos particulares e ambientais estabelecem para o organismo em questão" (Zlatev, 2003, p. 5). Portanto, as teses trazidas por esses autores apontam uma linguagem multifacetada, que nos permite a produção e recepção de sentidos permeados de complexidade, como é o caso da metonímia.

No campo da semântica cognitiva, temos os processamentos metafóricos e metonímicos que estão imbricados nessa produção e recepção de sentidos, logo, precisam gerar sentido durante a interação. Essa produção de sentidos, pode ser expressa de diversas maneiras, afinal, a linguagem, em seu caráter dinâmico, assim como teorizou Pinker (2002), permite aos seus falantes a compreensão de diversas sentenças, mesmo quando ouvidas pela primeira vez. Segundo Tomasello (2006), nossas habilidades linguísticas são um resultado das experiências obtidas ao decorrer da vida, segundo ele:

> As habilidades linguísticas que um indivíduo possui em qualquer momento — sob a forma de um "inventário estruturado de unidades simbólicas" — resulta de suas experiências acumuladas com a língua e são obtidas pela totalidade de eventos de usos ao longo de sua vida. Essa experiência lingüística acumulada

> sofre processos de entrincheiramento, devido aos usos repetidos de expressões específicas no decorrer desses eventos de uso, e a processos de abstração resultantes das variações de expressões específicas no decorrer dos eventos de uso. Sob esse foco, nos eventos de uso e nos processos de aprendizagem de línguas, que ocorrem nesses eventos, um aspecto crucial na agenda de pesquisa dos modelos de língua baseados em uso é, ou deveria ser, o estudo de como os seres humanos constroem os aspectos mais básicos de sua competência lingüística desde a infância. (Tomasello, 2006, p. 439).

A metonímia, como objeto de estudos, tem sido analisada, majoritariamente, como um fenômeno textual, porém, como já mencionado, ela abarca também os estudos da cognição humana, isto é, mediante a capacidade que nós indivíduos temos de produzir sentidos com o uso de substituições equivalentes, por óbvio, quando há uma proximidade de significações que permita um dos elementos, seja usado no lugar do outro com o mesmo significado. Cavalcante (2023), ao promover uma alusão da intertextualidade, comparando-a ao fenômeno da metáfora e metonímia, sob uma perspectiva cognitiva, aponta que:

> não se restringe, à dimensão linguística dos processos de comunicação humana, ao uso do sistema simbólico a que denominamos língua. [...] também estão indicados em diferentes níveis de granularidade, o que abre possibilidades para que os trabalhos de pesquisa, em diversas perspectivas, possam ser realizados. (Cavalcante, 2023, p. 76).

Em resumo, a metonímia, muito além de uma substituição, está englobada no processamento cognitivo. Ela transcende o nível textual, pois é desenvolvida, primeiramente, na e pela linguagem. E, como já citado, faz-se por meio de um processo dialógico e de significação, ou seja, precisa gerar sentido para seus interlocutores.

1.1 Metonímia como fenômeno de categorização

Abreu (2008), ao dissertar sobre metonímia, aponta o questionamento do porquê de nomear algo mediante uma parte ou por meio de uma característica ligada a ela. Em resposta, ele define que "costumamos ver algumas partes de um todo como mais representativas desse todo." (Abreu, 2008, p. 143). Um exemplo é o sinal dado às pessoas que participam da comunidade surda ou às pessoas famosas. Esse sinal, geralmente, visa a trazer destaque a uma determinada característica que a pessoa surda (responsável pela criação) acredita ser a mais representativa, mesmo que essa característica deixe de existir posteriormente — um exemplo é o sinal dado ao jogador de futebol Neymar Jr. que faz referência ao corte moicano que ele usava no início de sua carreira.

Nessa perspectiva, os processos metonímicos visam a trazer destaque aos elementos prototípicos do objeto referido, isto é, evidenciam as características referenciais, em outras palavras, trazem à cena aspectos que, visualmente, são mais notáveis. Por exemplo, quando se lida com um trabalho que requer força física, ao solicitar ajuda, pede-se "uma mão", ou seja, o elemento do corpo que vai atuar de fato nesse serviço. O mesmo ocorre ao analisarmos a expressão: teremos mais "uma boca" no jantar, para se referir ao acréscimo de uma pessoa que irá juntar-se a determinada família, na refeição noturna. Sendo, nesse caso, a boca o elemento referência, visto que é nela onde se inicia o processo digestório. Além disso, quando uma pessoa perde seus óculos, usa a seguinte expressão: alguém viu "os meus olhos"? Isto é, os óculos como parte essencial da visão daqueles/as que os utilizam. Para Paiva (2016), a metonímia é, primordialmente, utilizada no referenciamento,

> onde podemos nos utilizar de um elemento em um esquema para fazer referência a outra entidade no mesmo esquema e, ainda, que uma entidade em um esquema pode substituir outro elemento no mesmo esquema ou todo o esquema. (Paiva, 2016, p.11).

Valle (2018, p. 48) caracteriza a metonímia como a "[...] prima pobre da metáfora.", apesar disso, ela teoriza que é um fenômeno base da

cognição, além disso, ela complementa que o processo metonímico está "[...] presente em nossa linguagem e pensamento. Assumimos, doravante, que o processamento metonímico é, assim como o processo de metaforização, fundamental para nossa atividade de produção de sentido." (Valle, 2018, p. 48). Ainda sob o ponto de vista de Valle, "consideramos que é possível compreender essas construções, pois, através de processos mentais predicamos as informações consideradas relevantes para aquela situação semiótica." (Valle, 2018, p. 48).

Apesar das similaridades entre metáfora e metonímia e desse "parentesco" associado a elas, elas se diferenciam em alguns aspectos. Lakoff e Johnson (2002) teorizam sobre uma diferença aspectual entre os processos metafóricos e metonímicos, para eles:

> A metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primordial é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra (Lakoff; Johnson, 2002, p. 92-93).

Os processos metafóricos e metonímicos estabelecem uma relação entre dois termos. Apesar disso, a distinção aspectual entre a metáfora e a metonímia, apresentada pelos autores, ajuda-nos a entender melhor sobre a função desempenhada por cada uma delas. A metáfora, ao estabelecer a substituição dos termos, tem o objetivo de trazer uma compreensão àquele que recebe a informação. Por exemplo, ao chamar alguém de flor, a intenção é apontar as características que a pessoa compartilha com ela, isto é, a delicadeza, a beleza etc. Já a metonímia, tem a finalidade de trazer um referenciamento. Para exemplificar, quando uma pessoa diz que deseja comer o prato todo, está fazendo uma referência ao conteúdo que foi colocado nele e não ao prato em si.

A referência estabelecida pela metonímia pode ser influenciada por diversos fatores. Uma possibilidade é a mercadológica, como ocorre com os macarrões instantâneos, denominados majoritariamente de miojos, ou seja, esses produtos recebem o nome da marca que os comercializa. Entretanto, apesar das influências existentes, a metonímia sempre será pautada em uma referência, predominantemente, estabelecida. Outro exemplo são os talheres — sendo considerados tradicionalmente compostos por colheres,

garfos e facas —, apesar de possuírem um nome que abranja os três objetos, o kit também leva o nome de faqueiro — tendo, dessa forma, a faca como referência dentre esses materiais.

2. O processo metonímico na Libras

A metonimização da Libras, como mencionado anteriormente, ocorre de igual maneira, entretanto, visamos aqui à análise de outros elementos adjacentes a esses léxicos, frutos de uma idealização metonímica. Estudos já realizados sobre metonímia na Libras, ainda que ínfimos, apontam que os léxicos motivados metonimicamente, também, são icônicos (Albres, 2012; Murta, 2020; Silva Júnior, 2018). Sob a perspectiva de Xavier e Santos (2017, p. 68), há uma relação intrínseca entre iconicidade e metonímia, para eles: "A seleção imagética, por exemplo, pode ser entendida como um processo metonímico, dado que consiste na seleção de uma imagem mental dentre as várias associadas a um conceito para representá-lo como um todo."

A iconicidade, nas línguas de sinais, refere-se ao vínculo estabelecido entre o léxico e o conceito ou objeto que ele retrata. O uso da iconicidade é primordial, visto que seus aspectos imagéticos trazem enriquecimento às línguas sinalizadas, que são, afinal, constitutivamente visuais. A relação estabelecida entre metonímia e iconicidade concebe um léxico cuja característica prototípica é evidenciada visualmente. Em conformidade, Silva Junior (2018, p. 42), afirma que os léxicos icônicos "podem ser entendidos mais facilmente, já que se assemelham a uma fotografia; podendo ser, em determinados contextos, visualmente perceptíveis".

O sinal de carro, por exemplo, é influenciado por esses dois fenômenos — metonímia e iconicidade. O léxico de carro, como demonstrado na figura 1, é metonímico, pois o volante é uma característica prototípica do veículo e, de igual forma, icônico porque o movimento reproduzido durante a sinalização do volante, gera uma relação imagética com o objeto referido. Desse modo, até mesmo uma pessoa que ainda não sabe Libras consegue identificar a referência feita pelo léxico durante a produção dele.

Figura 1 — léxico de carro.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Os léxicos metonímicos, como já citado, são dotados de um fenômeno capaz de evidenciar um aspecto da parte que pode ter uma representatividade mais abrangente. Um bom exemplo encontra-se no sinal de arquiteto, disposto na figura 2. Ele é representado pelo mesmo léxico utilizado para régua, isto é, um de seus principais instrumentos de referenciamento da profissão, sendo, dessa forma, um elemento prototipicamente adequado para o estabelecimento dessa relação metonímica.

Figura 2 — léxico de arquiteto e régua.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

3. Incoerências metonímicas

Primeiramente, cabe aqui a ênfase de que a presença de léxico com incompletude e/ou incoerência conceitual não é um fenômeno específico da Libras, ele pode ser percebido em outras línguas. No que diz respeito à língua portuguesa, há dois exemplos que iremos trazer à cena neste trabalho, sendo eles: escravo e índio. Torna-se importante salientar que esses dois léxicos apresentados são inadequações de cunho político e não metonímico, eles, apenas, servem para demonstrar que, em outras línguas, existem léxicos que seu uso é inadequado.

O verbete *escravo*, do latim *sclavus*, no dicionário, dentre suas acepções, traz a seguinte definição: "Que, ou o que vive em absoluta sujeição a um senhor." (Escravo, 2018). A palavra escravo, na língua portuguesa, ainda é utilizada por muitas pessoas; entretanto, seu uso deve ser evitado, pois o termo, além de um substantivo, também funciona como um adjetivo, ou seja, algo que denota uma característica. Porém, ser escravo não se tratava de um atributo desses indivíduos, e sim de uma imposição. Assim sendo, o termo foi substituído pelo verbete *escravizado*, que conceitualmente abarca a condição imposta, à época, pela sociedade branca. Similarmente, o verbete índio — cunhado equivocadamente por Colombo ao acreditar que teria encontrado as Índias —, no dicionário, há uma acepção que o define como: "Aborígine[1] da América." (Índio, 2018). Como se vê, o termo e sua acepção não trazem a pluralidade vivenciada pelos povos indígenas — termo mais adequado de ser utilizado.

Como mencionado, em tópicos anteriores, mesmo que os sinais metonímicos possuam a premissa da substituição da parte pelo todo e vice-versa, atualmente, há alguns sinais que evocam uma parte que está em desacordo com as proposições de Abreu (2008), ou seja, a parte destacada não é a mais representativa do todo. Além do mais, alguns sinais, metonimicamente projetados, em sua forma estabelecida, geram uma incompletude conceitual e, em algumas situações, cultural em relação ao objeto referido. Assim sendo, esta seção visa à análise desses léxicos e das possíveis repercussões pós-criação.

1 Única acepção que remete aos povos indígenas indiretamente, pois o verbete de Aborígine, em sua acepção, traz: "Originário da própria região, nativo, primitivo; primitivos habitantes de uma região; autóctones, indígenas" (Aborígine, 2018).

Com a finalidade de compreendermos melhor esse fenômeno e seus impactos, apresentaremos aqui, como exemplos, algumas proposições metonímicas idealizadas inicialmente. Porém, devido às questões trazidas neste artigo, houve a necessidade da proposição de outros léxicos que englobam uma conceituação mais pertinente.

Em primeiro lugar, trazemos à cena o léxico indígena, representado na figura 3. A primeira versão desse sinal foi projetada tendo como referência os indígenas norte-americanos apresentados em filmes e desenhos animados, visto que eles, em seus ritos, têm o costume de dar batidas suaves nas próprias bocas durante as danças. Entretanto, esse rito não faz parte das práticas dos indígenas brasileiros. Logo, a incoerência metonímica desse léxico acarretou em uma incoerência política, visto que ele não é aceito pelos surdos-indígenas. Assim sendo, os membros surdos de comunidades indígenas propuseram um novo léxico, apresentado na figura 4, idealizado também metonimicamente a partir das pinturas faciais, prática mais comumente utilizada nas comunidades indígenas brasileiras.

Figura 3 — primeira versão do sinal de indígena.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 4 — versão atualizada do sinal de indígena.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Em segundo lugar, apresentamos o léxico de suicídio, disposto na figura 5. A primeira variação proposta aponta para um tipo específico de autoextermínio, o enforcamento, talvez por uma influência midiática, geralmente, apresentada em filmes, ou pode ser associada à forma como Tiradentes morreu. Entretanto, esse sinal não contempla a amplitude conceitual do léxico, nessa perspectiva, houve a proposição de um novo léxico, retratado na figura 6. A nova proposta tem a intenção de trazer uma conceituação mais abrangente desse léxico, ou seja, tirar a vida.

Figura 5 — primeira versão do sinal de suicídio.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 6 — versão atualizada do sinal de suicídio.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Por último, selecionamos o verbo falar, exibido na figura 7, a construção metonímica expressa nesse léxico, visualmente, traz como destaque a fala reproduzida por pessoas ouvintes, isto é, faz alusão à fala oral. Os surdos que entendem essa incoerência não utilizam mais esse e outros sinais que aludem à fala oral, por compreenderem que não precisam mais ser reféns das representações dos ouvintes. Por óbvio o uso da primeira versão, quando utilizada por seus falantes, pode referir-se à fala sinalizada, a questão que envolve o sinal é a região onde ele é realizado, ou seja, próximo à boca[2]. A Libras é uma língua visual, seus léxicos, em tese, deveriam estar de acordo com essa visualidade. A partir disso, o léxico utilizado para a representação de língua de sinais ou sinalizar, demonstrado na figura 8, passou a ser utilizado por muitos como representação de falar, visto que é equivalente à forma de comunicação dos surdos.

2 É importante esclarecer que, apesar de a Libras não ser uma língua oral, a boca exerce um papel na produção linguística. Ver Pêgo (2013).

Figura 7 — primeira versão do sinal de falar.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 8 — versão do verbo falar que se adequa à modalidade da língua.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

É possível aqui apontar outros exemplos, como é o caso do sinal de autismo, que, em suas variações, também apresenta aspectos isolados que não abarcam a diversidade intrínseca a esse transtorno de neurodesenvolvimento, trazendo características que nem todos os autistas apresentam. Trata-se, dessa forma, de sinais que estigmatizam essa condição.

Entretanto, este trabalho não tem como objetivo criar um repertório lexical e sim expor como os processos metonímicos na Libras, apesar de suas características constitutivamente visuais, podem provocar a idealização de sinais conceptualmente incompletos ou incoerentes.

Reflexões finais

Enfim, os léxicos aqui expostos apresentam problemas metonímicos, dado que a parte destacada na idealização deles não é mais representativa do todo. O léxico de indígena, de longe, representa os povos originários que habitam nosso solo brasileiro, tornando-se inadequado, pois a característica evocada na primeira versão não representa em nada os povos indígenas brasileiros e, como dito, foi rejeitado pelos surdos-indígenas. O léxico de suicídio, por sua vez, não atingiu a completude conceitual, podendo gerar equívocos sobre a forma em que houve o autoextermínio. Por fim, o verbo falar aponta metonimicamente à fala dos ouvintes, não representando, dessa forma, as falas sinalizadas produzidas pelos surdos.

Apesar da existência das novas proposições idealizadas com um conceituação mais adequada e/ou mais completa — o que as torna mais representativas —, as primeiras versões dos léxicos continuam sendo utilizadas, o que de fato não é um problema, pois não geram entroncamento na comunicação — mesmo se tratando do léxico de indígenas, o qual seu uso é politicamente incorreto.

A língua é viva e, quando necessário, passível de mudanças. Apesar dos pontos trazidos neste artigo, é importante salientar que os léxicos metonímicos, quando criados, trazem enriquecimento às línguas de sinais, afinal, possuem características icônicas, o que potencializa a visualidade presente nas línguas de sinais. Suas propriedades imagéticas facilitam a comunicação, dado às suas características icônicas que buscam reproduzir visualmente o objeto a que se referem.

Referências

ABORÍGINE. *In*: *Michaelis:* dicionário prático da língua portuguesa. 3 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2018. p. 6.

ABREU, A. S. Metonímia: Uma visão cognitiva e funcional. *Revista (Con) Textos Linguísticos,* Vitória, v. 2, n.2, p. 142-157, 2008.

ALBRES, N. de A. Integração entre metáfora, metonímia e iconicidade: estudos da linguística cognitiva. *In*: ALBRES, N. de A.; XAVIER, A. N. *Libras em estudo*: descrição e análise. São Paulo: Editora Feneis LTDA, 2012, p. 57-84.

BÍBLIA de estudo Almeida. Tradução de João Ferreira. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

CAVALCANTE, S. M. S. Por uma abordagem cognitiva da linguagem humana. *Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaios*, n. 44, p. 57-79, 29 dez. 2023.

CAVALCANTE, S. M. S.; MILITÃO, J. Vida na marginal: constituição identitária, emoções e metáfora em uma perspectiva cognitiva. *In*: CAVALCANTE, S. M. S.; MILITÃO, J. (org). *Linguagem e Cognição:* desafios e perspectivas contemporâneas. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras, 2019. p. 225-262. (Série Ideias sobre Linguagem).

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

ESCRAVO. *In*: *Michaelis:* dicionário prático da língua portuguesa. 3 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2018. p. 351.

GEERTZ, A. W. Brain, body and culture: A biocultural theory of religion. *Method & Theory in the Study of Religion,* Leiden, v. 22, n. 4, p. 304-321, 2010.

ÍNDIO. *In*: *Michaelis:* dicionário prático da língua portuguesa. 3 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2018. p. 471.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

MURTA, M. A. Metáforas, iconicidade e metonímia na língua brasileira de sinais – Libras. *In*: *IX Conferência linguística e cognição:* diálogos imprescindíveis. *Anais[...]*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2020. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/CLingCog/174541-METAFORAS-ICONICIDADE-E-METONIMIA-NA-LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS--LIBRAS. Acesso em: 23 jan. 2024.

PAIVA, V. L. M. O. A metonímia como processo fractal multimodal. *Veredas:* Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora. v.14, n. 1, p. 7-19, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25136. Acesso em: 12 mar. 2024.

PÊGO, C. F. *Sinais não-manuais gramaticais da LSB: um estudo do morfema-boca*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. Tradução de Marcelo Pen. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA JUNIOR, D. R. C. da. *Metáfora em Libras:* um estudo de léxico. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TOMASELLO, M. Usage-based linguistics. *In*: GEERAERTS, D. *Cognitive linguistics:* basic readings. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 439-458.

VALLE, K. F. do. *Construção de imagens mentais:* uma análise cognitiva do processo de enunciação radiofônica. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

XAVIER, A. N.; SANTOS, T. A Iconicidade na criação de termos técnicos em Libras. *Leitura*, *[S. l.]*, v. 1, n. 57, p. 60–103, 2017. Disponível em:

https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/4069. Acesso em: 23 jan. 2024.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZLATEV, J. Meaning = life (+ culture): An outline of a unified biocultural theory of meaning. In: DIRVEN, R.; VERSPOOR, M. (orgs.). *Cognitive Exploration of Language and Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 1-27.

As categorias discursivas das narrativas orais sob a ótica da enação*

Marilene Gonçalves Dias Machado**

Resumo

Este artigo discute a parte estrutural de narrativas orais pelo viés da pragmática com o objetivo de demonstrar atitudes discursivas do narrador decorrentes da relação organismo/ambiente. Leva-se em conta a Enação como fator pragmático de produção de sentido. Uma vez que as expressões verbais perfectivas e imperfectivas estruturam o texto narrativo em categorias discursivas, tem-se Figura e Fundo, Intermediária, Discurso Direto e Fundão no campo gramatical. A discussão mostrou que o agrupamento de unidades informacionais que interrompem o curso da história molda a intensidade do impacto dos acontecimentos para o narrador, reforça o realce dos fatos narrados e traz para as cenas a presença do interlocutor/ouvinte, sugerindo uma instância discursiva na dimensão semântica do texto.

Palavras-chave: Narrativa oral. Enação. Categorias Discursivas. Percepção.

* Este artigo foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados na disciplina Pragmática: Enação, Ação e Atos de fala, ministrada pelo Prof. Hugo Mari no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Doutoranda em Estudos linguístico pela PUC Minas. Bolsista FAPEMIG.

The discursive categories of oral narratives from the perspective of enaction

Abstract

This article discusses the structural part of oral narratives through the lens of pragmatics with the aim of demonstrating the narrator's discursive attitudes arising from the organism/environment relationship. Enaction is taken into account as a pragmatic factor in the production of meaning. Since perfective and imperfective verbal expressions structure the narrative text in discursive categories, we have Figure and Background, Intermediate, Direct Speech and Foundation in the grammatical field. The discussion showed that the grouping of informational units that interrupt the course of the story shapes the intensity of the impact of the events for the narrator, reinforces the highlighting of the narrated facts and brings the presence of the interlocutor/listener into the scenes, suggesting a discursive instance in the semantic dimension of the text.

Keywords: Oral narrative. Enaction. Discursive categories. Perception.

1. Introdução

A narrativa oral é palco de processos cognitivos que vão desde o pensamento que leva o narrador a categorizar palavras para produzir sentido até ações perceptivas senso-

riais decorrentes da sua interação com o ambiente. Tais ações levam-no a tomar atitudes discursivas adversas para apresentar situações, sensações e desejos ou, até mesmo, fatos externos à história. A partir da hipótese de que a enação conduz atitudes linguísticas do narrador, toma-se o texto narrativo como objeto de análise com vistas a demonstrar ações discursivas que podem ser agrupadas numa categoria na organização das narrativas orais, aqui denominada Reflexiva.

Funções cognitivas como atenção e percepção organizam fatos e circunstâncias ao ponto de dividir o texto narrativo em categorias discursivas. Por meio de expressões verbais perfectivas tem-se o eixo temporal que dá progressão à história permeado por situações circunstanciais dadas pelo valor imperfectivo dos verbos. Outros enunciados cujos valores aspectuais não são considerados relatam ocorrências e situações que não fazem parte da história causando interrupções no curso da narrativa.

Portanto, o que está em questão no estudo que segue são as interrupções do curso da história impulsionadas por ações perceptivas, as quais denotam mudança de atitudes discursivas do narrador. Nessa discussão busca-se relacionar tais atitudes à perspectiva do enatismo em que perceber é agir no ambiente.

2. Referencial teórico

As interações comunicativas são estabelecidas pelos textos, eles regem as práticas sociais dos indivíduos. Bonini (2014) define o texto como a engrenagem que conduz as interações. Ao estabelecer uma interação oral, os indivíduos desenvolvem processos cognitivos de natureza social, quais sejam: "emitir sons com fonemas da língua em uso, organizar palavras e sentenças de acordo com a gramática dessa língua e organizar tudo isso

dentro de um gênero específico de sua comunidade de discurso [...]" (Bonini, 2014, p. 210). Nesse cenário, as narrativas orais cuja definição é dada em Marcuschi (2002) é o texto utilizado para contar experiências vivenciadas, segundo o autor a marca predominante da narrativa é a sequência temporal, identificada pelas expressões verbais flexionadas no pretérito perfeito. Trata-se da atuação do aspecto verbal pela base opositiva perfectivo/imperfectivo resultando na divisão do texto em categorias discursivas.

O eixo temporal foi definido em Labov (1972) como esqueleto narrativo, para o autor ele caracteriza o primeiro plano da história. Essa divisão está presente nas narrativas de vários idiomas, possivelmente de todas as línguas do mundo, como afirmou Hopper (1979) ao realizar um estudo translinguístico e perceber traços gramaticais aspectuais marcando essa partição nas narrativas orais de todas as línguas investigadas.

O estudo de Reinhart (1984) associou essa divisão à organização espacial de Figura e Fundo postulada pela Psicologia da *Gestalt,* na qual a percepção é a base para os processos cognitivos. Essa habilidade envolve a atenção seletiva num movimento de separação que se enquadra nas noções de Figura e Fundo. Na imagem que segue é possível ter visão mais nítida do que seja a nossa estruturação visual e a compreensão dos limites de nossa percepção. . A gravura está disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-A-jarra-de-Rubin-figura-X-fundo-1_fig1_277268397>. Acessado em 03 dez. 2024.

Figura 1 - A Jarra de Rubin

Fonte: Researchgate. A jarra de Rubin.

A gravura acima nos dá duas opções de imagem, uma jarra escura ou duas faces claras. Não é possível manter o foco visual nas duas opções, a taça, que é a parte escura, ressalta do fundo branco e a faces são constituídas a partir da parte preta. É uma condição do nosso aparato cognitivo, na qual um elemento invariável é evidenciado a partir de um fundo homogêneo, ou seja, a percepção faz esse tipo de organização inevitavelmente. Assim ocorre na linguagem. De acordo com a autora, o eixo temporal formado pelo aspecto perfectivo reflete propriedades da percepção na linguagem. Em termos gestaltistas, a Figura relaciona-se ao primeiro plano da história.

Em estudo mais recente, Tenuta (1992) corroborou a atuação do aspecto verbal nas narrativas orais do português e apontou outras três categorias discursivas na superfície desse tipo textual. Assim, segundo os estudos Reinhart (1984) e Tenuta (1992) as narrativas orais possuem cinco categorias discursivas, a saber: (i) Figura (FG), identificada por expressões verbais perfectivas, é composta pelos fatos; (ii) Fundo, (FD) diz respeito às circunstâncias que permeiam os fatos; (iii) Intermediária (IM), é uma categoria dependente da Figura, trata-se de orações encaixadas expressas pelo perfectivo ou não; (iv) Discurso Direto (DD), apontada pela encenação de diálogos; (v) Fundão (FN) categoria que abriga falas ou reações do interlocutor durante a narração da história.

Abaixo o fragmento de uma narrativa exemplifica a divisão do texto em categorias discursivas propostas pelas autoras. A mesma narrativa servirá a esse estudo como objeto de discussão e análise, por isso, as unidades informacionais (UI) estão enumeradas e identificadas de acordo com as categorias discursivas pelas abreviaturas correspondentes, conforme mostrado acima. Todas as UI pertencentes à FG aparecem com destaque para realçar o eixo temporal que atravessa o texto narrativo. A história foi coletada da plataforma digital do Youtube e está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nPDXDQ-exvA. Vale ressaltar que a categoria Fundão não aparece nessa narrativa.

(1) Narrativa: Meu filho nasceu com síndrome de down e agora?

1. (FG) Quando eu encontrei a Kiqui

2. (FD) eu queria ter outro filho

3. (FD) eu já tinha o Vinício,um adolescente, um rapaz bonito

4. (FD) mas eu tinha o sonho

5. (FD) de ter outro filho e
6. (FG) quando eu encontrei a Kiqui
7. (IM) que hoje é minha esposa
8. (FG) eu vi
9. (IM) que poderia ser possível né e
10.(IM) que poderíamos realizar esse sonho junto
11.(FD) começamos a namorar
12. (FG) e tudo aconteceu muito rápido né
13. (FD) é um dia eu tava tava em casa
14. (FG) e ela me ligou
15. (FG) e disse
16. (IM) que tinha uma surpresa
17. (IM) pra me contá, uma notícia
18. (IM) pra me dá,
19. (DD) e eu, conta, conta rápido,
20. (FD) né, quando você recebe uma surpresa, uma notícia
21. (FD) ah você quer saber o que é
22. (FG) e eu disse
23. (DD) então conta rápido
24. (FG) ela disse
[...]

Na organização da narrativa acima, é perceptível o eixo temporal que dá progressão à história e situações circunstanciais permeando os fatos. O eixo temporal é identificado pelas expressões verbais perfectivas pretérito perfeito do indicativo - que vão expondo os fatos em sequência cronológica, na medida em que eventos concluídos são narrados. Seu destaque é moldado por situações circunstanciais que intercalam a história, englobando expressões verbais imperfectivas presente e pretérito imperfeito do indicativo, gerúndio e perífrases verbais com valores imperfectivos. Nota-se, também, na superfície do texto, que o narrador assume posturas discursivas diferentes, ora ele narra fatos e situações circunstanciais que permeiam os acontecimentos ora interrompe o curso narrativo apresentando situações ou fazendo reflexões que não fazem parte da história. O exemplo (2) traz um trecho que ilustra essa mudança de postura do narrador:

(2) 11 (FD) começamos a namorar
12. (FG) e tudo aconteceu muito rápido né
13. (FD) e um dia eu tava tava em casa
14 (FG) e ela me ligou
[...]

A UI (11) é de Fundo narrativo marcado por uma locução verbal de valor imperfectivo. O narrador poderia continuar a história sem pronunciar a UI (12), ela informa algo externo aos acontecimentos. Percebe-se, então, que houve uma interrupção no curso da narrativa sem causar danos interpretativos, a informação dada em (12) é uma reflexão do narrador frente aos acontecimentos, portanto, não faz parte da história. A flexão verbal no pretérito perfeito aponta para uma Figura narrativa, mas três fatores nos levam a desconsiderar essa classificação: (i) não informa um acontecimento, ou seja, não condiz com o curso da história; (ii) é uma informação dispensável, não causa prejuízos interpretativos; (iii) não é uma circunstância que envolve uma ocorrência narrada. Ao contrário, a UI (13), de Fundo narrativo, traz uma situação circunstancial, dada pelo pretérito imperfeito do indicativo que envolve o fato narrado em (14), uma oração de Figura.

A alternância de ações discursivas da narrativa oral pode estar associada à imprevisão dos processos cognitivos, pois, eles não são lineares e o organismo age de acordo com a perspectiva intencional ou de conhecimento. Esse cenário reflete o enatismo, proposto em Varela *et al*. (1993) para referir à ideia de que a cognição é a enação de um mundo e de uma mente baseada nas ações que um ser executa no mundo.

Entende-se a enação como a forma de ver a interação de um organismo com o mundo, ou seja, conjunto de ações perceptivas decorrentes da relação organismo/ambiente. Segundo os autores, a compreensão do mundo se dá de muitas maneiras, depende da estrutura do ser envolvido e dos tipos de distinções que ele é capaz de fazer, em contra partida, o mundo pode assumir diferentes formas. Observa-se, então, que o dinamismo da enação faz com que nos movimentamos e moldamos o ambiente de acordo com a nossa percepção. O ambiente doméstico pode ser citado como um exemplo, pois ele é moldado conforme o que esperamos ou percebemos a nível de conforto, beleza e funcionalidade.

Noë (2004) enquadra a percepção como habilidade central nas ações, uma vez que ela é constituída pela posse do conhecimento sensório-motor. Isso significa que todos, em alguma extensão, podem ser um percebedor, já que a atividade de perceber é uma habilidade do corpo. O autor destaca que a percepção é profunda e inteligente, porque vem do pensamento. Percebe-se que na linguagem, também, há espaço para ações perceptivas, a narrativa

oral é um exemplo de exposição dessas ações repercutidas nas atitudes discursivas do narrador.

No espírito de relacionar a teoria enativa ao uso linguístico, Froese e Di Paolo (2011) discorrem sobre o enativismo objetivando fornecer as ideias centrais na estrutura teórica da abordagem enativa e refiná-la para a interação social. O enativismo, segundo os autores, compreende um conjunto de ideias, a saber: autonomia, criação de sentido, emergência, corporificação e experiência. Essas ideias são aplicadas em muitas áreas do conhecimento tais como biologia, fenomenologia, vida artificial, ciência social, robótica, psicologia, neurociência e, recentemente, em estudos da interação social. "O processo de interação forma um domínio irredutível de dinâmica que pode ser constituído da agência individual (De Jaegher and Froese 2009) e da cognição social (De Jaegher et al. 2010)." (Froese e Di Paolo, 2011, p. 2, tradução nossa)[1]. Segundo os autores, existem três tipos de situações interacionais: (i) sistema multiagentes (organismicos); (ii) sistemas sociais (animais). (iii) sistemas socioculturais (humanos).

Aqui consideramos o sistema sociocultural que envolve a interação humana pelo uso da linguagem, cuja abordagem pelo viés enativista se baseia no estudo de Bottineau (2011). O autor toma a linguagem como uma forma de cognição viva e incorporada, uma experiência sensório-motora e, com base em Maturana (1980), afirma que é um sistema dinâmico autopoiético. Além de sinais sonoros como assobios, toque de tambores, dentre outros, o autor aponta três tipos de linguagem (i) linguagem introvertida – discurso mental; (ii) linguagem vocal extrovertida vivenciada por dois ou mais usuários da língua reunidos no mesmo ambiente perceptual no espaço e no tempo - a fala; (iii) linguagem manual e extrovertida - a escrita.

Na presente discussão, as lentes são voltadas para a linguagem vocal extrovertida, que, para Battineau (2011) é uma linguagem acústica cheia de acontecimentos que envolve trato vocálico, léxico, componentes gramaticais e é percebida por todos os humanos presentes – ouvinte e falante. O ouvinte relaciona o que ouve a itens de experiências adquiridas pela percepção "(a aparência geral e a atitude do falante, os contextos psicológicos, as referências culturais e o conhecimento, compartilhados ou não)." (Battineau, 2011, p. 272, tradução nossa)[2]. O falante detecta sua atividade pela propriocepção e

1 that the interaction process itself forms na irreducible domain of dynamics which can be constitutive of individual agency (De Jaegher and Froese 2009) and social cognition (De Jaegher et al. 2010).

2 (the speaker ' s general appearance and attitude, the situation, the psychological contexts, the cultural references and knowledge, whether shared or not).

faz com que o ouvinte construa o significado. Dessa forma, segundo o autor, a vocalização é um processo físico de alinhamento mental e semântico que forma sinapses transicionais complexas e versáteis entre seres conscientes, pois envolve variação lexical, morfossintática e prosódica. A linguagem, para o autor, é um meio alternativo, por ela o falante promulga uma experiência sensório-motora e torna o ouvinte ciente de algo, seja por ter sentido que o ouvinte não conferiu importância ao fato real seja para servir aos seus propósitos direta ou indiretamente.

Quando trazemos a narrativa oral para a perspectiva da enação é preciso considerar a presença do interlocutor como um fator que estende o enativismo a uma aplicação pragmática por compreender ações que considera mais de um indivíduo. O interlocutor pode bagunçar todo o arranjo do texto no sentido de que o narrador busca a sua atenção e compreensão, não somente dos fatos e circunstâncias, mas também, do impacto ou da importância dessas ocorrências para si. Em função disso, ele interrompe o curso da história e expressa sentimentos, desejos, projeções e/ou reflexões externos à história. Como, geralmente, são decorrentes de ações perceptivas das situações pessoais antes vivenciadas ou sentimentos que se relacionam de alguma forma aos acontecimentos narrados, tais expressões servem ao propósito de conscientizar o ouvinte sobre o impacto dos fatos na vida do narrador, o que não poderia ser feito se não pela linguagem, conforme previsto em Battineau (2011) ao defender que a linguagem é um meio alternativo para produção de sentido. A seção seguinte é dedicada à discussão sobre as categorias discursivas em detrimento das interrupções da narrativa feitas pelo narrador ao trazer para o texto fatos e circunstâncias externos à história.

3. As categorias discursivas e suas atribuições

As categorias Figura e Fundo condensam a história, são os fatos (Figura) e as circunstâncias (Fundo). Aqui o narrador assume o papel de narrar os acontecimentos e realçá-los pelas circunstâncias nas quais eles ocorrem, nesse movimento os processos cognitivos de percepção e atenção distinguem a Figura do Fundo pelo aspecto verbal. São instâncias discursivas

marcadas pela aspectualidade das expressões verbais, por isso, são categorias gramaticais. Veja-se no exemplo (3) UIs destacadas da narrativa acima em que 1, 14 e 15 são identificadas como Figura pela expressão verbal perfectiva. Já as UIs 11 e 13 têm o verbo flexionado no pretérito imperfeito denotando a imperfectividade verbal, por isso, correspondem ao Fundo narrativo:

(3) ***1. (FG) Quando eu encontrei a Kiqui***
11.(FD) começamos a namorar
[...]
13 (FD) é um dia eu tava tava em casa
14. (FG) e ela me ligou
15. (FG) e disse

O Fundo narrativo pode ser marcado, também, por outras formas verbais como presente do indicativo, gerúndio ou perífrases verbais com valores imperfectivos. Vê-se que é uma categoria ampla que pode abrigar grande variedade de formas verbais, ao contrário da Figura que se restringe às expressões verbais perfectivas (Reinhart, 1984), (Tenuta, 1992).

Como já observado em Tenuta (1992), nas categorias IM, DD e FN as situações apresentadas são externas à história, ou seja, não condizem com fatos e circunstâncias narrativos. São, portanto, interrupções no curso da narrativa não importando se são perfectivas ou imperfectivas.

Ocorre que algumas UIs, de qualquer categoria discursiva, apresentam traços pragmáticos relacionados ao enativismo, é o caso das UIs 2, 3, 4 e 5 identificadas como FD, elas mostram um desejo do narrador e uma reflexão sobre esse desejo, não correspondem a fatos nem a situações circunstanciais de alguma ocorrência da história.

(4) *2. (FD) eu queria ter outro filho*
3. (FD) eu já tinha o Vinício, um adolescente, um rapaz bonito
4. (FD) mas eu tinha o sonho
5. (FD) de ter outro filho e
[...]

A expressão das informações contidas no exemplo (4) relaciona-se a uma extensão do enativismo por serem atitudes linguísticas do narrador que servem ao seu propósito de afetar o ouvinte ao ponto de conscientizá-lo

sobre a importância dos acontecimentos que são narrados. A expressão de um desejo (UIs 2, 4 e 5) e a declaração/reflexão de sua situação atual (UI 3) frente ao que almeja são informações que não alteram a sequência cronológica dos fatos não causam prejuízos interpretativos, e não são acontecimentos da história narrada, ou seja, são dispensáveis. No entanto, elas contribuem, em grande medida, para a formação da consciência do ouvinte em relação aos fatos, pois, são relacionadas diretamente a eles e revelam o impacto dos eventos narrados na vida do narrador. Nota-se que ao inserir informações externas à história, o narrador assumiu uma perspectiva intencional, se movimentou de uma forma discursiva marginal em relação à estrutura funcional da narrativa para moldar o ambiente de acordo com a sua percepção, que, nesse caso, foi a expressão do seu desejo e de sua situação atual frente a ele, o que reflete o dinamismo da enação proposto em Varela *et al.* (1993).

Situação parecida ocorre no exemplo (4). Em 6 o narrador repete uma UI de Figura, mesmo contendo expressão verbal perfectiva e já ter sido considerada Figura na UI 1, não seria coerente considerá-la da mesma forma uma vez que é uma repetição, ou seja, é informação velha. Além disso, essa UI parece funcionar como uma ferramenta para introduzir uma situação que, também, não integra a história - a UI 7. Sendo assim, as UIs 6 e 7 interrompem a progressão da história. Da mesma forma, as UIs 8 e 12 classificadas como Figura, elas não trazem fatos que possam ser considerados ocorrências da história narrada, são percepções do narrador frente aos fatos:

(4) ***6. (FG) quando eu encontrei a Kiqui***
7. (IM) que hoje é minha esposa
8. (FG) eu vi
9. (IM) que poderia ser possível né e
10.(IM) que poderíamos realizar esse sonho junto
[...]
12. (FG) e tudo aconteceu muito rápido né

Como pode ser observado, não só na FG e no FD, mas também na categoria IM pode ocorrer UIs com traços pragmáticos da Enação. A categoria IM, conforme Tenuta (1992), é identificada pela subordinação à Figura por meio do encaixamento de orações como é visto nas UIs 7 em

relação à oração 6, e 9 e 10 em relação à UI 8. O que se vê nesses casos, além do encaixamento de orações, é a mudança de atitude linguística do narrador. Em 7, ele passa a relatar a situação atual de Kiqui, que não corresponde a um fato nem a uma situação circunstancial de alguma ocorrência da história, da mesma maneira, as UIs 8, 9 e 10 mostram uma reação do narrador decorrente de um fato narrado, não um acontecimento da história.

O mesmo não se aplica às UIs 16, 17 e 18, elas são dependentes da Figura, por isso integram a categoria IM, possuem expressões verbais imperfectivas, mas podem ser consideradas internas à história, portanto, não interrompem o curso da narrativa.

(5) ***14. (FG) e ela me ligou***
15. (FG) e disse
16. (IM) que tinha uma surpresa
17. (IM) pra me contá, uma notícia
18. (IM) pra me dá, e eu

Em 20 e 21, reproduzidas abaixo, também direcionadas ao Fundo, o narrador fala de sensações que, como as anteriormente discutidas, não se enquadram no conjunto circunstancial de fatos narrados, como é atribuído a essa categoria:

(6) *20. (FD) né, quando você recebe uma surpresa, uma notícia*
21. (FD) ah você quer saber o que é

Sobre a Categoria DD, por ser dedicada à encenação de falas, é coerente considerar, quando houver, a marca gramatical do discurso direto, como ocorre na UI 22 em que o verbo anuncia a reprodução da fala de alguém. Logo, por esse ponto de vista, a UI em questão é integrante da categoria DD, caracterizada pelo verbo dicendi que, nesse caso, anuncia a reprodução de uma fala na UI 23, já identificada como DD. Na UI 19, a reprodução da fala não é anunciada como em 22, o narrador já introduz um discurso alheio sem indicá-lo antecipadamente. Os três casos podem ser observados a seguir:

(7) 19. (DD) e eu conta, conta rápido,
[...]
22. (FG) e eu disse
23. (DD) então conta rápido
[...]

Vale argumentar que ao introduzir a encenação de uma fala o narrador assume uma postura adversa à narração, assim como em todas as passagens que trazem fatos e situações externas à história.

4. Conclusão

A discussão no tópico anterior levou a concluir que no decorrer de uma narrativa oral o falante experienciador pode ser conduzido por suas percepções em atitudes discursivas antagônicas à narração da história. O estudo de Reinhart (1984) mostrou, com base na Psicologia da *Gestalt,* que, na linguagem, a Figura é realçada pelo Fundo por elementos gramaticais aspectuais. Já a revisão das categorias discursivas, sob a perspectiva da Enação, apontou que o narrador, ao considerar seu interlocutor, lança mão de recursos pragmáticos para elevar a proeminência dos fatos, mesmo já estando realçados pelo Fundo narrativo. Para tanto, ele assume o papel adverso ao de narrador, porque passa a ser condutor da consciência do interlocutor/ouvinte em reflexões sobre os impactos dos fatos na sua vida. Essa mudança de atitude linguística insere situações decorrentes de ações perceptivas das mudanças do mundo que envolvem os fatos narrados, mas que não fazem parte da história. Em cada inserção desse tipo acontece uma interrupção no curso da narrativa, fragmentando ainda mais a organização desse tipo textual, que pela sua estruturação inicial, como mostrado em Reinhart (1984) e Tenuta (1992), já apresenta partições discursivas diversas. É o que foi mostrado nas UIs 2, 4 e 5, 6, 7, 8, 9, 10 20, 21.

Do cenário de interrupções, discutidas acima, emerge uma nova categoria discursiva nas narrativas orais em função da enação, assumida nesse contexto como o conjunto de ações pragmáticas que induzem o narrador a dar lugar às reflexões, acontecimentos e manifestações de desejos e projeções que envolvem os fatos narrados. Proponho, na falta de melhor sugestão, referir a essa instância como categoria Reflexiva (RF).

Outro ponto a ser destacado é o fato de que a categoria Fundão (FN) não apareceu no fragmento em questão, mas, por se tratar de participação direta do interlocutor, ela não é passiva de aplicação dessa análise, porque o que esteve em jogo nesse estudo foram as ações discursivas do narrador.

É importante esclarecer que o fragmento analisado foi organizado em categorias discursivas de acordo com os estudos de Reinhart (1984) e Tenuta (1992) que são de cunho gramatical. As observações sobre as categorias discursivas, aqui expostas, possuem natureza semântica/pragmática, portanto estão longe de fazer qualquer tipo de refutação aos estudos citados.

5. Considerações finais

No caso das narrativas orais, a Enação conduz as mudanças de atitudes discursivas do falante, fazendo com que ele assuma papéis distintos na composição do texto. Em alguns momentos, narra os fatos, em outros dialoga com seu interlocutor interrompendo a ligação temporal dos acontecimentos que dão progressão à narrativa. Em outro caso mais profundo, na categoria DD, o narrador torna-se ator, se pensarmos nessa categoria como uma encenação, conforme sugerido por Tenuta (1992). Assim, a classificação da categoria emergente requer um olhar direcionado às ações linguísticas do narrador que partem do seu pensamento. A cada momento uma mudança, no sentido de expressão de coisas distintas, ora acontecimentos ora sensações, desejos e projeções, porém externos aos fatos narrados.

Nesses momentos, há que se considerar as perspectivas do narrador em relação ao seu interlocutor/ouvinte e não a organização dos fatos e circunstâncias da história. Dito de outra forma, essa classificação vai além da característica aspectual da oração, porque leva em conta a intenção do narrador, ao passo que a classificação gramatical considera os fatos e circunstâncias oferecidas pelo mundo, não as percepções do narrador relacionadas às mudanças do mundo. Dando mais clareza a esse pensamento, pode-se dizer que a classificação gramatical das categorias discursivas da narrativa oral está na base no concreto enquanto a classificação semântica segue a linha do abstrato.

Tudo isso corrobora a ideia de que a língua está a serviço das necessidades comunicativas do falante na medida em que abre infinitas possibilidades de expressão linguística.

Referências

BONINI Adair. Cognição e Gênero textual. *In*: PELOSI, Ana Cristina; FELTES, Pedroso de Morais; FARIAS, Maria Peixoto (orgs). *Cognição e Linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos.* Educs. RS: 2014, p. 209 - 225.

BOTTINEAU, D. Language and enaction. In J. Stewart, O. Gapenne, and E.A. Di Paolo (eds), *Enaction: Towards a New Paradigm for Cognitive* Science. Cambridge, MA: The MIT Press, 267–306. 2011.

FROESE, T. & DI PAOLO, E. A. The enactive approach: Theoretical sketches from cell to society. *Pragmatics & Cognition,* 19(1), 1-36. 2011.

HOPPER, Paul J. Aspect and Foregrounding in Discourse. In: *Syntax and Semantics,* Vol. 12. N.Y./S.F./L. Academic Press, 1979.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: *Language in the inner city.* Philadelphia: University of Pa. Press, cap. 9, p. 354-396, 1972.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: Dionízio, A, MACHADO, A. R., BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino.* Editora Lucerna. Rio de Janeiro, 2002. p. 19-36.

NOË, A. *The enactive approach to perception: an introduction Action in perception.* Cambridge, Mass. The MIT Press, 2004, p. 1-34.

VARELA, F.J., Thompson, E. and Rosch, E. *Embodied Mind, cognitive science and human experience.* MIT Press. New York: 1993.

REINHART, Tanya. Principles of gestalt perception in the temporal organization of narrative text. *Linguistics*, v. 22, n. 6, p. 779-809, 1984.

TENUTA, A. M. Tempo, modo e aspecto verbal na estruturação do discurso narrativo. Dissertação de Mestrado, *Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos,* Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1992.

Ambiguidade e desambiguização na propaganda da Ótica Chilli Beans: uma análise de "grau"*

Leandro Martins de Sousa**

Resumo

Neste artigo, analisamos a possibilidade de ambiguidade e de desambiguização na propaganda da Ótica Chilli Beans a partir do item lexical *grau*, que pode apresentar vários significados, o que gera diversas interpretações possíveis. Para a realização desta análise, fundamentamo-nos em Mari (2024), que explora a homonímia e a polissemia, bem como a redução sêmica; Katz (1977) e Katz (1982), os quais tratam do conceito de ambiguidades fonológica, sintática e semântica e anomalia semântica; e Greimas (1973), que aborda as semelhanças e as diferenças dos termos-objetos. Como objetivo geral, visamos a explorar tanto a ambiguidade quanto a desambiguização na propaganda da Ótica Chilli Beans. Já como objetivos específicos, propomos analisar as relações homonímicas e polissêmicas em algumas palavras na propaganda que geram a possibilidade de ambiguidade; verificar de que modo a ambiguidade pode ocorrer na propaganda; e, por fim, demonstrar como a desambiguização pode ser aplicada para demonstrar, que, na verdade, não se trata de ambiguidade quando se leva em consideração todo o enunciado e o contexto. Como principal resultado, foi possível constatar que, em alguns casos, o significante *grau* não produz, de fato, ambiguidade dado o contexto em que a palavra está inserida, enquanto, em outro caso, evidencia-se ambiguidade em razão de aquela palavra apresentar mais de um significado, sem haver anomalia semântica, o que possibilita mais de uma interpretação aceitável e, por conseguinte, ambiguidade.

Palavras-chave: ambiguidade; desambiguização; polissemia; homonímia; anomalia semântica.

* Este artigo foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados na disciplina "Teoria semântica com ênfase em português", ministrada por Hugo Mari, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista CAPES.

Ambiguity and disambiguation in Chilli Beans advertising: an analysis of "grau"

Abstract

In this article, we analyze the possibility of ambiguity and disambiguation in the Chilli Beans advertisement based on the lexical item *grau*, which can have several meanings, generating several possible interpretations. To carry out this analysis, we used Mari (2024), who explores homonymy, polysemy and semantic reduction; Katz (1977) and Katz (1982), who deal with the concept of phonological, syntactic and semantic ambiguities and semantic anomaly; and Greimas (1973), who deals with the similarities and differences of object terms. Our general objective is to explore ambiguity and disambiguation in the Chilli Beans advertisement. Our general objective is to explore ambiguity and disambiguation in the Chilli Beans advertisement. The specific objectives were to analyse the homonymic and polysemous relationships in some of the words in the advertisement that generate the possibility of ambiguity; to see how ambiguity can occur in the advertisement; and, finally, to demonstrate how disambiguation can be applied to show that, in fact, there is no ambiguity when the entire statement and context are taken into account. The main result was that, in some cases, the signifier *grau* doesn't actually produce ambiguity given the context in which the word is inserted, while in another case, ambiguity is evident because that word has more than one meaning, without there being a semantic anomaly, which allows for more than one acceptable interpretation and, therefore, ambiguity.

Keywords: ambiguity; disambiguation; polysemy; homonymy; semantic anomaly.

1. Considerações iniciais

Os dicionários são um instrumento de consulta que apresenta uma lista de palavras acompanhadas, sobretudo, de um ou mais significados. No entanto, é importante ressaltar que os dicionários não conseguem dar conta de toda natureza semântica da palavra pelo fato de haver palavras que ganharam, ao longo do tempo, novos sentidos que ainda não foram dicionarizados. Além do mais, deve-se levar em conta que há palavras que apresentam determinado sentido em determinado contexto a fim de satisfazer propósitos específicos da comunicação. Dito isso, independentemente de o sentido estar imediatamente atrás das palavras, antes ou depois delas, a questão do sentido persiste (Greimas, 1975, p. 8). Com base nisso, Greimas (1975) defende que

> é extremamente difícil falar do sentido e dizer alguma coisa significativa. Para fazê-lo convenientemente, o único meio seria construir-se uma linguagem que não significasse nada: estabelecer-se-ia assim uma distância objetivante que permitiria construir discursos desprovidos de sentido sobre discursos significativos (Greimas, 1975, p. 7).

Sob esse viés semântico, é relevante considerar as relações homonímicas e polissêmicas, por estarem atreladas aos sentidos que as palavras podem apresentar. Assim, esses fenômenos linguísticos podem acarretar mais de uma interpretação possível para uma palavra, uma frase ou um texto, o que se configura como ambiguidade, que pode ser fonológica, sintática ou semântica.

Pensando nisso, neste trabalho, propomos analisar não só a possibilidade de ambiguidade na propaganda da Ótica Chilli Beans, mas também a desambiguização, que pode se dá pela seleção de um sentido mais aceitável e pela exclusão de outros, para se chegar a uma interpretação mais plausível. A escolha por essa abordagem se justifica pelo fato de que a ambiguidade é uma abordagem bastante explorada nas aulas de Língua Portuguesa do ensino básico. Há inúmeras atividades que exploram os sentidos que uma determinada palavra pode apresentar, configurando-se como ambígua, mas que pode ser desfeita (desambiguização) pelo

contexto. Já a escolha pela propaganda da Ótica Chilli Beans parte da possibilidade de podermos, empiricamente, explorar nela os conceitos teóricos discutido ao longo deste trabalho.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo geral explorar tanto a ambiguidade quanto a desambiguização na propaganda da Ótica Chilli Beans. Para tanto, dedicamos nossa análise com base nos seguintes objetivos específicos: analisar as relações homonímicas e polissêmicas em algumas palavras na propaganda que geram a possibilidade de ambiguidade; verificar de que modo a ambiguidade pode ocorrer na propaganda; e, por fim, demonstrar como a desambiguização pode ser aplicada para demonstrar, que, na verdade, não se trata de ambiguidade quando se leva em consideração todo o enunciado e o contexto.

Para a realização desta investigação, foi necessário buscar as contribuições de Mari (2024)[1], que explora a distinção entre homonímia e polissemia, além do conceito de redução sêmica. Também foi considerado o conceito de ambiguidades fonológica, sintática e semântica e anomalia semântica conforme Katz (1977) e Katz (1982), bem como Greimas (1973), que também aborda as semelhanças e as diferenças dos termos-objetos.

Feita essa apresentação, faz-se imprescindível explicitar como este artigo se organiza. Na primeira seção, distinguem-se as relações homonímicas e as polissêmicas, a partir de dois critérios: (i) igualdade ou diferença de classes gramaticais e (ii) redução sêmica. Em seguida, explora-se o conceito de ambiguidade, tendo em vista três tipos: a fonológica, a sintática e a semântica. Na sequência, é analisado o *corpus*, isto é, uma propaganda da Ótica Chilli Beans e, por último, são apresentadas as considerações finais a que chegamos com esta pesquisa.

2. Diferença entre homonímia e polissemia

Segundo Greimas (1973, p. 29), "para que dois termos-objetos possam ser captados juntos, é preciso que tenham algo em comum [...].

1 As citações (diretas e indiretas) e o esquema do professor-doutor Hugo Mari foram abordados na "Aula 8a - Katz, J. J. Escopo da Semântica", da disciplina "Teoria semântica com ênfase em português", ofertada no primeiro semestre de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

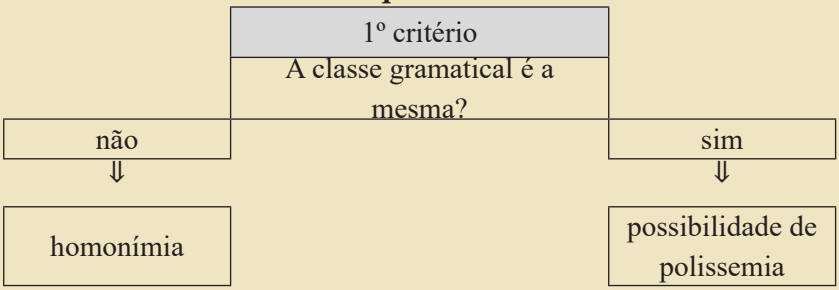
Para que dois termos-objetos possam ser distinguidos, é preciso que sejam diferentes, qualquer que seja a forma". Tendo em vista essa premissa, é essencial discutir sobre palavras homônimas e polissêmicas, uma vez que ambas supõem uma relação de semelhança e de diferença. A relação homonímica, de acordo com Mari (2024), ocorre quando signos distintos — seja pela composição morfológica, seja pela especificação semântica — coincidem na forma gráfica, por exemplo *calço* [verbo] e *calço* [sustentação]. Já a relação polissêmica, conforme Mari (2024), ocorre quando um único significante apresenta vários significados distintos que mantêm entre si alguma correlação semântica, como *cabo* [extremidade de um objeto] e *cabo* [acidente geográfico].

Dito isso, para compreender se dada palavra é homônima ou polissêmica, é preciso pautar-se em dois critérios, a saber, (i) se há diferença entre classe gramatical e (ii) se há possibilidade de redução sêmica, sendo esta compreendida como

> a possibilidade de que diversos significados possam ser descritos através de um traço geral que lhes seja comum. Entre os significados deve existir uma proximidade semântica, isto é, todos eles devem comportar um traço semântico mais geral comum a todos. Mesmo considerando tratar-se de um critério, a redução sêmica não tem a mesma clareza operacional imediata que a diferença entre classes gramaticais, pois muitos dos significados que integram uma matriz polissêmica passaram por processos diversos de ajuste do sentido (metaforizações, deslocamentos metonímicos, restrição/ampliação de sentido etc.), ao longo de sua história na língua. Assim, a função desse critério é propor uma depuração maior dos significados que fariam parte de uma matriz polissêmica; alguns serão mais transparentes, outros mais duvidosos (Mari, 2024).

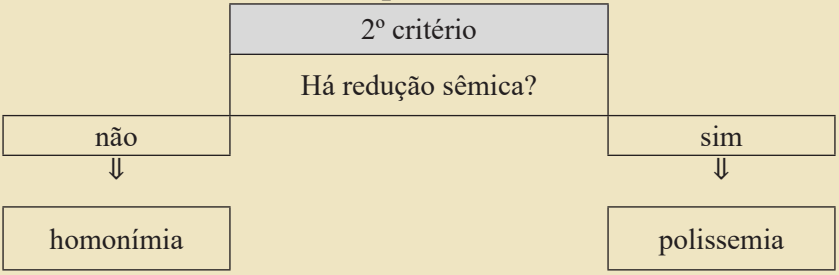
A seguir, apresentamos o esquema elaborado por Mari (2024) que leva em conta esses dois critérios para definir uma palavra como homonímia ou polissemia.

Esquema 1:



Com base neste esquema, o primeiro critério para definir um léxico como homonímia ou polissemia está relacionado à classe gramatical. Quando um item lexical apresenta dois ou mais sentidos, é preciso averiguar se se trata de um significante cuja classe gramatical se mantém a mesma em todos os casos. Caso a classe gramatical mude, trata-se de homonímia; se permanecer a mesma, trata-se de possibilidade de polissemia, a ser averiguada por este segundo critério:

Esquema 2:



Com este segundo critério, quando o significante apresenta vários significados em que se verifica redução sêmica entre si, isto é, alguma correlação semântica, trata-se de polissemia; caso não haja redução sêmica, trata-se homonímia. Para demonstrar a aplicação dos dois critérios, avaliemos como exemplo o item lexical *canto*.

Se: *canto*		
So1: [presente do indicativo de *cantar*]	So2: [ato de cantar]	So3: [ponto de convergência espacial]

Pelo Critério-1 e pela análise que apresentamos acima, a classe gramatical não é a mesma para *canto*: So1 (-o é um morfema verbal) So2 e So3 (-o morfema nominal). Logo, temos homonímia entre So1 e So2 / So3. Todavia, como o So2 e o So3 fazem parte de uma mesma classe gramatical, podemos avaliar, pelo segundo critério, tratar-se da possibilidade de polissemia.

Se: *canto*	
So2: [ato de canto]	So3: [ponto de convergência espacial]

Assim, avaliando o So2 em sua relação com o So3, concluímos que não existe possibilidade de redução sêmica entre eles, isto é, não há um traço semântico que seja comum entre eles, logo devem ser considerados homônimos.

A distinção entre homonímia e polissemia pressupõe uma percepção de semelhança (na forma) e diferença (no sentido). Para Greimas (1973, p. 28), "(1) perceber diferenças quer dizer captar ao menos dois termos, como simultaneamente presentes e (2) perceber diferenças, quer dizer captar a relação entre os termos, ligá-los de um ou de outro modo". Sob esse viés, a diferenciação entre palavras homônimas e polissêmicas exige uma análise criteriosa baseada, como vimos, em dois critérios: a igualdade ou a diferença de classe gramatical e a redução sêmica. Enquanto a homonímia envolve palavras com formas idênticas, mas sem relação semântica, a polissemia abrange significados múltiplos de um único significante que mantêm uma relação semântica entre si. Além disso, a aplicação da redução sêmica, apesar de menos clara operacionalmente, é essencial para distinguir polissemia de homonímia. Logo, a distinção desses dois fenômenos foi fulcral para explorarmos, na sequência, as possibilidades de ambiguidade e de desambiguização e para analisarmos o *corpus* selecionado.

3. Possibilidades de ambiguidade e de desambiguização

A ambiguidade é um fenômeno em que palavras, sentenças ou textos podem ter mais de uma interpretação ou sentido possível. Assim, essa falta de clareza pode ocorrer por vários motivos, tais quais a estrutura gramatical, a escolha das palavras ou o contexto em que são utilizadas. Embora se possa dizer que a ambiguidade pode ser intencional – para criar determinados efeitos de sentido – ou não intencional, é o interlocutor que perceberá a ambiguidade, já que cabe a ele interpretar uma mensagem com um ou mais sentidos. A partir disso, é preciso abordar os tipos de ambiguidade, a saber, a fonológica, a sintática e a semântica.

A ambiguidade fonológica ocorre "quando as estruturas superficiais de diferentes sentenças é dada a mesma interpretação fonológica" (Katz, 1977, p. 65). Por exemplo, o Se: *[kõ'sɐrtu]* apresenta dois significados, a saber, So1: [restauração] e So2: [peça musical extensa]. No entanto, dados outros componentes da construção, a ambiguidade pode ser desfeita, como em (1) e (2), nos quais o Se: *[kõ'sɐrtu]* tem como significado, respectivamente, So1: [peça musical extensa] e So2: [restauração].

(1) [kõ'sɐrtu] *kõ'sɐrtu* da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais
(2) [kõ'sɐrtu] do carro

A ambiguidade sintática, por sua vez, "ocorre quando uma sentença tem mais de uma estrutura subjacente" (Katz, 1977, p. 65), o que pode ser percebido na sentença (3), em que fica ambíguo se João estava de óculos quando viu Maria ou se Maria estava de óculos quando João a viu.

(3) João viu Maria de óculos.

Finalmente, a ambiguidade semântica, segundo Katz (1977, p. 65), "ocorre quando uma estrutura subjacente contém uma ou mais palavras ambíguas que contribua(m) em seus múltiplos sentidos para o significado da sentença inteira, tornando, assim, possível o uso dessa sentença para a formulação de mais de uma afirmação, solicitação, interpretação, etc." Desse modo, o autor afirma que uma palavra que possui *n* leituras distintas é apresentada de *n* formas semanticamente ambíguas (Katz, 1977, p. 63).

Em suma, a ambiguidade semântica é multiciplicidade de sentidos *versus* unicidade de sentido (*sense*) – por exemplo, o fato de que as palavras 'botão', 'pé', 'manga', 'cabo' têm mais de um sentido" (Katz, 1982, p. 51, grifos do autor). Vejamos o exemplo a seguir, para explorarmos esse tipo de ambiguidade mais detalhadamente.

(4) Corto cabelo e **pinto**.

Em (4), o Se: *pinto* apresenta, pelo menos, três possibilidades de significado — So1: [1ª pessoa do singular do verbo *pintar*], So2: [cria da galinha] e So3: [órgão sexual masculino]. Partindo desse pressuposto, infere-se que *pinto-1* (verbo) mantém relação de homonímia com *pinto-2* (nome) e *pinto-3* (nome), por se tratarem de classes gramaticais diferentes, enquanto *pinto-2* (nome) e *pinto-3* (nome) apresentam possibilidade de polissemia. No entanto, não há redução sêmica entre *pinto-2* e *pinto-3*, o que confirma a homonímia para os três usos do item lexical.

Os três significados para Se: *pinto* partiram de uma percepção do item lexical isolado, e não no contexto comunicativo e pragmático. Partindo desse pressuposto e tendo em vista que as palavras e as frases não devem ser analisadas isoladamente, mas exploradas em situações de comunicação, sobretudo, reais, essa ambiguidade poderia ser desfeita pela pragmática. Suponhamos que este enunciado esteja exposto na entrada de um salão de beleza, por exemplo. Indiscutivelmente, pressupõe que Se: *pinto* se refere ao So1: [1ª pessoa do singular do verbo "pintar"], uma vez que cortar cabelo e pintar cabelo são práticas executadas naquele tipo de ambiente, tornando essa interpretação mais aceitável.

Vale acrescentar que a presença de uma palavra ambígua, defende Katz (1977), não é uma condição suficiente para que uma construção linguística seja considerada semanticamente ambígua. Conforme o autor, "o significado de outros componentes da construção pode impedir a palavra ambígua de contribuir com mais de um dos seus sentidos para o significado de toda a construção" (Katz, 1977, p. 65), como se pode perceber nos exemplos (1) e (2), em que *da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais* e *do carro* desfazem a ambiguidade entre *concerto* e *conserto*, que são fonologicamente idênticas. Já no caso da ambiguidade semântica, para exemplificar, podemos mencionar o Se: *manga*, que, embora possua, pelo

menos, dois significados – So1: [fruto da mangueira] e So2: [parte do vestuário que cobre o braço] –, tem a ambiguidade impedida na construção *manga da blusa*, que admite como interpretação apenas o So2. A seleção de um sentido e a exclusão de outros "exprimem as condições necessárias e suficientes para que as leituras onde ocorrem se combinem com outras leituras a fim de formar leituras derivadas" (Katz, 1977, p. 66).

Outro aspecto interessante é a anomalia semântica, que, segundo Katz (1982, p. 51), trata-se da ausência de significado, total ou parcial. Em outro momento, Katz (1977, p. 66) esclarece que "sentenças semanticamente anômalas [...] ocorrem quando os significados das palavras que as compõem são tais que não se possam combinar para formar uma sentença coerente e imediatamente compreensível". Por exemplo,

> o fato de que a expressão 'sabão mal cheiroso' tem significado enquanto 'cócega mal cheirosa' não tem, assim como o fato de que as sentenças 'Jarros se enchem rapidamente' e 'O homem está caindo de cabeça para baixo' têm, ambas, significado, mas as sentenças 'Sombras se enchem rapidamente' e 'A saudação está caindo de cabeça para baixo' são semanticamente anômalas (Katz, 1982, p. 51, grifos do autor).

Assim, a ambiguidade é um fenômeno linguístico que pode se manifestar de diversas maneiras, podendo se configurar como ambiguidade fonológica, sintática ou semântica. Embora a ambiguidade possa ser intencional para criar efeitos de sentido específicos, ela também surge de modo não intencional, colocando a responsabilidade de interpretação sobre o interlocutor. Apesar de a ambiguidade semântica, em especial, envolver vários significados para um mesmo significante, a presença de outros componentes na construção e/ou os contextos específicos podem desambiguar palavras ambíguas, orientando a interpretação mais aceitável do enunciado.

4. Possibilidades de ambiguidade e de desambiguização

Como já mencionado anteriormente, a ambiguidade pode ser intencional ou não, mas a(s) interpretação(ões) possível(is) depende(m) do interlocutor, o qual interpretará a mensagem como ambígua ou não. Dito isso, a seguir, apresentamos a transcrição da propaganda da Ótica Chilli Beans, em que um cliente entra na loja para comprar óculos de grau e interpreta o léxico *grau* de várias formas devido às possibilidades de sentido que essa palavra carrega. É importante assinalar que, embora o texto possa ter certa naturalidade, os fatos apresentados sobre o item lexical *grau* mostram uma certa arficialidade por se tratar de usos forjados para uma publicidade.

Cliente: Oi, tudo bem?
Vendedora: Oi, tudo bom?
Cliente: Eu tô procurando uma ótica.
Vendedora: Aqui mesmo, Ótica Chilli Beans, ta-dam!
Cliente: Chilli Beans tá demais! Tá em todo lugar, até dentro de uma ótica. Que legal, mas obrigado! Eu tô procurando óculos de ***grau****.*
Vendedora: Não, não, não, não. Mas aqui é uma ótica da Chilli Beans... e a gente também faz óculos de grau.
Cliente: ***Degrau****, onde?*
Vendedora: Ele é ótimo. Não, não, eu tô falando óculos de grau.
Cliente: ***Grau****? [Cliente mostra um termômetro.]*
Vendedora: Não, óculos de grau.
Cliente: ***Grau****? [Cliente mostra um gráfico de linhas.]*
Vendedora: Óculos de grau!
Cliente: ***Graau****,* ***graau****,* ***graau****! [Cliente toca um cálice para reverberar a nota musical provocada pelo objeto.]*
Vendedora: Bravo! Mas é grau.
Cliente: Aaah, ***grão****! [Cliente mostra um fardo com ramo de trigo.]*
Vendedora: Grau! Óculos de grau!
Cliente: ***Graaaaaau****! [Cliente acelera moto.]*
Vendedora: Não, não, não é. Não é dar grau! Abaixa essa moto, pelo amor de Deus que isso é um perigo. Isso aqui é óculos de grau, óculos de grau,

óculos de grau. A Chilli Beans tem a ótica. Ótica da Chilli Beans! Faz óculos de grau. Lente, pra enxergar melhor, pra vista. Óculos de grau. É óculos de grau!

Cliente: Ah, entendi! Por que você não falou antes? Tá aqui minha receita. Eu quero um óculos de ***grau****. [Cliente entrega receita de óculos de grau para a vendedora.]*

Vendedora: Ah... ah... ah sim. Claro, já vou mandar fazer pro senhor. Inclusive, tem uns modelos aqui na Chilli Beans, olhando bem o seu visual, que vão te dar um belo de um ***grau****, hein...*

Cliente: Você falou grau?

Na propaganda, é possível explorar a ambiguidade tanto fonológica quanto semântica, sendo que, em relação à primeira, é possível perceber duas ocorrências.

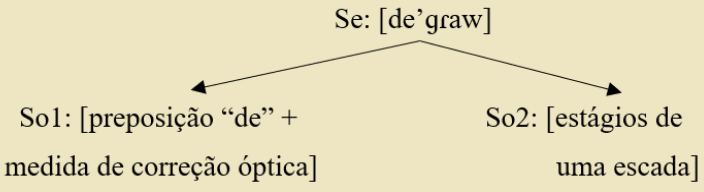
(5) Vendedora: Não, não, não, não. Mas aqui é uma ótica da Chilli Beans... e a gente também faz óculos **de grau**.

Cliente: **Degrau**, onde?

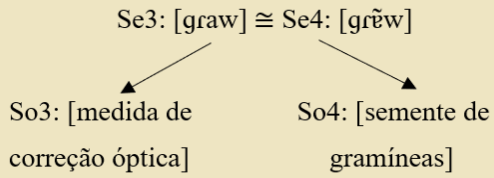
(6) Vendedora: Bravo! Mas é **grau**.

Cliente: Aaah, **grão**!

Em (5), a vendedora fala *óculos de grau*, e o cliente interpreta *de grau* como *degrau*, demonstrando um caso de ambiguidade fonológica, em que o Se: *[de'gɾaw]* pode corresponder ortograficamente às duas formas, como se nota a seguir.



No caso (6), por sua vez, o cliente entende [gɾ̃w] em vez de [gɾaw], palavras que são fonologicamente semelhantes e, por isso, causam ambiguidade fonológica.



No entanto, a desambiguização em ambos os casos pode ser feita ou pela respectiva descrição dos significantes (como nos esquemas anteriores) ou pela inserção dos léxicos em um sintagma ou em uma estrutura sintagmática mais complexa. Logo, a interpretação semântica mais aceitável para os significantes nos casos (5) e (6) seria, respectivamente, So1: [preposição "de" + medida de correção óptica] e So3: [medida de correção óptica], já que estes se mostram mais satisfatórios ao se ligar ao componente *óculos*, em detrimento dos So2 e So4, que não fazem sentido dentro do contexto da propaganda, o que demonstraria uma anomalia semântica.

Além da ambiguidade fonológica, constatamos, no diálogo entre o cliente e a vendedora, algumas ocorrências para o léxico *grau* que evidenciam, *a priori*, a possibilidade de ambiguidade semântica. A interpretação de cada ocorrência é inferida mediante algumas ações do cliente ao mostrar certos objetos, o que contribui para o sentido que ele considera para a palavra *grau*. A seguir, elaboramos um quadro em que destacamos o significante *grau*, a ação do cliente e o significado do significante.

Quadro 1 – Significante *grau* e seus significados

Significante	Ação do cliente	Significado
Se: *grau*	Cliente mostra um termômetro.	So1: [medida de temperatura]
Se: *grau*	Cliente mostra um gráfico de linhas.	So2: [medida de ângulo]
Se: *grau*	Cliente toca um cálice para reverberar a nota musical provocada pelo objeto.	So3: [nota da escala musical]
Se: *grau*	Cliente acelera moto.	So4: [manobra de moto]
Se: *grau*	Cliente entrega receita de óculos de grau para a vendedora.	So5: [medida de correção óptica]

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no quadro anterior, podemos empregar o esquema que diferencia palavras homonímicas das polissêmicas.

Esquema 3:

			Se: *grau*		
	So1: [medida de temperatura]	So2: [medida de ângulo]	So3: [nota da escala musical]	So4: [manobra de moto]	So5: [medida de correção óptica]
Mesma classe gramatical?	sim	sim	sim	sim	sim
	⇓	⇓	⇓	⇓	⇓
	possibilidade de polissemia	possibilidade de polissemia	possibilidade de polissemia	possibilidade de polissemia	possibilidade de polissemia

Esquema 4:

			Se: *grau*		
	So1: [medida de temperatura]	So2: [medida de ângulo]	So3: [nota da escala musical]	So4: [manobra de moto]	So5: [medida de correção óptica]
Há redução sêmica?	sim	sim	não	não	sim
	⇓	⇓	⇓	⇓	⇓
	polissemia	polissemia	homonímia	homonímia	polissemia

Podemos concluir a partir dos esquemas 3 e 4 que *grau* comporta relações polissêmicas entre os significados — So1, So2, So5 — em razão da redução sêmica [medição], mas relações homonímicas desses significados com So3 e So4, por não haver um traço semântico que os uma aos demais significados.

Para discutirmos a distinção entre homonímia e polissemia no texto e, por conseguinte, a possibilidade de ambiguidade e de desambiguização, atentemo-nos para os dois critérios demonstrados no esquema. No que se refere à classe gramatical, vê-se que os significantes pertencem a mesma classe, a saber, dos substantivos, o que leva à possibilidade de polissemia. Em relação à redução sêmica, percebe-se que apenas os So1, So2 e So5 compartilham uma relação semântica entre si: unidade de medida quantitativa, tratando-se, logo, de polissemia. Já os três significados mantêm

uma relação homônima com os So3 e So4, por não compartilharem relação semântica entre si.

Ao longo do diálogo com a vendedora, o cliente menciona diversos sentidos para o Se: *grau*. Não obstante, compreende-se que ele levou em consideração o léxico de forma isolada, assim como os dicionários, o que o possibilitou expressar vários sentidos para tal significante. Todavia, se o cliente tivesse considerado o contexto em que ele está inserido, além da combinação da palavra *grau* com o componente *óculos*, ele perceberia, de início, que se trata do So5: [medida de correção óptica], em detrimento das sugestões anteriores que ele dá, as quais geram anomalia semântica, pois não faz sentido, por exemplo, considerar o So3: [nota da escala musical] e So4: [manobra de moto] para o Se: *grau* em construções como *óculos de grau*.

Ao final do atendimento, a vendedora faz uma assertiva deixando evidente mais um sentido para o Se: *grau*.

(7) Vendedora: Ah... ah... ah sim. Claro, já vou mandar fazer pro senhor. Inclusive, tem uns modelos aqui na Chilli Beans, olhando bem o seu visual, que vão te dar um belo de um **grau**, hein.

Nesse caso, consideramos para o Se: *grau* o So6: [charme]. Essa interpretação semântica a que chegamos, além de aceitável, só é possível graças a todo o enunciado, e, principalmente, as palavras *visual* e *belo*, as quais legitimam essa interpretação, o que demonstra mais um caso de homonímia do Se: *grau*.

Por fim, como se não bastasse, a propaganda é finalizada com o logotipo da loja acompanhada da frase *Aqui tem grau*. Nessa ocorrência, julgamos que o Se: *grau* pode se referir ao So7: [óculos de grau] ou ao So8: [alta qualidade]. Nesse caso, os dois sentidos são aceitáveis, sem gerar anomalia semântica, o que possibilita dupla interpretação: (i) na loja, vendem-se óculos de grau e (ii) a loja tem alta qualidade, o que produz, de fato, ambiguidade.

Em síntese, a propaganda da Chilli Beans explora eficazmente a ambiguidade tanto fonológica quanto semântica, pelo menos para o cliente, para não só criar humor, como também enfatizar, pela repetição, que se trata de uma ótica e divulgar seus produtos, que, neste caso, são óculos

de grau. Sob esse viés, a partir de sons semelhantes – *degrau* e *de grau* e *grau* e *grão* – e múltiplos sentidos para a palavra *grau*, a interação entre a vendedora e o cliente exemplifica como o contexto é crucial para a desambiguação. A análise mostra que, embora os sons e as palavras possam ter várias interpretações, o contexto específico e as combinações lexicais ajudam a determinar o significado mais apropriado. No final, a propaganda não só reforça a oferta de óculos de grau, mas também sugere qualidade e estilo, demonstrando a riqueza e a complexidade da língua na comunicação, em especial, publicitária.

5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, fizemos um percurso até chegar à ambiguidade e à desambiguização na propaganda da Ótica Chilli Beans. Para tanto, foi preciso explorar alguns conceitos caros para esta análise, tais como homonímia e polissemia, redução sêmica, anomalia semântica e ambiguidade (fonológica, sintática e semântica).

Desse modo, constatamos que as relações homonímicas ocorrem quando itens lexicais coincidem na forma, mas apresentam significados diferentes, enquanto as relações polissêmicas ocorrem quando um único item lexical apresenta vários significados havendo redução sêmica entre si, isto é, mantendo alguma correlação semântica. Quanto à ambiguidade, evidenciamos a existência de três tipos: a fonológica – palavras interpretadas de múltiplas maneiras devido a similaridades na pronúncia –, a sintática – frase interpretada de mais de uma forma em razão da sua estrutura gramatical – e a semântica – palavra ou frase interpretadas de várias maneiras em função dos diferentes significados –, sendo que a última parte da relação homonímia. Contudo, para que a ambiguidade ocorra, é preciso que não haja anomalia semântica, ou seja, uma construção linguística, que, apesar de gramaticalmente correta, apresenta significados que não fazem sentido ou são incoerentes no contexto.

Baseado nisso, foi possível demonstrar, na propaganda, não só a ambiguidade com o léxico *grau*, mas também a desambiguização. Nessa lógica, a propaganda da Ótica Chilli Beans explora a possibilidade de ambiguidade tanto fonológica quanto semântica, tendo em vista que as diversas interpretações ambíguas foram feitas pelo cliente, interpretado por Otaviano Costa. É preciso salientar, entretanto, que as ambiguidades consideradas pelo cliente só foram possíveis, dado que ele levou em consideração o item lexical *grau* de forma isolada, e não no contexto. Em outras palavras, se o cliente tivesse levado em conta o contexto comunicativo e pragmático em que ele estava inserido, perceberia que o único significado aceitável para o Se: *grau* seria o So5: [medida de correção óptica], sendo que os demais significados – So1: [medida de temperatura], So2: [medida de ângulo], So3: [nota da escala musical] e So4: [manobra de moto] – causariam anomalia semântica, o que impediria a ambiguidade. Somente no enunciado *Aqui tem grau* podemos constatar que o Se: *grau* pode ser ambíguo, podendo ter, pelo menos, dois significados (So7: [óculos de grau] e So8: [alta qualidade]) e, por conseguinte, duas interpretações (vendem-se óculos de grau na loja, e a loja tem alta qualidade).

Em síntese, a análise da propaganda da Ótica Chilli Beans revelou como a ambiguidade pode ser explorada de maneira eficaz para criar mensagens publicitárias impactantes. No caso específico da propaganda analisada, a ambiguidade do Se: *grau* foi utilizada de maneira estratégica para engajar o público, ressaltando a alta qualidade dos produtos da loja ao mesmo tempo em que fazia referência aos óculos de grau. A desambiguização, por sua vez, permite identificar o significado mais apropriado do item lexical quando se leva em consideração aspectos contextuais e pragmáticos. Destarte, a exploração da ambiguidade deve ir muito além dos significados que um item lexical pode apresentar, como consta nos dicionários, mas se deve ter em mente que esse fenômeno deve partir de emprego comunicativo como na propaganda para demonstrar se se trata, de fato, de ambiguidade.

Referências

EPISÓDIO 1 | Otaviano Costa | *Grau? Grau*. Chilli Beans. [*S. l.: s. n.*], 15 mai. de 2024. 1 vídeo (71seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z7HUGenGArA. Acesso em: 18 jun. 2024.

GREIMAS, A. J. Estrutura elementar da significação. *In*: GREIMAS, A. J. *Semântica Estrutural.* Tradução de Haquira Osakape e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p. 27-41.

GREIMAS, A. J. Sobre o sentido. *In*: GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido:* ensaios semióticos. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar *et al*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 7-17.

KATZ, J. J. O escopo da semântica. *In*: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística:* semântica. Campinas: Editora da UNICAMP, 1982, p. 43-62.

KATZ, J. J. Teoria Semântica. *In*: LOBATO, L.M.P. (org.) *A semântica na linguística moderna:* o léxico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 59-77.

MARI, H. *Aula 8a - KATZ, J. J. Escopo da Semântica*. 2024. 16 f. Notas de aula.

O discurso persuasivo e os apelos da pós-verdade em tempos de desinformação e de *fake news**

Samuel Alexandre Pires**

Resumo

Neste trabalho busca-se analisar as contribuições dos Sofistas para os estudos da linguagem e para o pensamento filosófico, bem como os reflexos do relativismo sofístico com o estatuto da pós-verdade. E ainda, pretende compreender como o termo *fake news* tem sido utilizado e definido por diferentes autores, visto que as *fake news* ampliam ou (re)afirmam o que já está contido no conceito de pós-verdade. Por fim, apresenta-se o estudo de um caso para demonstrar como a *fake news* opera na cadeia de informações e é capaz de influenciar o sujeito-leitor em sua tomada de decisão.

Palavras-chave: sofistas; relativismo; pós-verdade; *fake news*.

*Este artigo foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados nas disciplinas Teoria semântica com ênfase no português, ministrada por Hugo Mari e Seminários de estudos avançados: palavras, língua e discurso, ministrada por Jane Quintiliano Guimarães Silva, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas. Bolsista Capes.

Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios. n.46, 2024 (2) p. 113-134.
e-ISSN: 2358-3231 (OJS).

Persuasive discourse and post-truth appeals in times of misinformation and fake news

Abstract

This paper seeks to analyze the contributions of the Sophists to the study of language and philosophical thought, as well as the effects of sophistic relativism on the status of post-truth. Furthermore, it aims to understand how the term fake news has been used and defined by different authors, as fake news expands or (re)affirms what is already contained in the concept of post-truth. Finally, a case study is presented to demonstrate how fake news operates in the information chain and is capable to influence the subject-reader in their decision-making.

Keywords: sophists; relativism; post-truth; fake news.

Introdução

A internet, ao longo dos últimos anos, democratizou-se e consolidou-se como um importante recurso na busca de informações. Com a popularização nos últimos anos das redes sociais e aplicativos de mensagens, facilitou-se a qualquer pessoa criar, divulgar e curtir conteúdos veiculados por esses suportes. O desafio que nos impõe é fazer com que a interação, por meio de diferentes práticas sociais e culturais de linguagem, nas mais diversas situações comunicativas, nos conecte com as demais vozes presentes na vida e no texto.

Em um mundo fluido das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas a arte de persuadir mostra a sua face, positiva e negativamente com reflexos expressivos na forma como as pessoas consomem/compartilham conteúdos digitais. Diante disso, percebe-se uma mudança da relação que as pessoas estabelecem com a verdade neste contexto "pós" (pós-moderno, pós-verdade etc.), como também das condições para obtê-la. Por isso, é preciso recorrer à história do pensamento humano e filosófico como, por exemplo, o discurso dos sofistas sobre o relativismo, para se compreender como a pós-verdade atua sobre os sujeitos na era da desinformação e de *fake news.*

Assim, o fenômeno da pós-verdade emerge nesse contexto como um desafio. E buscar os fios constitutivos dessa era pós-verdade e suas correlações com o relativismo sofístico da Grécia Antiga, e seus reflexos no modo como as pessoas se informam e consomem os mais diversos conteúdos digitais, é o que se propõe a seguir.

O pensamento sofístico e a pós-verdade

Atualmente, as plataformas de mídia digitais têm sido utilizadas para criar um ambiente de desinformação com motivações ideológicas, econômicas e/ou políticas. Nesse contexto, o fenômeno da pós-verdade emerge como um problema a ser enfrentado por instituições, organizações, governos e pela sociedade civil. Gerónino (2017) enfatiza que, se o que hoje

é conhecido como pós-verdade tem uma origem, ela deve ser encontrada em práticas discursivas mais antigas, das quais a humanidade sempre foi parte. Entendendo origem não como "começo", no sentido cronológico, mas no sentido lógico, enquanto razão de ser ou fundamento.

Murolo (2019, p. 65-80), ao retomar uma citação de Anthony C. Grayling (2017), coloca o pós-modernismo e o relativismo como as bases da pós-verdade. O autor também observa que as *fake news* ampliam ou reforçam o que já está contido no conceito de pós-verdade. Nesse sentido, o sujeito-leitor não está interessado em saber a verdade, mas em reafirmar aquilo que acredita ser para ele verdade. Está de tal modo embebedado pela ideologia do grupo ao qual pertence que não consegue enxergar além da bolha.

Será, então, a pós-verdade uma retomada do pensamento relativista dos sofistas da Grécia Antiga? Antes de se responder a essa pergunta é preciso entender a contribuição dos sofistas para os estudos da linguagem e para o pensamento filosófico.

Os sofistas e o discurso persuasivo

Os sofistas surgem em um contexto da Grécia Antiga no qual as questões ético-políticas constituem o centro do debate na *ágora* (praça pública). O fato de ter como centro a *ágora*, espaço onde eram debatidos assuntos de interesse comum, favorecia o desenvolvimento do discurso político. Com o surgimento das cidades-Estado (*pólis*) dá-se início a uma nova forma de se organizar politicamente da qual os sofistas exercem um papel fundamental na constituição dessa nova sociedade.

Segundo Guthrie (1994, p. 38-44), o termo "sofista" em grego (*sophós, sophía*) tinha tão somente o sentido de "sábio", "sabedoria" e se referia a alguém que tinha uma qualidade intelectual ou espiritual. Depois foi adquirindo outros sentidos, como a capacidade de alguém em praticar uma determinada operação, como fabricar objetos, tocar instrumentos ou ser habilidoso com as palavras. Sofista era aquele que fazia bem o seu ofício, não importava qual fosse. Com o tempo o termo passou a ganhar uma conotação negativa de alguém que por sua esperteza e habilidade

argumentativa manipulava a verdade para atender a seus próprios interesses nas assembleias. Ademais, para Martins (2005, p. 447, p. 449), é preciso abandonar essa imagem estereotipada associada aos sofistas e valorizar a contribuição intelectual deles nos estudos da linguagem e do sentido.

Como afirma Reale (2003, p. 73-74), é com os sofistas que se inicia o período humanista da filosofia ao deslocarem a reflexão filosófica centrada na *physis* e no cosmos para o ser humano e tudo o que envolve a vida humana em sociedade, como a ética, a política, a arte, a língua, a religião, a educação e a retórica. Considerados oradores por excelência, os sofistas tinham por função educar os jovens para a vida política ateniense, para fazê-los sábios.

Guthrie, retomando Zeller, filósofo e teólogo alemão e um dos mais importantes estudiosos do século XIX no campo dos estudos clássicos e da história da filosofia, diz que: "assim como nós alemães dificilmente poderíamos ter um Kant sem a época da Ilustração, da mesma forma os gregos não teriam podido ter um Sócrates nem uma filosofia socrática sem a Sofística."[1] (Zeller, p.1432 *apud* Guthrie, 1994, p. 57, tradução nossa). De acordo com Guthrie, o legado dos sofistas foi de tal modo que, para muitos historiadores, ficou conhecido como o "Século da Ilustração" na Grécia.

Como mestres da retórica e do discurso persuasivo, os sofistas, apesar das diferenças entre eles, ensinavam suas habilidades aos jovens atenienses em troca de pagamento, para torná-los aptos à vida política e à vida pública, em geral. A arte da persuasão assume, assim, na *ágora* grega, um papel importante nas tomadas de decisão referente à vida da *pólis*. Como assevera Cassin (2005, p. 66, grifo do autor), "o *logos* dos sofistas não é um *organon*, um instrumento necessário para mostrar ou demonstrar o que é, mas um *pharmakon*, um remédio para melhoramento das almas e das cidades". Para Guthrie, (1994, p. 61), os sofistas mesmo não sendo considerados especialistas em tratados filosóficos ou científicos, eram mestres, leitores e grandes oradores públicos. Por conseguinte, a arte da retórica, assim como a capacidade de usar a linguagem de forma eficaz, eram pré-requisitos para quem desejasse se destacar na carreira política e dela participar ativamente.

Embora distantes uns 26 séculos do nosso tempo, os sofistas se fazem presentes quando pensamos no poder de persuasão. De acordo

1 No original: Asi como nosotros los alemanes difícilmente hubiéramos podido tener un Kant sin la época de la Ilustración, de la misma forma los griegos no hubieran podido tener un Sócrates ni una filosofía socrática sin la Sofística.

Reboul (2000, p. XVII), a arte de persuadir é de duas ordens: racional e afetiva, pois em retórica razão e sentimentos são inseparáveis. A razão recorre a argumentos, ao passo que, na afetividade, têm-se o etos e o patos. O etos diz respeito ao caráter que o orador – aquele que fala ou escreve para convencer – deve assumir diante do público-alvo a fim de chamar atenção e ganhar confiança e, o patos são as tendências, desejos, emoções do público-alvo das quais o orador pode tirar proveito. Assim, o discurso que seduz e convence produz uma espécie de encanto, deixando o interlocutor extasiado porque o orador diz aquilo que se espera ouvir, porém, de modo palatável. Como diz Cícero (*apud* Reboul, 2000, p. XVII), a boa retórica é aquela que produz três tipos de afecção, a saber: *docere* (instruir, ensinar), *delectare* (agradar) e *movere* (comover).

Para alcançar os seus objetivos, os sofistas se interessavam pela forma como o discurso deveria ser construído e não pelo conteúdo, pois para eles tudo é relativo. Disso resulta o seguinte problema: existe uma verdade objetiva, absoluta, ou toda verdade é de alguma forma subjetiva, relativa? Como os sofistas se portaram diante desse embate? Como se verá eles têm uma posição clara a esse respeito e responder a essa questão é o que se propõe a seguir.

Os pressupostos do relativismo

A sofística destaca-se por afirmar que não existe verdade absoluta, ou seja, não há princípios objetivos. Por isso, pode variar conforme a cultura e/ou as circunstâncias. Assim, os sofistas estabelecem um novo paradigma: a verdade é fruto de consensos. Conforme Abbagnano (2007, p. 918), sofistas como Protágoras e Górgias, os dois mais influentes, sustentavam que "o conhecimento se reduz à opinião e o bem, à utilidade. Consequentemente, reconhece-se da relatividade da verdade e dos valores morais, que mudariam segundo o lugar e o tempo".

No livro Teeteto, Platão debate a doutrina do *homo mensura*[2] de Protágoras, reinterpretando-a através da perspectiva socrática. O foco principal da obra são os desafios epistemológicos que emergem da ideia

2 Essa doutrina é expressa do seguinte modo: "o homem é a medida de todas as coisas, das que são por aquilo que são e das que não são por aquilo que não são".

de que o conhecimento é percepção. Isso significa que o entendimento da verdade deve ser buscado na percepção individual, isto é, na maneira como cada indivíduo percebe a realidade. Segundo Tordesillas (2009, p. 13), a interpretação de Platão em Teeteto sobre o *homo mensura* não está necessariamente alinhada com a de Protágoras. No entanto, os acadêmicos afirmam que esse é um dos poucos elos entre a interpretação platônica e o pensamento de Protágoras no conjunto da obra.

Na apresentação feita por Santos (Platão, 2010, p. 60) à obra Teeteto, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, ele argumenta que o exemplo do vento, independentemente de ser frio ou quente, e de como o indivíduo o percebe, evidencia uma epistemologia relativista, conforme explicado a seguir.

No diálogo entre Teeteto e Sócrates, após Sócrates elucidar sobre a arte que ele possui (gerar novas ideias), Sócrates questiona seu interlocutor sobre o que poderia ser o conhecimento. Teeteto, ao buscar uma definição, arrisca-se a afirmar que o conhecimento não é nada além da percepção. (Platão, 2010, 149a – 151e). Sócrates toma a palavra e afirma que essa definição coincide com a de Protágoras, porém de maneira diferente, "pois afirma que 'a medida de todas as coisas' é o homem, 'das que são, enquanto são, das que não são, enquanto não são'." (Platão, 2010, 152a). Conforme atesta Reale (2003, p. 76), esta célebre frase de Protágoras o coloca como o fundador do relativismo ocidental.

Para elucidar a famosa frase de Protágoras, Sócrates utiliza o exemplo do vento e a percepção que duas pessoas possuem dele, já que um pode senti-lo frio e o outro não, isto é, "que é frio, para quem sente frio, e não é frio, para quem não o sente frio" (Platão, 2010, 152b). Isso indica que a aparência e a percepção são equivalentes, portanto, o conhecimento não implicaria em erro. Sócrates já havia abordado essa questão anteriormente, retomando o princípio do *homo mensura* de Protágoras, pois para ele "cada coisa é para mim do modo que a mim me parece; por outro lado, é para ti o modo que a ti te parece." (Platão, 2010, 152a). A medida, à qual Protágoras se refere, seriam as percepções humanas, derivadas dos sentidos. Dessa forma, a relação sujeito-objeto no processo de conhecimento é subjetiva e peculiar a quem o percebe e, portanto, o conhecimento não poderia ser senão relativo para o sujeito perceptor. Como bem aponta Reale (2003, p. 76), "não existe um critério

absoluto para julgar o verdadeiro do falso, o bem e o mal, mas que cada homem julga conforme o próprio modo de ver as coisas".

Dessa maneira, a tese relativista se apresenta como ação condicionante do sujeito sobre o objeto ao atribuir àquele a capacidade de julgar as coisas relativamente a si. Retomando a célebre frese de Protágoras ("o homem é a medida de todas as coisas, das que são por aquilo que são e das que não são por aquilo que não são") Reale (2003, p. 77) esclarece que por "medida" entendia-se a "norma de juízo" e por "todas as coisas" os fatos e todas as experiências em geral. Com esse axioma, Protágoras pretendia negar a existência de um valor absoluto, que o único critério é somente o sujeito. Segundo o escritor, esse princípio estabelecido por Protágoras constitui "quase a *carta magna* do relativismo ocidental".

Assim, a teoria relativista, desde os sofistas, continua sendo um assunto que gera intensos debates e controvérsias, estando presente em todas as esferas da existência humana, particularmente nas áreas de política, religião, moral, antropologia, ética, linguagem e conhecimento. Hoje, em tempo de pós-verdade no qual as questões subjetivas se sobressaem em relação aos fatos, o discurso persuasivo reencontrou seu espaço. Na era "pós", a exaltação da subjetividade, das emoções e das convicções surgem como componentes fundamentais da existência humana. Essas são as características da era pós-verdade, como se verá no tópico seguinte, que influenciam diretamente no modo como as pessoas lidam com os conteúdos das mídias digitais. Conforme expressam Guerra e Barbosa (2019, p. 123) "as não-verdades costumam ser belas e, por isso, apesar de tudo, trazem consigo uma verdade inegável: estão na nossa medida, na medida humana".

Pós-verdade: em busca de um conceito

Em 2016, o *Oxford Dictionaries*, departamento da Universidade de Oxford encarregado da criação de dicionários, elegeu a palavra pós-verdade como a palavra do ano. O dicionário a caracteriza como "um adjetivo[3] que indica situações onde fatos objetivos exercem menos influência na formação ou moldagem da opinião pública do que apelos à emoção e às

3 Em nossa tradição gramatical o termo funciona mais como um substantivo.

convicções pessoais". (Word, 2016, tradução nossa). Isso não quer dizer que o termo não existisse, mas, conforme evidenciado pelo Oxford, no contexto do referendo do Brexit no Reino Unido e das eleições presidenciais nos Estados Unidos, sua utilização aumentou exponencialmente naquele ano, gerando grande impacto nas mídias de massa.

Conforme observa Llorente (2017, p. 9), esses acontecimentos fizeram com que as crenças ganhassem força diante dos fatos e a racionalidade cedesse lugar às emoções. Neste contexto, surgem novas maneiras de se comunicar, com destaque para os meios de comunicação alternativos, como o WhatsApp, Telegram e o Facebook, Instagram, ou as redes sociais como Snapchat e X. Segundo o escritor, as notícias falsas resultaram na banalização da mentira e, por consequência, na relativização da verdade, pois o foco está em "como" se narra a história, em vez de "o que". Nesse sentido, não há preocupação em saber o que de fato aconteceu, mas como cada qual se filia a uma ideologia que corresponda às suas expectativas ou desejos.

Ainda segundo o *Oxford Dictionaries* (Word, 2016), o prefixo pós da forma composta da palavra pós-verdade se tornou cada vez mais usual na contemporaneidade. O prefixo tem o significado de após uma situação ou evento específico, como em pós-guerra ou pós-partida. Porém, o prefixo em pós-verdade está mais próximo de "pertencente a um tempo em que o conceito especificado se tornou pouco importante ou irrelevante".[4] Dunker (2017, p. 6), em suas formulações, observa que, se a pós-modernidade trouxe de volta a reflexão sobre a modernidade e o sujeito, a pós-verdade, por sua vez, inaugura um novo modo de se entender a verdade e como esta lida com a autoridade que lhe é imanente.

A revista *The economist* em uma publicação editorial, em que coloca Trump como principal expoente da política da pós-verdade, e se discute sobre até que ponto ele está se afastando dos fatos, assim descreveu o uso da pós-verdade: "uma dependência de afirmações que 'parecem verdadeiras', mas não têm base em fatos".[5] (ART, 2016, p. 9, tradução nossa). Como explicita a revista, se antes no discurso político o objetivo da mentira era criar uma falsa visão de mundo, hoje a verdade assume importância secundária. Nesse discurso, a tática adotada não é convencer os outros por meio de argumentos e fatos, mas através das emoções e sentimentos.

4 No original: belonging to a time in which the specified concept has become unimportant or irrelevant.

5 No original: a reliance on assertions that "feel true" buthave no basisin fact.

Zarzalejos (2017, p. 11) adverte que, embora a pós-verdade não seja o mesmo que mentira, ela descreve uma circunstância na qual os fatos objetivos têm menos influência na opinião pública do que os sentimentos e crenças pessoais. Para o autor (2017, p. 11), "a pós-verdade consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emocional." Berckemeyer (2017, p. 26), retomando uma citação de Alex Grijelmo diz que "podemos nos perguntar, sobretudo, se a pós-verdade não formará parte do que a própria palavra denuncia, se não a estará distanciando de vocábulos mais ultrajantes, como 'mentira', 'farsa' 'engano', 'falsidade'." Como aponta Emediato (2016, p. 15-16), não é possível falar de mentira sem a relacionar ao conceito de verdade, pois toda mentira tem pretensão à verdade, só que com o intuito de falseamento.

Araújo (2021, p. 13) observa que o termo pós-verdade foi, não raras vezes, interpretado como sinônimo de notícias falsas. Para o autor esses termos se tocam. No entanto, não o mesmo fenômeno, pois a disseminação generalizada de informações falsas, principalmente nas mídias digitais, é antes parte de uma realidade maior do que o conceito de pós-verdade visa abarcar. Para o autor (2021, p. 16), a pós-verdade refere-se a uma situação ou ambiente em que atitudes, desinteresse e até mesmo o desprezo pela verdade se naturalizam, se espalham e se torna normal ou são incentivados. O autor (2021, p. 20) pontua ainda que a pós-verdade é caracterizada por disseminar informações falsas, também conhecidas como *fake news*, que aproveita de um ambiente e um contexto favorável para sua propagação, pois são influenciadas por uma mentalidade desprezível e desinteressada pela verdade.

Autores como Paula; Silva e Blanco (2018, p. 96) diferenciam *fake news* da pós-verdade da seguinte maneira: "a *fake news* não possui a necessidade de apresentar fatos verídicos em uma notícia, enquanto a pós-verdade busca apelar para aspectos emocionais de uma narrativa realista." Para muitos autores, apesar de não ser a mesma coisa, no entanto, o que se constata é que as *fake news* têm uma relação íntima com a pós-verdade. Diante disso, é preciso compreender o que se entende por *fake news* e suas possíveis correlações com o fenômeno da pós-verdade. Este será o objeto de reflexão do próximo tópico.

Fake news: um fenômeno de múltiplas faces

Há uma dificuldade na literatura acadêmica em definir *fake news*, pois, para muitos autores, esse termo envolve mais do que notícias propriamente. O termo não é novo na história, sempre houve propagandas enganosas, fotografias manipuladas, documentos falsificados, notícias falsas etc. com o intuito de influenciar a opinião pública. Em entrevista concedia ao Instituto Humanista, Bentes (2018) ressalta que do ponto de vista estrutural as *fake news* são narrativas resultantes de manipulação e falseamento com diferentes intencionalidades.

Um estudo publicado na revista *Science* e realizado pelos pesquisadores Vosoughi, Roy e Aral (2018 *apud* Assis *et al.,* 2021, p. 9-10), no período de 2006 a 2017, em um total de 126 mil tuítes em língua inglesa, concluíram que em média mil pessoas são atingidas por ocasião de divulgação de um *post* verdadeiro, ao passo que, uma notícia falsa alcança entre mil e 100 mil pessoas. E ainda, com relação à notícia falsa, a chance de ela ser compartilhada é 70% maior do que um *post* verdadeiro. A conclusão é que as notícias falsas se difundem e se tornam virais significativamente mais rápido e com um alcance maior do que as histórias verdadeiras. As autoras ainda destacam que, em língua inglesa, quando se deseja disseminar uma (des)informação, emprega-se a expressão *firehosing,* derivada de "mangueira de incêndio". Sendo assim, elas destacam dois sentidos para essa alegoria. Primeiro, devido à dimensão e à capacidade da "mangueira de incêndio" aquele que cria e/ou produz material para as mídias digitais, mantém uma certa distância do incêndio. Com isso o produtor/criador consegue se esquivar e se esconder, não sendo possível identificá-lo ou responsabilizá-lo e, assim, permanecer no anonimato. E segundo, as mangueiras de combate a incêndio tem um jato potente que tem o poder de alcançar alvos (sujeitos-leitores) a distâncias consideráveis e com grande velocidade. São esses leitores os provedores da (des)informação em larga escala, seja por acolher ou compartilhar de notícias falsas, ou enganosas. Conclui as autoras: "as metáforas e associações empregadas nessa descrição revelam tanto a potência quanto a periculosidade da informação falsa ou enganosa nas mídias digitais". (Assis *et al.,* 2021, p. 11).

O Conselho da Europa (Council of Europe) – principal organização de direitos humanos do continente europeu – sobre a chamada "desordem informacional" classificou as *fake news* em três categorias: desinformação, informação falsa e informação maliciosa. A primeira consiste em notícias falsas criadas ou deliberadamente manipuladas para prejudicar determinados atores sociais, como ocorre com as teorias da conspiração. A outra categoria é a notícia falsa propriamente dita, criada não com a intenção de causar danos. São erros que vão desde legendas de fotos imprecisas, datas, estatísticas, traduções. A terceira categoria consiste em informações baseadas na realidade, editadas para causar danos a uma pessoa, organização, seja com fins pessoais ou corporativos. (Derakhshan; Wardle, 2023, p. 28).

Em uma tentativa de refinar os diferentes tipos de informação, Wardle (2017) reconhece sete tipologias na cadeia de desinformação: sátira ou paródia, conteúdo enganoso, conteúdo impostor, fabricação, conexão falsa fabricada, falso contexto e manipulação de conteúdo. Além dessas, ela cita mais quatro tipos relacionados à má informação: Jornalismo Ruim, Paródia, para Provocar, Paixão, Partidarismo, Lucro, Influência ou Poder Político e Propaganda. São, por conseguinte, conteúdos criados com propósitos específicos e com diferentes motivações, segundo a autora.

Em uma tentativa de identificar como o termo *fake news* tem sido definido e utilizado, Tandoc Jr. *et al.* (2018), fez uma revisão em trinta e quatro artigos acadêmicos publicados entre 2003 e 2017. O estudo teve como resultado seis tipologias de *fake news*: sátira, paródia, fabricação, manipulação, publicidade e propaganda. As sátiras foram o tipo predominante encontrado nos estudos. Ela recorre ao humor não como a intenção de prejudicar, mas entreter. Autores como Shu *et al.* (2017, p. 24), não consideram as sátiras como *fake news*, pois, para eles, são pouco prováveis de serem percebidas como factuais e não tem o propósito de enganar. E seguida tem-se a paródia, alavancando o segundo lugar. Segundo os autores (2018, p. 142), a paródia brinca com a absurdidade das coisas. Em algumas situações a diferença entre o real e o fictício é tão sutil que chega a ser compartilhado pela mídia convencional ou por leitores desatentos, enganados pela farsa. Ao contrário da paródia que traz elementos implícitos entre autor e leitor, a fabricação de notícias falsas tem uma intenção precisa: desinformar. No estudo realizado por Tandoc Jr. *et al.*

(2018, p. 143-144), a fabricação de notícias falsas figura em terceiro lugar. Na sequência, os autores (2018, p. 144-145) destacam o quarto tipo de *fake news,* que é a manipulação de imagens ou vídeos reais. A diferença para as anteriores é que essa não é baseada em texto grafado com letras, mas no visual. Com relação à publicidade, as *fake news* foram usadas para promover um produto, uma empresa ou uma ideia, segundo os autores (2018, p. 145-146). Nesse caso fazem uso de materiais publicitários disfarçados de relatos verdadeiros. Por fim, a propaganda aparece nas análises dos artigos com a seguinte definição: "histórias de notícias criadas por uma entidade política para influenciar as percepções públicas." (Tandoc Jr *et al.,* 2018, p. 146, tradução nossa)[6]. A intenção desse tipo de material é beneficiar, por meio de narrativas estratégicas, uma figura pública, organização ou governo.

Outros estudos, como os de Allcott e Gentzkow (2017), realizado em artigos de notícias falsas de cunho político, após as eleições presidenciais dos EUA em 2016, em artigos de notícias intencionalmente fabricados e em muitos sites satíricos quando mal interpretados, por serem vistos isoladamente, definem *fake news* "como sinais distorcidos não correlacionados com a verdade" (tradução nossa)[7] e ainda como "artigos de notícias que são intencional e verificavelmente falsos, e poderiam induzir os leitores ao erro." (Allcott; Gentzkow, 2017, p. 212-213, tradução nossa)[8] Nessa definição, duas questões se destacam: primeiro, uma vez que as *fake news* incluem informações falsas, elas podem e devem ser verificadas como falsas e, segundo, são criadas intencionalmente visando enganar. Prevalece nessa definição aspectos-chave de autenticidade e intenção, conforme explicitam Shu *et al.* (2017, p. 23). (Shu; Liu, 2019, p. 2).

Assim, as *fake news* não se limitam a uma informação incompleta ou mal verificada, mas a uma informação que carece de autenticidade, criada, produzida e disseminada deliberadamente para prejudicar, enganar e/ou manipular para atender determinados objetivos, interesses de pessoas, grupos, partidos políticos ou organizações.

6 No original: News stories which are created by a political entity to influence public perceptions.

7 No original: We conceptualize *fake news* as distorted signals uncorrelated with the truth.

8 No original: We define "*fake news*" to be news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers.

Análise de um caso

Conforme ressaltado anteriormente, notícias falsas circulam muito mais depressa e de maneira mais abrangente do que as verdadeiras. A preocupação com o aumento da (des)informação, fez surgir a necessidade de verificar a natureza e intensidade das informações e atestar a sua veracidade. Nesse sentido, surgiram várias agências de verificação de fatos, conhecidas pelo termo em inglês *fact-checking*, como Aos Fatos, Lupa, Fato ou Fake, FakeCheck, criada por pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo) e da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), só para citar algumas, que utilizam de algoritmos para checar as informações/dados, cujo propósito é perceber erros, inconsistências, contradições, mentiras etc., do que é veiculado.

No aspecto do conteúdo, as *fake news* são criadas justamente com a intenção de induzir o sujeito-leitor a acreditar nelas e, desse modo, a compartilhá-las. Uma *fake news* não seria fabricada ou disseminada se não tivesse a finalidade de levar o sujeito-leitor a aceitá-la como factível. Detectar uma *fake news* apenas pelo conteúdo parece ser insuficiente e, em muitos casos, insustentável. Sendo assim, deve haver informações auxiliares, seja do ponto de vista linguístico, lexical, discursivo que possam revelar algum aspecto das *fake news* e, assim, auxiliar o sujeito-leitor em sua tomada de decisão. Para demonstrar como fatores emocionais, lexicais, linguístico e/ou discursivo podem contribuir para detecção/análise de uma informação, toma-se a seguir uma *fake news* compartilhada enormemente em 2023.

Circulou em 2023 um vídeo em que um homem não identificado dizia que a transposição do rio São Francisco foi interrompida em Alburquerque Né, distrito localizado no município de Sertânia - PE. A escolha desse caso se deu pelo fato de que, nos últimos anos, o município de Sertânia tem aparecido em outros conteúdos desinformativos. Em 2020, circulou imagens de banhistas em um canal da transposição do rio São Francisco em Sertânia, a informação era falsa. Em 2021, outra informação falsa. Um vídeo divulgado nas redes sociais de aplicativos de mensagens instantâneas afirmava que manifestantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tentaram destruir as bombas da barragem que atende o município. A seguir, a transcrição

de trecho do vídeo que circulou nas redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas.

> 27 de julho de 2023, estou no povoado de Albuquerque Né, deve ser município de Sertânia. Aqui um caminhão-pipa, outro aqui. Estou só querendo mostrar o que esse governo está fazendo com a indústria da seca. Voltou, voltou tudo que era antes. Mais aí à frente temos a transposição do São Francisco, o canal, e foi interrompida a passagem das águas, foi fechado. E eu quero mostrar aqui a quantidade de caminhões-pipa... (Fagundes, 2023; Reuters, 2023).

A agência Reuters Fact Check analisou o vídeo em 03 de agosto, que já contava com 616,5 mil visualizações no Facebook e no Instagram. Deve haver alguma razão para que, mesmo que conteúdos semelhantes já tenham sido desmentidos pelas agências de checagem, eles continuam circulando em grande escala.

O sistema de abastecimento de água encanada na zona urbana de Sertânia é realizado por cinco barragens. Uma delas, o açude Barra, é beneficiado pelo eixo leste da transposição do rio São Francisco. Na zona rural da cidade, o abastecimento é feito pela Operação Carro-Pipa, assim como as zonas rurais de Albuquerque Né, que não têm sistema encanado, são abastecidas com carros-pipa das operações do governo federal.

Como foi dito por Shu *et al.* (2017, p. 23), as notícias falsas, ao contrário das notícias verdadeiras, buscam distorcer a verdade e, para isso, utilizam-se de uma variedade de estilos linguísticos, dificultando distingui-las apenas pelo conteúdo. Existe no imaginário das pessoas que a seca é comum no Nordeste e, ao produzir esse discurso, o sujeito-leitor que não conhece a região ou a dinâmica de abastecimento de água local, facilmente acreditaria no que está sendo dito. O sujeito-autor do vídeo faz a acusação de que houve fechamento do canal transposto para abastecer a cidade e que, com isso, o governo estaria recorrendo a carros-pipas, promovendo desse modo a indústria da seca. Ao fazer esse tipo de declaração, o sujeito-autor está insinuando que o governo poderá, em alguma medida, se beneficiar com a interrupção, pois a população ficaria refém do governo. Portanto, com a indústria da seca, poderia gerar dois tipos de ganhos: para o governo federal, capital social e financeiro para os donos dos caminhões-pipa.

Além das questões ideológicas, nesse tipo de desinformação, há o apelo emocional que uma *fake news* desperta no sujeito-leitor. Como demonstrado por Alba e Mackenzie (2019, p. 19), uma informação falsa será aceita sem verificação se atender às expectativas do sujeito-leitor. A emoção pode ser usada tanto para despertar a atenção dos sujeitos-leitores sobre um determinado conteúdo quanto para manipulá-los ao utilizar de técnicas discursivas e pragmáticas para enganá-los e, assim, distorcer sua percepção da verdade. Nesse sentido, as pessoas são muito mais afetadas sentimentalmente que racionalmente e, quem produz uma *fake news*, sabe bem disso. Diante da seca que aflige o povo daquela localidade, o governo age com "covardia" ao interromper o abastecimento. O apelo sentimental constitui um elemento importante na construção discursiva de uma *fake news*, pois, assim, várias pessoas poderiam se solidarizar com o que está sendo posto, de modo a aceitá-la e, consequentemente, compartilhá-la com os demais. Desse modo, observar o apelo emocional em um enunciado é de grande valia e auxílio na detecção/desmonte de uma *fake news*.

Do ponto de vista factual, o vídeo foi realmente produzido em Sertânia - PE, conferindo credibilidade ao que é veiculado. É possível usar o Google Street View e comparar a paisagem, a rodovia, os sinais gráficos e confirmar o local no qual o vídeo foi produzido. Essa contextualização acerca do lugar é um elemento extralinguístico relevante para conferir confiabilidade e credibilidade ao enunciado. Isso leva ao entendimento de que o sujeito-autor está próximo dos acontecimentos ou imerso na realidade e, por isso, é mais fácil que o sujeito-leitor acredite no que ele diz. Um sujeito-leitor desatento, sem buscar informações adicionais, facilmente acreditaria nesse tipo de informação, por ela ter como base a realidade. Conforme se constata a seguir, não basta que um conteúdo seja tomado da realidade para ser verdadeiro.

No vídeo constam doze carros-pipas no acostamento da rodovia e em um posto de combustíveis. Aspectos visuais têm se mostrado um importante instrumento manipulador para a disseminação de notícias falsas. Um detalhe chama a atenção: os caminhões da Operação do governo federal são todos identificados, adesivados, ao passo que, os caminhões que aparecem no vídeo não possuem nenhuma identificação. Isso porque os caminhões-pipa que atendem cidades da região tem Albuquerque Né como um ponto de apoio por ser próxima ao manancial de Barreiros. Sendo assim, concentram-

se ali para recarregarem. Ater-se a esses detalhes visuais constitui um bom princípio para verificar a veracidade informativa. No entanto, esse é um enunciado com evidências verdadeiras, descontextualizado, para apoiar uma afirmação não factual. Por conseguinte, trata-se de uma informação maliciosa, segundo a denominação dada por Derakhshan e Wardle (2023, p. 28), pois o sujeito-autor do vídeo usa de informações baseadas na realidade e editadas a fim de causar danos seja a uma pessoa, uma organização, ou uma instituição.

O vídeo poderia perfeitamente, em uma sociedade polarizada politicamente, passar-se por verdadeiro. Analisando-o sob o olhar linguístico, alguns elementos levantam suspeitas quanto à credibilidade e legitimidade do enunciado. Primeiro, o sujeito-autor não é identificado, portanto, não existe autoria. Outra questão é que o sujeito-autor do vídeo diz: "deve ser município de Sertânia". Quando ele diz "deve ser" ele não está descrevendo um acontecimento, mas dizendo o que pode ou não ter ocorrido. Percebe-se uma dúvida posta pelo próprio sujeito-autor. Há uma diferença entre um juízo de fato e um juízo de valor. Juízos de fato são aqueles que descrevem o que as coisas são, como são e por que são expressos pelo verbo ser, ao passo que juízos de valor, como o nome diz, avaliam intenções e ações, é da dimensão do dever ser. O fato dele utilizar um verbo auxiliar, coloca em xeque a autenticidade do próprio enunciado ao tomar como ponto de partida a subjetividade ao invés dos fatos.

Outra questão que merece destacar é que no enunciado o sujeito-autor coloca em evidência o "aqui". Este dêitico é normalmente usado prototipicamente como advérbio de lugar. No enunciado em questão, não se trata de um dêitico, mas de uma forma muito comum usada por falantes brasileiros para chamar atenção no que está sendo dito. O uso excessivo desse recurso linguístico pode ser indício para se desconfiar da credibilidade do enunciado, bem como o emprego de adjetivos muito fortes que tendem a deixar a informação muito sentimental. Desse modo, a entonação dada ao enunciado pode ser um elemento lexical importante para se desconfiar de sua veracidade.

Diante do cenário político vivido a partir de 2018, por motivações ideológicas, sujeitos-autores de notícias falsas buscam promover determinados candidatos ou partidos políticos, com elogios, curtidas, compartilhamentos, ao passo que os adversários se tornam inimigos

a serem combatidos, o que deixa transparecer os sentimentos cada vez mais negativos que cada lado do espectro político tem em relação ao outro. Conforme explicitam Barzilai e Chinn (2020, p. 110), há alguns fatores que estão associados ao fenômeno da pós-verdade em tempos de desinformação e de *fake news*, como questões que visam difundir ideologias partidárias e agendas políticas.

No trecho descrito, percebe-se que a "intenção" do sujeito-autor do vídeo é criticar ou difamar a imagem do governo federal ao mostrar que aquela ação era recorrente: "Voltou, voltou tudo que era antes". Voltou-se ao que era antes, é porque houve um período em que o povo não tinha escassez de água. Ou seja, no governo anterior isso não ocorria. A partir do enunciado percebe-se que o dizer está ligado à falta de água. É como se o atual governo as estivesse preocupado com aquela situação que tanto aflige o povo. Observe que há um sujeito-autor, aquele que grava o vídeo e que se dirige a um sujeito-leitor. Nesse caso, as pessoas que não comungam com tal atitude do governo federal e que, provavelmente, irão dar crédito ao sujeito-autor, passando a criticar as ações do governo. Assim, essa acusação mostra que o circuito externo está a serviço de uma desconstrução da imagem do governo federal, criada ou deliberadamente manipulada para prejudicar determinados atores sociais. Aquilo que Derakhshane Wardle (2023, p. 28) designam como desinformação.

Por conseguinte, é importante ter em mente que os textos são continuamente descontextualizados e recontextualizados para atingir determinados fins. Focar a atenção em elementos linguísticos e extralinguísticos é importante para perceber que aquilo que está sendo dito merece crédito ou não. Como ressalta Plaza (2017, p. 121), à medida que o sujeito-leitor assume uma posição crítica e tem condições de analisar, aceitar ou refutar, o mecanismo de construção da *fake news* fracassa. Por isso, segundo o autor, que a *fake news* somente se sustenta quando há um sujeito-leitor acrítico, um "pós-cidadão".

Possíveis conclusões

Diante de um cenário de descrédito das mídias jornalísticas tradicionais e da proliferação das mídias sociais como fonte de informação é preciso acuidade e olhar crítico. Se por um lado temos o baixo custo das mídias digitais para veicular as informações, por outro lado, essas informações são recepcionadas sem uma filtragem, possibilitando a ampla propagação de desinformação/notícias falsas com impactos significativos tanto na vida pública e quanto na vida privada, conforme a metáfora da "mangueira de incêndio".

Durante séculos, as sociedades buscam entender incessantemente a noção de verdade, hoje parece relativizá-la. Em um mundo onde as pessoas têm acesso a múltiplas informações, parece contraditório dizer que, apesar de as pessoas terem acesso a um volume significativo de informações, elas não se preocupam em checar se realmente são verdadeiras. Nesse universo vale qualquer coisa, a minha verdade e os critérios de racionalidade e de veracidade são postos de lado. Não existe mais um critério para distinguir o verdadeiro do falso, uma vez que tudo é uma questão de subjetividade.

Tudo isso demonstra o quão "camaleônica" é uma *fake news*. A depender do contexto, do sujeito-leitor, ou das circunstâncias ela varia segundo o gosto do "freguês". Porque se assim não for, ela não consegue alcançar seus objetivos, seja para ganhos financeiros, prestígio social, deturpar a verdade, denegrir a imagem de uma pessoa ou instituição, atender a agendas partidárias/ideológicas de determinados grupos ou pessoas etc. Nesse sentido, as *fake news* são utilizadas por diferentes atores sociais com intencionalidades as mais diversas, tanto para transmitir mensagens políticas, influenciar, provocar raiva ou outras respostas emocionais, promover aqueles que comungam da mesma ideologia ou para atacar os que pensam contrariamente.

O combate à manipulação, à desinformação e a busca por um debate público saudável devem ser encarados como missões de toda a sociedade, sempre pautado por princípios éticos com vista à promoção da dignidade humana e da cidadania, seja criando, divulgando, comentando ou compartilhando conteúdos noticiosos. O bom leitor, mais do que saber

ler e decodificar signos, é aquele que, partindo da compreensão do que lê, produz sentido ao que lê. É preciso considerar que, em um mundo marcadamente tecnológico, não temos perdedores ou vencedores, temos pessoas, "homens humanos", como dizia o poeta Guimarães Rosa.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBA-JUEZ, L.; MACKENZIE, L. *Emotion, lies, and "bullshit" in journalistic discourse: The case of fake news.* Ibérica, Madri, n. 38, p. 17-50, 2019.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. 2017. *Social Media and Fake News in the 2016 Election.* Journal of Economic Perspectives. v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em: https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211. Acesso em: 15 mar. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *A pós-verdade como desafio central para a Ciência da Informação contemporânea.* Em Questão, v. 27, n. 1, p. 13–29, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/101666/59067. Acesso em: 19 fev. 2024.

ART of the lie. *The Economist.* Londres, v. 420, n. 9006, p. 9, 10, set. 2016.

ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; POLLET, Marie-Christine. *A formação do leitor no contexto da desinformação e das fake news: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além.* Revista SCRIPTA, v. 25, n. 54, p. 9-38, 2º quadrimestre de 2021. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/27640. Acesso em: 15 jan. 2024.

BARZILAI, S.; CHINN, C. A. *A review of educational responses to the "post-truth" condition: Four lenses on "post-truth" problems.* Educational Psychologist. v. 55, n. 3, p. 107-119, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00461520.2020.1786388. Acesso em: 01 fev. 2024.

BENTES, A. O texto além do texto. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos.* 520. ed. 23 abr. 2018. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7249-o-texto-alem-do-texto. Acesso em: 12 jan. 2024.

BERCKEMEYER, Fernando. A mentida da pós-verdade. *Uno*, São Paulo, v. [s.n.], n. 27, p. 26-27, mar. 2017. Disponível em https://www.revista-uno.com.br/numero-27/. Acesso em: 12 jan. 2024.

CASSIN, B. *O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica, literatura.* Tradução de Ana Lúcia de Oliveira; Maria Cristina Franco Ferraz; Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 2005.

DERAKHSHAN, Hossein; WARDLE, Claire. *Desordem Informacional: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas.* ed. 2. Tradução e Pedro Caetano Filho e Abilio Rodrigues. Unicamp: 2023.

Disponível em: https://www.revistaiberica.org/index.php/iberica/article/view/9. Acesso em: 05 jan. 2024.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In:* DUNKER, Christian *et al*. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense, 2017.

EMEDIATO, W. Dimensões e face da mentira no discurso político. *In*: EMEDIATO, Wander (org.). *Análises do Discurso Político.* Belo Horizonte: NDA/FALE, 2016.

FAGUNDES, Evelyn. *É falso que transposição do São Francisco foi fechada em Albuquerque Né, em Pernambuco.* Política, 08 de agos. 2023. Disponível em: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/08/08/e-falso-que-transposicao-do-sao-francisco-foi-fechada-em-albuquerque-ne-em-pernambuco. Acesso em: 21 de out. 2024.

GERÓNIMO, Félix. *La mentira, el relativismo y la posverdad*. República Dominicana: Kindle Direct Publishing, 2017.

GUERRA, André; BARBOSA, Cláudia. Crítica e pós-verdade. *In*: GUARESCHI, Pedrinho Arcides, AMON, Denise e GUERRA, André

(orgs.). 3. ed. *Psicologia, comunicação e pós-verdade.* Florianópolis: ABRAPSO, 2019. p. 107-166.

GUTHRIE, W. K. C. *Historia de la Filosofía Griega.* v. III. Tradução de Joaquín Rodríguez Feo. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

LLORENTE, José Antonio. A era da pós-verdade: realidade versus percepção. *Uno,* São Paulo, v. [s.n.], n. 27, p. 9, mar. 2017. Disponível em https://www.revista-uno.com.br/numero-27/. Acesso em: 12 mar. 2024.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos.* 2. ed. v. 3. São Paulo: Cortez, 2005.

MUROLO, L. La posverdad es mentira. Un aporte conceptual sobre *fake news* y periodismo. *In*: APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, M. (Coords). *La posverdad: una cartografia de los médios, las redes y la política.* Barcelona: Gedisa, 2019, p. 65-80.

PAULA, Lorena Tavares de; SILVA, Thiago dos Reis Soares da; BLANCO ,Yuri Augusto. Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre *fake news*. *Revista Conhecimento em Ação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p 93-110, jan./jun. 2018.

PLATÃO. *Teeteto*. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

PLAZA, Ramon. J. Moles. Doblepensar lo negroblanco. Propuesta metodológica para el análisis de la posverdad. *Revista de Historia Actual*, n.1, p. 116-145, 2017. Disponível em: https://revistes.u a b . c a t / tdevorado/article/view/v4-n1-moles/pdf_90. Acesso em: 01 de set. 2024.

REALE, Giovanni. *História da filosofia: filosofia pagã antiga.* Tradução de Ivo Storniolo. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica.* São Paulo: Martins Fontes. 2000.

REUTERS Fact Check. *Abastecimento de água via transposição não foi interrompido em Sertânia (PE).* 03 de agos. 2023. Disponível em: https:// www.reuters.com/article/fact-check/portugues/abastecimento-de-gua-via-transposio-no-foi-interrompido-em-sertnia-pe-idUSL6N39K0F6/. Acesso em: 21 de out. 2024.

O discurso do Pastor André Valadão sobre a comunidade LGBTQIAPN+ e as formações discursivas que o regulam*

Carolina Lopes Marques**
Márcio Leonardo Lima Pereira***

Resumo

O artigo proposto pretende compreender os efeitos de sentido e identificar formações discursivas que regulam o discurso do pastor André Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha, proferido em julho de 2023, sobre o movimento LGBTQIAPN+. O discurso alcançou grande notoriedade na imprensa nacional e internacional também por ter sido proferido depois do mês que é internacionalmente dedicado às celebrações do orgulho LGBTQIAPN+. Dessa forma, o presente artigo tem como proposta refletir sobre como os efeitos de sentido desse discurso refletem determinadas ideologias, ecoando e atravessando diferentes espaços. O estudo então pretende responder a seguinte questão: Que formações discursivas congregam o discurso proferido pelo líder religioso sobre a comunidade LGBTQIAPN+? A partir dessa questão, serão evocados autores como Althusser (1998), Orlandi (2005) e Pêcheux (2014), para entender como as ideologias são enviesadas pelas estruturas de poder a partir da linguagem.

Palavras-chave: efeitos de sentido; discurso religioso; formações discursivas; ideologias.

* Este artigo foi elaborado a partir de motivações decorrentes das discussões e dos seminários realizados na disciplina Discurso, leitura e escrita, ministrada pelas professoras Dra. Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues e Dra. Jane Quintiliano Guimarães Silva, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras pela PUC Minas.

*** Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Letras pela PUC Minas. Bolsista Capes.

El discurso del Pastor André Valadão sobre la comunidad LGBTQIAPN+ y las formaciones discursivas que lo regulan

Abstract

El artículo propuesto tiene como objetivo comprender los efectos de significado e identificar formaciones discursivas que regulan el discurso del pastor André Valadão, líder de la Iglesia Bautista de Lagoinha, pronunciado en julio de 2023, sobre el movimiento LGBTQIAPN+. El discurso alcanzó gran notoriedad en la prensa nacional e internacional también por haber sido proferido después del mes que internacionalmente se dedica a las celebraciones del orgullo LGBTQIAPN+. Por lo tanto, este artículo se propone reflexionar sobre cómo los efectos de senntido de este discurso reflejan ciertas ideologías, haciendo eco y atravesando diferentes espacios. El estudio pretende entonces responder a la siguiente pregunta: ¿Qué formaciones discursivas reúnen el discurso del líder religioso sobre la comunidad LGBTQIAPN+? A partir de esta pregunta, se evocará a autores como Althusser (1998), Orlandi (2005) y Pêcheux (2014), para comprender cómo las ideologías están sesgadas por estructuras de poder basadas en el lenguaje.

Palabras clave: efectos de sentido; discurso religioso; formaciones discursivas; ideologías.

1. Introdução

O mês de junho é internacionalmente dedicado às celebrações do orgulho da comunidade LGBTQIAPN+. Várias instituições costumam trazer o arco-íris — símbolo da comunidade — em seus produtos e propagandas midiáticas como forma de dar visibilidade às lutas desse grupo que há décadas vem sofrendo ataques em várias instâncias sociais e com diferentes tipos de preconceitos. É uma forma de apoiar e combater à homofobia (há divergências quanto à real intenção dessas empresas, mas um debate mais profundo em relação a esse ponto foge ao escopo da nossa discussão!). No entanto, no dia 02 de julho de 2023, indo em sentido contrário às empresas e demais instituições que apoiam a causa, um discurso ganhou magnitude na imprensa nacional e internacional: o discurso do pastor André Valadão, líder de uma igreja evangélica neopentecostal chamada Igreja Batista da Lagoinha, bem como pastor sênior e fundador da Lagoinha Orlando Church, na Flórida, nos Estados Unidos. Proferido com transmissão ao vivo pela internet, o referido discurso do pastor Valadão trazia como título "Teoria da conspiração" e foi permeado por trechos considerados crime pela justiça brasileira.

Em um momento em que o Brasil lidera os assassinatos dessa população menorizada e em que políticas públicas vêm tentando recolocar o tema em pauta — situação negligenciada nos últimos quatro anos de governo de uma extrema direita conservadora —, compreender os efeitos de sentido desse discurso sobre o movimento LGBTQIAPN+ é necessário para que possamos refletir sobre as ideologias que ainda atravessam determinados espaços, são ecoadas e incitam crimes.

Segundo Pêcheux (2014), enquanto a Ideologia (com letra maiúscula) é uma realidade existente ao longo de toda a história, sendo estrutural e constitutiva da formação das subjetividades (que faz com que os indivíduos sejam assujeitados pelas condições da sua época), as ideologias (com letra minúscula) são as incidências históricas e singularizadas dos princípios e crenças que os vários grupos sociais disputam nos sujeitos que, pela própria interpelação ideológica, acreditam serem esses os valores naturais/essenciais da sua subjetividade — quando, na verdade, são resultados dos movimentos e dos aparelhos de socialização. Sendo assim,

faz-se importante compreender os efeitos de sentido que são produzidos no discurso do pastor André Valadão sobre o movimento LGBTQIAPN+ em julho de 2023.

As ideologias, nessa perspectiva, representam a relação imaginária — a suposição da verdade — dos sujeitos diante das condições reais de existência que, por meio da simbolização, da socialização, da linguagem e do inconsciente, atravessam o indivíduo, tornando-o sujeito de um tempo histórico e de um contexto. Isso significa que o sujeito resulta do processo de reprodução/transformação das condições de produção no qual a Ideologia existe e a ideologias incidem (Althusser, 1998) — o que bem pode ser representado pelas disputas entre os grupos tradicionais e conservadores, por exemplo. Uma das maneiras pelas quais as ideologias se mantêm é reproduzindo relações de poder por meio da linguagem, sendo ela um dos principais mecanismos de sustentação dos aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1998; Pêcheux, 2014, 2015).

Assim, a linguagem não se limita à transmissão das informações entre emissor e receptor da mensagem, pois seus efeitos de sentidos (sendo essa a definição conceitual de discurso para Michel Pêcheux) são determinados pelas condições de produção entre os interlocutores (quem, para quem, como, de onde e quando se diz) (Maldidier, 2017; Pêcheux, 2014). A análise do discurso de Michel Pêcheux considera que a produção dos sentidos resulta de processos históricos e coletivos anteriores e exteriores aos sujeitos, permitindo investigar as condições de configuração do campo simbólico que organizam as subjetividades e as interações (Orlandi, 2005). Portanto, investigações sobre as condições ideológicas de produção dos efeitos de sentidos sobre as normas. A partir disso, o artigo se orienta a partir da seguinte questão norteadora: Que formações discursivas congregam o discurso proferido pelo líder religioso André Valadão, em 02 de julho de 2024, sobre a comunidade LGBTQIAPN+?

A partir dos conceitos teóricos e metodológicos apresentados acima, pretende-se dividir a organização do corpus e a análise dos dados deste estudo, levando em conta as três etapas: A primeira etapa será o recorte da materialidade linguística a ser analisada, visando compreender objetivamente o tema do discurso. A escolha ficou a critério dos autores, mantendo a atenção em explorar apenas o excerto que tematiza sobre a comunidade LGBTQIAPN+ sem o comprometimento do contexto

e, portanto, dos efeitos de sentido; na segunda etapa é a passagem da materialidade linguística para as sequências discursivas, isto é, a seleção de excertos da materialidade linguística que evidenciam as condições de produção dos sentidos, a partir das circunstâncias imediatas da enunciação e do contexto social, histórico e ideológico nos quais ela se inscreve — pois, para a análise do discurso, a materialidade linguística necessita da história para significar. Sempre atentos ao objetivo do trabalho. Por último, na terceira etapa, a análise de fato, pretendeu-se buscar que os efeitos de sentido são produzidos pelo sujeito e se tais sentidos são dependentes das suas condições materiais e ideológicas de existência, isto é, se eles não são resultados limitados às atividades mentais individuais.

2. Ideologia e efeitos de discurso

Para alcançar os objetivos propostos, busca-se na Análise de Discurso os instrumentos necessários para realizar a ponte entre o discurso proferido pelo pastor André Valadão, a partir da análise de algumas sequências enunciativas extraídas do seu discurso, e a ideologia subjacente. A partir dessa metodologia, é possível analisar os processos de significação que são construídos no discurso do pastor e identificar as formações discursivas que orientam e regulam seu discurso, bem como possíveis interesses ocultos durante a veiculação de suas ideias, pois entende-se, a partir da Teoria do Discurso, que a linguagem é o meio pelo qual se materializam as ideologias.

De acordo com Foucault (1971), a Teoria da Análise do Discurso apresenta as formações discursivas a partir de condições sócio-históricas através de um conjunto de regras que definem sua função enunciativa. Para o autor, os discursos que reiteram um mesmo processo social, ou seja, uma mesma matriz, são regularizados a partir de uma relação com uma ideologia. O discurso do pastor Valadão, analisado a partir desse entendimento da ideologia, permite que seja possível compreender os processos de significação que ainda se perpetuam em alguns grupos sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

Como já visto anteriormente, Pêcheux (2014) entende a Ideologia (com letra maiúscula) enquanto uma realidade omnihistórica estrutural, que forma a subjetividade dos seres humanos e que são interpelados por ela, a partir dos contextos nos quais eles estão inseridos. Já as ideologias (com letra minúscula) são incidências que ocorrem a partir de crenças específicas de determinado grupo, que cria sua própria interpelação ideológica sobre determinado tema.

Nessa perspectiva, as ideologias são a relação entre o sujeito e um determinado tema a partir de uma simbolização, dada a partir da socialização, do que aquele tema representa para ele. As ideologias, de acordo com Pêcheux (2014), acontecem a partir da linguagem e do inconsciente. A linguagem também é uma das formas pelas quais as ideologias são mantidas. Althusser (1998) entende que a linguagem que materializa uma ideologia pode ser compreendida enquanto um produto que mantém a relação de poder entre o Estado e o povo, sendo utilizada como meio de controle do Estado sobre indivíduos.

A linguagem e seus efeitos de sentidos, só podem ser compreendidos a partir da compreensão das condições em que foram produzidas (quem fala e para quem fala - contexto dos sujeitos). Por essa razão, no tópico três serão aprofundados os contextos referentes ao pastor André Valadão, para entendermos quem ele é e para quem o seu discurso foi proferido e o contexto do movimento LGBTQIAPN+, a fim de compreender as falas do pastor durante a análise, no tópico quatro.

3. Contexto: André Valadão e o movimento LGBTQIAPN+

André Valadão, atualmente, é o pastor-presidente da Igreja Batista da Lagoinha. No primeiro domingo do mês de junho de 2023, ele realizou uma pregação — anterior à pregação analisada neste trabalho — em uma filial da sua igreja em Orlando, nos Estados Unidos. Nesse discurso, o pastor também proferiu diversas ofensas ao movimento e seus apoiadores, além disso, ele condenou a palavra "orgulho". No altar da igreja, o líder religioso falou durante 50 minutos sobre o movimento LGBTQIAPN+ e, atrás dele, um telão exibia a frase "Deus odeia o orgulho", com a

palavra orgulho mostrada com as cores do arco-íris (símbolo da luta da comunidade LBGTQIAPN+), que ditou o tom do discurso. Durante a maior parte do culto, Valadão falou sobre o mês de junho — um mês de luta contra o preconceito e pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, também chamado de Mês do Orgulho.

Ao fazer um jogo truculento com os sentidos da palavra 'orgulho', o pastor afirma que Deus odeia o 'orgulho', chegando a falar sobre o trecho bíblico em que o orgulho (arrogância) de Lúcifer (figura bíblica do mal) faz com que ele seja expulso do céu. Nesse campo semântico, o pastor posiciona a palavra orgulho usada pela comunidade LGBTQIAPN+, que nada tem a ver com o sentido de arrogância do episódio bíblico e sim com o sentido de respeito aos seus valores. E o pastor segue o ataque deliberadamente às marcas e demais entidades apoiadoras do Mês do Orgulho, dizendo:

> E, hoje, a gente vive uma agenda na mídia, uma agenda externa onde marcas, bilionários, as redes sociais, elas levantam uma agenda muito forte onde o não-crente quer dizer pro crente como o crente tem que viver. Vou repetir: a gente vive um tempo hoje onde o não-crente quer dizer pro crente como o crente tem que viver. Mas o crente não ouve o não-crente, o crente ouve a bíblia, palavra de Deus (Igreja A. P. da Glorificação de Deus, 2023, 5min 24s)[1].

Além disso, em uma conta no Instagram da própria Igreja Batista da Lagoinha, foram divulgadas diversas postagens contra o movimento LGBTQIAPN+. A primeira postagem promovia esse culto de Valadão com uma foto sua acompanhada dos dizeres "Deus odeia o orgulho", esta última palavra novamente escrita com as cores da bandeira arco-íris.

Ao todo, durante o mês de junho foram realizadas 28 postagens que abordaram de maneira negativa o movimento LGBTQIAPN+. O evangélico também subiu as hashtags #NoPride #OrgulhoNão. No dia 2 de julho de 2023, outro culto foi realizado em Orlando, nos Estados Unidos, que trazia como título "Teoria da conspiração" e mostrava no telão a imagem de personalidades da extrema direita que sempre se posicionaram contra o movimento LGBTQIAPN+, como Donald Trump,

1 Discurso postado no Youtube da Igreja A. P. da Glorificação de Deus. (Anexo I).

Jair Bolsonaro e Silas Malafaia, com um "x" na boca de cada um, sugerindo que eles estavam sendo censurados pela mídia. Nesse culto, Valadão se referiu novamente à comunidade, associando o casamento homoafetivo à sexualização de crianças. Diversos veículos de imprensa interpretaram algumas afirmações, inclusive, como uma incitação ao assassinato das pessoas pertencentes ao grupo LGBTQIAPN+. Após a repercussão negativa, o pastor declarou que a fala não se referia a matar, mas "sobre resetar, levar de volta à essência, ao princípio".

O movimento feito por André Valadão não passou despercebido por políticos e militantes LGBTQIAPN+. A deputada federal Erika Hilton (PSol/SP) acionou o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) no mesmo dia em que a primeira postagem do pastor viralizou nas redes sociais. Na representação, Erika ressalta que o fato de Valadão ter escolhido o mês de junho para fazer um culto em que ataca o orgulho, demonstra que a intenção do pastor "era utilizar uma data importante à comunidade LGBTQIA+ para se projetar a partir de um discurso criminoso, que ofende e vulnerabiliza ainda mais as minorias sexuais e de gênero no país, em expresso desprezo à população LGBTQIA+".

No dia 28 de junho de 1969, na região de Manhattan, nos Estados Unidos, um grupo se reuniu em uma passeata contra a violência que acometia a comunidade gay. Dessa forma, esse dia ficou marcado como o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. Desde então, governos e organizações utilizam o mês de junho como mês do Orgulho, conscientizando a população sobre a importância do combate à crimes contra a comunidade, garantia de direitos e uma sociedade livre de preconceitos a partir de diversas ações. No Brasil, a ação mais famosa é a Parada do Orgulho que acontece todos os anos na Avenida Paulista, em São Paulo capital, e recebe diferentes artistas.

4. Análise do corpus

O trecho escolhido para ser analisado está transcrito abaixo. Embora a pregação tenha durado horas, a escolha desta sequência discursiva se deu por focar bem o uso do discurso religioso como

sustentação para incitar a violência e o ódio contra os homossexuais, bem como informações falsas. Segundo o que foi veiculado no jornal G1.com, trata-se de um trecho polêmico da pregação do dia 02 de julho de 2023. Na análise, mobilizamos os conceitos de formação discursiva e ideológica, presentes nas premissas da AD, e observamos seus efeitos de sentido, com base em Pêcheux e Orlandi.

Inicialmente, convém resgatar Orlandi (2005) que nos leva a compreender que não há como não estarmos sujeitos à linguagem e que, portanto, não há neutralidade em seu uso por parte dos sujeitos. Ora, Pêcheux (1975) afirma que não há sujeito sem ideologia e que esta ideologia se materializa no discurso que, por sua vez, se materializa na língua. Levando isso em consideração, observaremos a transcrição do discurso do pastor André Valadão (Lagoinha USA, 2023), que está segmentado por algarismos romanos para melhor conduzir a análise que aparece em seguida:

> "(I) A porta que se abriu para o casamento homossexual, homoafetivo, (II) não é um mero casamento. (III) 'Ah, mas eles se amam! Jorjão com Jorjão. Terezinha com Terezinha'. Ah não, o que vale é toda forma de amor. Deixa casar. Deixa! Deixa, deixa viver! (IV) Aí hoje você vê nas paradas homens e mulheres nuas, com seus órgãos genitais completamente expostos, dançando na frente de crianças. Aí você horroriza: 'ah, que absurdo!'. (V) Mas essa porta foi aberta quando nós tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena. (VI) Então, agora é hora de tomar as cordas de volta e dizer: nã, nã, nã, não! Pode parar! Reseta! pish [interjeição fazendo referência ao desligamento de algum aparelho]. (VII) Aí Deus fala: Não posso mais, já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse eu matava tudo e começava tudo de novo. Mas eu já prometi para mim mesmo que eu não posso. Então, agora, tá com vocês. (VIII)Você não pegou o quê que eu disse? Tá com você. Vou falar de novo: tá com você. Sacode uns quatro do teu lado e fala: vamos para cima eu e a minha casa serviremos ao Senhor. (IX) E aí por causa de uma porta que parecia bonitinha um casal LGBTQIA+ casando… aí agora você tem drag queens dentro da sala de aula, ensinando sexualidade para nossos filhos. Querendo ensinar para as crianças escolherem ser o que elas quiserem. (X) Crianças hoje tendo liberdade para definir e serem mutiladas nos seus órgãos genitais, a partir de uma decisão que uma criança toma. Por quê? Presta atenção no que eu te falo: porque a partir do momento em que ela decide, mesmo que os pais não concordam, o governo tem autoridade sobre aquela criança. Você tá entendendo o que eu estou falando com você?".

O sujeito do discurso (a partir da posição de pastor, líder da igreja e, consequentemente, conhecedor da palavra de Deus) ao enunciar:

> I) "a porta que se abriu para o casamento homossexual, homoafetivo",

ele se posiciona em um lugar diferente ao da instituição que permitiu o casamento homoafetivo. Ele distancia a si e a seus interlocutores dessa ação: "a porta que ***se*** abriu". Ou seja, nem "eu" nem "vocês" contribuímos para a validação do casamento homoafetivo que aconteceu em um tempo pretérito;

> II) "não é um mero casamento".

Ao utilizar o adjetivo 'mero', ele possibilita a compreensão sobre sua posição diferenciadora entre um casamento hétero e um homoafetivo.

> III) "Ah, mas eles se amam! Jorjão com Jorjão. Terezinha com Terezinha. 'Ah não, o que vale é toda forma de amor. Deixa casar. Deixa! Deixa, viver!'".

Nesse momento, ele faz uso do discurso indireto em que ele traz para seu discurso uma paráfrase da fala das pessoas que se posicionam a favor do casamento homoafetivo. Segundo Orlandi (2005), através dos processos parafrásticos, todo dizer traz uma memória do já dito, ou seja, "produzem formulações do mesmo dizer sedimentado" (Orlandi, 2005, p. 36). Ao tomar a palavra, esse sujeito se filia a outros sentidos existentes, produzindo suas subjetividades. Nesse caso, a paráfrase apresentada serviu para ser refutada.

Nos três excertos anteriores, o enunciador traz o seu posicionamento contrário em relação ao casamento homoafetivo que, pela forma que expôs seus enunciados, permite inferir que ele está dentro de uma formação discursiva conservadora heteronormativa que entende e impõe que o comportamento heterossexual seja a norma e somente ele representa um modelo de união civil.

> Em IV): "Aí o que você vê nas paradas são homens e mulheres nuas, com seus órgãos genitais completamente expostos, dançando na frente de crianças. Aí você horroriza: 'ah, que absurdo!'".

O sujeito busca invalidar e desqualificar a parada do orgulho, ao abordar um ponto que é claramente condenado pela própria organização do evento da Parada do Orgulho que, entre outras, sugere que andar nu ou seminu é atentado ao pudor e que, portanto, deve ser evitado, como podemos conferir nas regras do evento organizado em Rio Branco, no Acre, e veiculado no portal de notícias da Globo, o G1.com:

> **Confira abaixo as regras para participar do evento:**
> O que não é legal na parada:
> - Atentado ao pudor (andar nu ou seminu): a manifestação é colorida e o adereço mais confortável é uma fantasia babadeira, afinal, criatividade é a moda do momento;
> - Atos obscenos prejudicam, principalmente, a participação das crianças. Sexo é melhor no reservado - e com segurança; (Saiba o que pode [...], 2022).

O sujeito se insere numa formação discursiva que se constitui contrário ao movimento ativista "Parada do Orgulho de Ser" que visa a igualdade de direitos para o grupo LGBTQIAPN+.

É importante salientar as condições de produção do discurso, os sujeitos e o contexto comunicativo: quem fala, o que fala, para quem fala e sob que formações discursivas. E sobre formação discursiva, é salutar observar que pode haver um movimento de identificação ou contra identificação por parte dos interlocutores.

Temos um sujeito que discursa da posição de maior liderança da igreja e que enuncia algo pautado no livro de maior referência de conduta ética e social para todos os seus interlocutores. Quando este sujeito diz que:

> V) "Mas essa porta foi aberta quando nós tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena",

observamos a manifestação de uma ideologia conservadora e que recorta a narrativa do seu livro de referência, a bíblia, trazendo para a centralidade do seu discurso a condenação da homossexualidade. O alto valor persuasivo é do lugar que o sujeito enunciador ocupa, bem como do documento de referência aludido para sustentar seu dizer.

Em um momento em que a sociedade brasileira ainda está permeada por ideais conservadoras que assolaram o país nos quatro últimos anos e que no seio desse movimento conservador a religião estava posta como um grande referencial, nas condições aqui elencadas, esse discurso toma uma dimensão gigantesca.

> Em VI "Agora é hora de tomar as cordas de volta e dizer: nã, nã, nã, não! Pode parar! Reseta! pish [interjeição fazendo referência ao desligamento de algum aparelho]".
>
> E em VII "Aí Deus fala: Não posso mais, já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse eu matava tudo e começava tudo de novo. Mas eu já prometi para mim mesmo que eu não posso, agora tá com vocês".

O sujeito do discurso atribui um enunciado à figura de maior autoridade na sua religião, que é Deus, sugerindo que ele mataria os homossexuais a fim de eliminar a prática homoafetiva. Ainda da posição de sujeito conhecedor da palavra divina, o sujeito afirma ainda que Deus não pode cometer essa ação e que, por isso, caberia aos fiéis cometê-la. E reitera, em

> VIII) "Você não pegou o quê que eu disse? Tá com você. Vou falar de novo: tá com você. Sacode uns quatro do teu lado e diz: vamos para cima eu e a minha casa serviremos ao Senhor".

Nesse momento ele conclama que os fiéis alentem uns aos outros a matar, apoiando-se em trechos bíblicos.

O que se pode depreender é que o discurso aponta contra um grupo que já é historicamente oprimido, por muito tempo silenciado e alvo de ataques de todos os vieses. Para além disso, esse mesmo grupo também vive uma constante queda de braço com a sociedade e políticos conservadores na luta por políticas públicas que garantam seus direitos como cidadãos. Tal grupo necessita muito mais de acolhimento humano do que de discursos de ódio, mascarados de pregação "religiosa".

> Em IX "E aí por causa de uma porta que parecia bonitinha um casal LGBTQIA+ casando… aí agora você tem drag queens dentro da sala de aula, ensinando sexualidade para nossos filhos. Querendo ensinar para as crianças escolherem ser o que elas quiserem".

Nesse trecho, encontramos uma desinformação, não como equívoco, mas sim como o *modus operandi* com o qual muitos discursos pertencentes a uma formação discursiva conservadora trabalham a fim de causar, além de alienação, um verdadeiro pânico moral justamente em um momento histórico em que sujeitos validam suas crenças, muitas vezes, suplantando os fatos e a realidade.

Trabalhar a educação sexual com crianças nas escolas nada tem a ver com instigar sexualidade. O documento norteador da elaboração do currículo escolar no Brasil, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), orienta que a educação sexual deve ser apresentada para os alunos do ensino fundamental e do ensino médio, entre outras justificativas para que eles possam tomar decisões que respeitem seu corpo e o do outro. Ao conhecer os limites do seu corpo e do corpo dos outros, as crianças e adolescentes serão capazes de identificar, entre outras questões, casos de abusos sexuais.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde e veiculados no site de notícias *g1.com* mostram que o Brasil registrou mais de duzentos e dois mil casos de violência sexual infantil e adolescente de 2015 a 2021, e que a maioria desses abusadores pertence à família da vítima. O que demonstra que a educação sexual, na fase escolar, é mais que necessária para que tanto a criança quanto o adolescente aprendam a identificar e denunciar esses casos. Situação distante da falsa informação manipulada e transmitida pelo sujeito enunciador.

> Em X: "Crianças hoje tendo liberdade para definir e sendo mutiladas nos seus órgãos genitais, a partir de uma decisão que uma criança toma. Por quê? Presta atenção no que eu te falo: porque a partir do momento em que ela decide mesmo que os pais não concordam, o governo tem autoridade sobre aquela criança. Você *tá* entendendo o que eu estou falando para você?".

Aqui, observamos mais uma manobra desvencilhada da realidade como *modus operandi* de desinformação. De acordo

com o segundo parágrafo do Art. 13, da Portaria 2.803 de 2013 do Ministério da Saúde, que é a portaria que rege atualmente o processo transexualizador no Brasil:

> § 2º Em relação ao cuidado dos usuários e usuárias no Processo Transexualizador:
>
> I - a hormonioterapia que trata esta Portaria será iniciada a partir dos 18 (dezoito) anos de idade do paciente no processo transexualizador; e
>
> II - os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria serão iniciados a partir de 21 (vinte e um) anos de idade do paciente no processo transexualizador, desde que tenha indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos pela equipe multiprofissional que acompanha o usuário(a) no Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador (Brasil, 2013).

Para Orlandi (2005), a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito. Divulgar mentiras como um instrumento de manipulação faz parte da formação discursiva religiosa conservadora do discurso analisado. Compreendendo que as palavras mudam de sentido de acordo com a posição daqueles que a empregam e que as relações de força são condições de produção dos discursos, o lugar de onde o sujeito desse discurso enuncia tem um grande valor de verdade entre seus interlocutores, mesmo que se trate de um discurso de pós-verdade: aquele em que as pessoas se apoiam apenas para dar suporte às suas crenças, ainda que tal informação não tenha aderência na realidade, como a referida informação do discurso aqui analisado.

5. Considerações finais

Compreendendo que as palavras adquirem diferentes sentidos de acordo com os sujeitos que as empregam e que a depender da posição desses sujeitos, o valor de verdade do discurso se amplia, este trabalho pretendeu observar as formações discursivas presentes no discurso de André Valadão em uma de suas pregações religiosas realizada em julho de 2023 na Igreja da Lagoinha.

Observar as formações discursivas é como desvendar os fios invisíveis que tecem a linguagem, revelando não somente as camadas de significado, mas também as de poder. Diante disso, a teoria de Michel Pêcheux e as contribuições de Orlandi serviram como uma bússola indispensável, guiando-nos pelas complexidades do discurso.

Com o conceito de formação discursiva, introduzido por Pêcheux e trabalhado por Orlandi, compreendemos que as palavras não são meros veículos neutros de significado, mas sim instrumentos que refletem as relações de poder, ideologias e estruturas sociais.

A análise atenta do discurso de André Valadão, a partir, não do seu lugar empírico, mas da sua posição sujeito de líder religioso, nos revela várias formações discursivas que regulam seu dizer, com destaque para uma formação religiosa de cunho conservador e heteronormativo. Porém convém recuperar que as formações discursivas são heterogêneas e até mesmo contraditórias em sua constituição, com fronteiras fluidas que vão se reconfigurando continuamente. Segundo Orlandi (2005, p. 44), "é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente".

Diante disso, foi possível desvendar formações discursivas, principalmente, de cunho conservador, religioso e homofóbico, como mencionado anteriormente. Convém destacar que o olhar para o discurso analisado no *corpus* deste trabalho não se deu apenas pelo que foi dito, mas de como foi dito e, crucialmente, de que posição sujeito foi dito. As formações discursivas são como fotografias linguísticas que capturam momentos específicos da sociedade, revelando suas contradições, conflitos internos e assimetrias, o que justifica um estudo atento ao dizer dos sujeitos, como o que foi desenvolvido aqui.

Ao adotar a perspectiva de Pêcheux, reconhecemos que o discurso não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um campo de batalha simbólico, onde ideias concorrem por espaços, legitimidade, ademais contribui para a formação de subjetividades. É na análise das formações discursivas que descobrimos como certas vozes são amplificadas enquanto outras são silenciadas, como narrativas cis heteronormativas, por exemplo, e vão moldando nossa compreensão de mundo.

Pelo caráter mutável e fluido das formações discursivas, adaptando-se e evoluindo conforme as circunstâncias e as mudanças sociais, é de

grande relevância sua contínua observação. O estudo das formações discursivas nos permite não apenas entender o presente, mas também antecipar as transformações que darão forma ao futuro do discurso e, consequentemente, da sociedade. Sobretudo em tempos em que a internet possibilita um alcance muito maior do que se diz.

Portanto, a importância de observar as formações discursivas, sob a égide teórica de Pêcheux, reside na capacidade de ir além das aparências superficiais da linguagem. É mergulhar nas entrelinhas, desvendar os jogos de poder e compreender as nuances que permeiam as palavras que são escolhidas. Nessa jornada analítica, se descobre que o discurso é muito mais do que uma sequência de palavras; é um espelho da sociedade, refletindo suas complexidades e seus desafios.

Referências

ACHARD, Pierre *et. al. Papel da memória.* Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.* Rio de Janeiro, Graal, 1998 [1970].

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoieviski.* Rio de Janeiro, Forense - Universitária, 1981.

BRASIL. *Ministério da Saúde.* Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html Acesso em: 12 de dez de 2023.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística.* São Paulo, Cultrix, 1988 (Original: 1972).

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours. París,* Gallimard, 1971.

IGREJA A. P. DA GLORIFICAÇÃO DE DEUS. *Pr. André Valadão: Deus odeia o orgulho.* YouTube, 22 de jun. de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XAV1E_5QixQ Acesso em: 03 de out. de 2024.

LAGOINHA USA. *Teoria da Conspiração - André Valadão.* YouTube, 02 de jul. de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bNb49Jpc8Qo&t=912s Acesso em: 03 de out. de 2024.

MALDIDIER, D. *Inquietação do Discurso: (Re) ler Michel Pêcheux hoje.* Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos.* Campinas, Pontes Editores, [1999] 2005.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours.* Paris, Dunod , 1969.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento.* Tradução: Eni P. Orlandi – 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas, Editora Unicamp, [1974] 2014.

POSSENTI, Sírio. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos Vol 3.* 2ª Edição, São Paulo, SP: Cortez Editora, (2005).

SAIBA O QUE PODE E O QUE NÃO PODE DURANTE A 15ª PARADA DO ORGULHO LGBT EM RIO BRANCO. *G1*, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/09/21/saiba-o-que-pode-e-o-que-nao-pode-durante-a-15a-parada-do-orgulho-lgbt-em-rio-branco.ghtml. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

SALGADO, Rodrigo. Pastor André Valadão diz em culto que, se pudesse, 'Deus mataria' a população LGBTQIA+ e fala para fiéis 'irem para cima'. *G1*, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/07/03/pastor-andre-valadao-diz-em-culto-que-se-pudesse-deus-mataria-a-populacao-lgbt-e-fala-para-fieis-irem-para-cima-da-comunidade.ghtml. Acesso em: 03 de out. de 2024.

SANTOS, Sônia S Berti. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas.* São Paulo, SP: Parábola Editorial (2013).

Anexo I

YouTube BR
deus odeia o orgulho
Deus odeia o orgulho
dízimos e ofertas
pix
daquilo que Deus mais odeia que é o orgulho nós precisamos
PR. André Valadão: Deus odeia o orgulho.
Igreja A. P. da Glorificação de Deus
93 suscriptores
Suscribirse
242
Compartir
4.6 K vistas hace 1 año